

Defesa Nacional



SETEMBRO
1954

NÚMERO
482

General JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA, Diretor-Presidente.
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.
Ten.-Cel. JOÃO CAPISTRANO M. RIBEIRO, Diretor-Gerente.

SEU ENORME CONSUMO PROVA QUE O PÚBLICO...

Sabe preferir



CERVEJA

FAIXA AZUL



Um produto **ANTARCTICA**

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLI

BRASIL — RIO DE JANEIRO, SETEMBRO DE 1954

N. 482

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3
CULTURA PROFISSIONAL	
Normas — Padrões de Ação — Cel Manoel Joaquim Guedes.....	5
Capitão de tropa — Cel José Horacio da Cunha Garcia.....	11
Influência do fator população na organização dos exércitos modernos — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller.....	13
Conduta do tiro de precisão pelo processo peculiar ao artilheiro — Tenente-Coronel J.F. Moreira Couto e Major Marino F. Dantas.....	23
A mecanização das tropas de Engenharia — Trad. dos Ten.-Cel. Cesar Gomes das Neves e Maj. Heraclides de Araujo Nelson.....	27
Como evoluirá a próxima guerra? — Maj. Mauricio Felix da Silva.....	33
Computador eletrônico T-29 para Artilharia de Campanha — Maj. Paulo Miranda Leal.....	37
Emprego das Forças Terrestres — Maj. Rui de Alencar Nogueira.....	43
Planos de Guerra — Trad. do Maj. J.P. Anéas.....	45
CULTURA GERAL	
Um ensaio de Justiça distributiva — Gen. Juarez do Nascimento Fernandes Távora.....	51
Problemas do Desenvolvimento Econômico — Prof. Arthur E. Burns.....	59
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Caxias — General José de Lima Figueiredo.....	67
O incidente do Fêcho-dos-Morros em 1850 — Gen. Silveira de Mello.....	77
Conrado Bittencourt, patrono do 3º B.E. — Cel. A. de Lyra Tavares.....	87
DIVERSOS	
O Código de Justiça Militar Argentino — Gen. Niso de Vianna Montezuma	97
São Cândido — Gen. Silveira de Mello.....	105
Salve, Exército de Caxias — Cap. P.J. Busato.....	107
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	109
NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....	113
ATOS OFICIAIS.....	117

Porque se deve anunciar em "A DEFESA NACIONAL"

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque :
 - a) Ela circula em todos os Estados do Brasil ;
 - b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes ;
 - c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas ;
 - d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de 38 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, recomenda "A Defesa Nacional" ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

PREÇO DOS ANÚNCIOS

PARA TODO O BRASIL

Por publicação :

	Cr\$
Capa externa.....	4.000,00
Capa interna.....	3.000,00
Página inteira.....	2.000,00
Meia página.....	1.000,00

ATENÇÃO — Os agenciadores de anúncios devem apresentar os respectivos cartões de identidade.



7 DE SETEMBRO

Embora dispositivo estatutário nos vede tratar de assuntos políticos, não podemos silenciar a nossa voz ante a presente conjuntura política nacional.

Com 40 anos de serviços prestados ao Exército, este órgão publicitário se identificou de tal forma com o Exército que seria impossível desligá-lo das grandes causas em que o Exército se debate.

Embora a nossa atividade esteja sempre voltada, antes de tudo, para os assuntos da cultura profissional, seria omissão imperdoável manter em branco as páginas desta Revista ante os dias críticos que atravessamos.

Abalada profundamente na sua estrutura econômica, atravessa a Pátria dias difíceis. Com a sua exportação estagnada, a sua moeda desvalorizada, a braços com a espiral inflacionária e a ascensão do custo da vida, foi ela impelida para a crise dos dias recentes, que afinal se refletiu no campo político e culminou com o trágico desaparecimento do próprio Chefe de Estado.

Fiéis às suas tradições de zelar pela segurança e futuro da Pátria, as Forças Armadas escreveram, em tão espinhosa conjuntura, nova página de idealismo e fidelidade à República e à Constituição.

Foi Jefferson, pai da Democracia americana, quem escreveu ser lícito ao povo derrubar o governo que se divorciou das aspi-

rações populares, tanto quanto só a êle compete eleger livremente aquêlo no qual deposita as suas esperanças.

Côncias dessa verdade inconcussa, que é, afinal, a essência mesma da Democracia, as Fôrças Armadas, unidas em tôrno de seus chefes, souberam conduzir a crise para uma solução que, sem ferir o regime, sem derramamento de sangue e sem desrespeito à carta magna, consultou aos supremos interesses da Nação.

A morte violenta do chefe do Executivo, com o abalar a alma cristã do povo, foi episódio à parte, inesperado e brutal, que não entrava no plano de nenhum responsável pelos acontecimentos e que todo brasileiro deplora.

Eis que, descido o pano sôbre o triste evento, mister se impõe que todos os patriotas, sem distinção de côr, credo ou partido político, olvidem ressentimentos e se voltem, unidos, para a Pátria estremecida.

Inspiremo-nos, a propósito, no exemplo de Caxias, tão logo findava a luta.

Gigantesca tarefa de reconstrução se estende à vista do novo Chefe da Nação, a reclamar a colaboração desinteressada e sincera de todos os brasileiros.

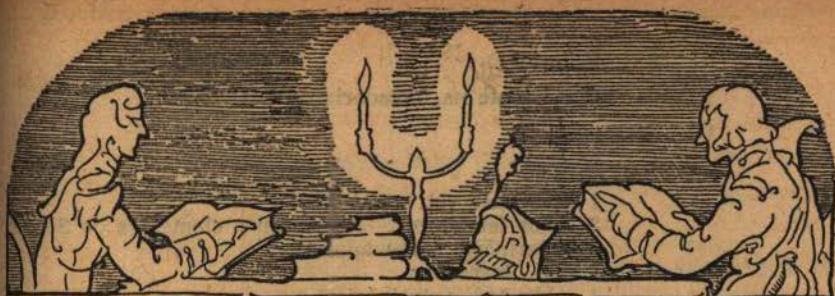
E há de ser na austeridade, na poupança, no trabalho diuturno e mesmo no sacrifício que haveremos de encontrar fôrças e meios de reconduzir o país aos seus altos destinos.

Quem se negará ao chamado da Pátria nesta hora crucial?

Regoziguemo-nos com os chefes militares pela atitude de elevada compreensão que adotaram no desenrolar dos acontecimentos, pondo o país a salvo dos nefastos efeitos de uma guerra civil.

E ouçamos, como provindas do alto, as confortadoras palavras do "Osservatore Romano" — pois o Brasil é, acima de tudo, grande nação católica — quando, ao comentar a crise patricia, exprimiu votos para que "os brasileiros se deixem animar novamente por seus mais nobres sentimentos, energias mais saudáveis e intenções mais firmes para que ouçam a voz eloquente e persuasiva da pátria cristã que convida ao desarmamento das paixões, à renúncia à violência e à crença no triunfo pacífico das idéias, ao mesmo tempo que elevem o seu espírito a Deus, para adorar suas leis, honrar seus mandamentos e gozar de sua confortadora proteção".

Sim, peçamos a Deus que inspire os nossos homens públicos, mantenha unidas as Fôrças Armadas e cubra de bençãos o povo bom dêste grande país!



CULTURA PROFISSIONAL

NORMAS — PADRÕES DE AÇÃO

Coronel MANOEL JOAQUIM GUEDES

6 — INSTRUÇÕES REGULADORAS DO SERVIÇO NA FORMAÇÃO VETERINÁRIA

I) *Objetivo :*

Fixar normas para o funcionamento dos diferentes serviços na Formação Veterinária :

II) *Organização :*

A Formação Veterinária fica dividida em três Secções — Formação — Ferragem e Veterinária.

A) Veterinária :

1 — Pessoal :

- 1 2º sgt. enf. vet. ;
- 1 cabo enf. vet. ;
- 1 sold. enf. vet.

2 — Material :

O da farmácia veterinária.

B) Ferragem :

1 — Pessoal :

- 1 3º sgt. ferrador ;
- 2 cabos ferradores ;
- 1 sold. ferrador.

2 — Material :

O existente na ferradoria do R.I.

C) Forragem :

1 — Pessoal :

1 cabo enf. vet. ;

2 cabos ferradores. (Os mesmos elementos da Secção Veterinária e Ferradoria) ;

1 sold. ferrador ;

1 sold. enf. veterinário.

2 — Meios :

Esta Secção disporá para a execução de suas tarefas do seguinte :

5 mangueiras de irrigação ;

5 esguichos de 3/4" ;

5 redutores de 3/4" ;

6 esguichos giratórios de irrigação ;

5 facas de cortar capim ;

5 alfanges ;

2 tesouras de cortar grama ;

4 ancinhos ;

4 enxadões ;

4 latas de irrigação ;

2 regadores.

3 — Cada encarregado dos serviço das capineiras terá a sua relação de material distribuído, de acôrdo com o modelo que se segue.

Quantidade	Espécie	A quem distribuída

III) Distribuição das tarefas :

A) Fica a capineira dividida de acôrdo com o "croquis" abaixo :

Capineira "A"	Capineira "B"	Capineira "C"
Area junto ao pombal	Ao lado dos boxes	Area face a F. Veterinária

1 — Encarregados :

a) Da capineira "A" — 1 cabo e 1 sold. ;

b) Da capineira "B" — idem, idem ;

c) Da capineira "C" — idem, idem.

B) Ferragem :

C) Veterinária.

IV) Atribuições :

A) Do encarregado das áreas de capim :

- 1 — irrigação diária ;
- 2 — retirada do mato existente ;
- 3 — corte do capim, quando tocar a vez da área ;
- 4 — responsável pelo material destinado a área e pela sua conservação e manutenção.

B) Do Auxiliar das áreas de capim :

As mesmas atribuições do encarregado, como auxiliar e substituto :

C) Do Sgt. Chefe da Ferradoria e Auxiliares :

As atribuições previstas nos arts. 121, 125 e 126 do R/1 e as previstas no R/3.

D) Do sgt. enfermeiro veterinário e auxiliares :

As atribuições previstas nos arts. 123, 125 e 126, do R/1 e mais a prevista no R/3 :

E) Arquivista :

O arquivista da Formação Veterinária é o 2º sargento enfermeiro veterinário, auxiliado por um cabo e um soldado arquivistas (ambos conscritos).

V) Horário :

Para o entrosamento das diferentes funções fica estabelecido o seguinte :

2ª, 3ª, 5ª e 6ª feiras :

Pela manhã — das 0730 às 1030 ;

À tarde — das 1400 às 1600.

4ª feira e sábados :

Pela manhã — das 0730 às 1030.

VI) Prescrições diversas :

A) Forragem :

É distribuída às Cias. pelo Aproveisionador ou sargento Auxiliar.

Local — Pavilhão de forragem.

Fiscalização — Pelos sargentos de dia às Cias. ou furriéis.

Local — Pavilhão de forragem.

Hora — 0900 horas.

B) Para os trabalhos de curativos e ferragem dos animais serão aproveitados os homens das capineiras que não estejam no regime de corte.

Número de homens — 2 por dia, um de cada capineira.

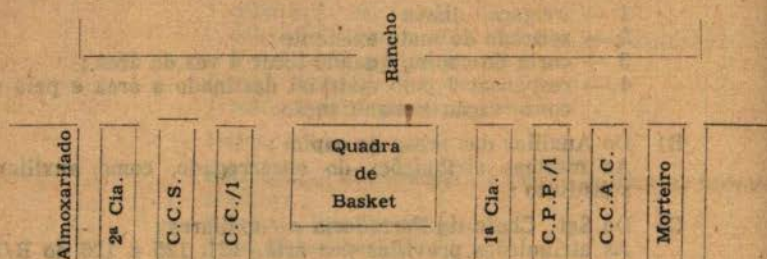
C) As capineiras que não estejam no regime de corte, exigem a presença de apenas um homem para limpeza e irrigação.

D) Nas 4ªs feiras e sábados o Chefe da F. Veterinária disporá de 4 homens (faxina) de subunidades do Btl.

O pedido destes homens deverá ser feito pelo Chefe da F. Vet. às 3ªs e 6ªs feiras até às 1400 horas ao S/1 ou Adjutante do Pessoal.

7 — INSTRUÇÕES PARA FUNCIONAMENTO DO RANCHO

- I) *Local da formatura* — Pátio que fica em frente ao rancho.
 II) *Dispositivo* (Vide croquis abaixo).



- III) *Material que cada homem deve possuir* :
 Bandeja, caneco de louça e talher de alumínio.

- IV) *Uniforme para o rancho*.

O de instrução a saber : borzeguins de couro preto, calção de instrução, blusa e gorro circular.

Para o almoço de sábado o uniforme de passeio para os dispensados.

- V) *Ordem de avanço para o rancho*.

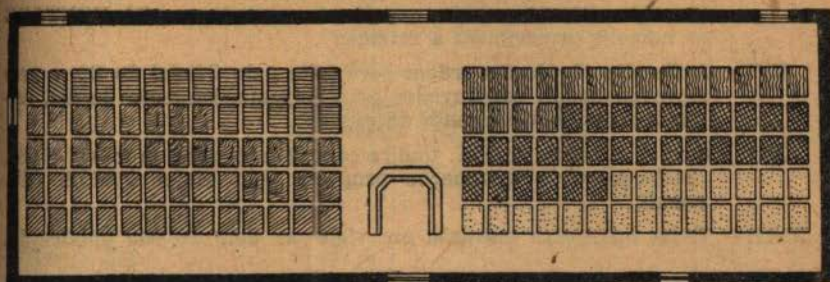
DIAS	CAFÉ	ALMOÇO	JANTAR
2ª Feira	C.C.S.	C.C.A.C.	Cia. Mrt.
3ª Feira	C.C.A.C.	Cia. Mrt.	C.C./1
4ª Feira	Cia. Mrt.	C.C./1	1ª Cia.
5ª Feira	1ª Cia.	2ª Cia.	C.P.P./1
6ª Feira	2ª Cia.	C.P.P./1	C.C.S.
Sábado	C.P.P./1	C.C.S.	C.C.A.C.
Domingo	C.C./1	Cia. Mrt.	2ª Cia.

- VI) *Distribuição das Cias. no rancho* (Vide croquis anexo).

- VII) Em cada mesa deverá existir uma chapa, na qual constará o número das praças que a utilizam, tendo sempre em cada mesa um cabo chefe de mesa (ou praças antigas ou os melhores soldados na instrução e de boa conduta, caso não exista cabo). Esse pecúlio será organizado pelo sargento furriel, o qual deverá entregar obrigatoriamente, na hora do rancho, o vale de rações respectivo o qual será controlado pelo Aproveisionador, Oficial de Dia ou Adjunto. Por sua vez, deverá ser fornecido ao Oficial de Dia, Aproveisionamento ou Adjunto, pelo Sargento de Dia, uma relação dos soldados e cabos arranchados que estejam atrasados para o rancho, especificado o motivo.

- VIII) Os bancos e mesas serão numerados seguidamente e distribuídos às Cias. para uso diário. O sargento furriel e o sargento de dia verificarão, diariamente, o estado dos bancos e das mesas distribuídas à sua Cia.

CROQUIS DO RANCHO DO 10º R. I.



LEGENDAS

	1ª Cia.....	22
	C. P. P. / 1.....	25
	C. C. A. C.....	16
	Mrf.....	2
	TOTAL.....	65

	22ª Cia.....	22
	C. C. S.....	30
	C. C. / 1.....	18
	TOTAL.....	70

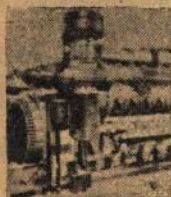
Caso não procedam a respectiva comunicação à F.A., dentro de 24 horas da ocorrência, sofrerão carga da importância correspondente ao dano.

- IX) O Oficial de Dia fará entrar simultaneamente duas Cias., cada uma em coluna por um, pela porta central. Daí receberão no balcão de distribuição a refeição correspondente. Isto feito, dirigir-se-ão os homens para os seus lugares nas mesas. Nenhum homem poderá receber refeição, se não possuir o material especificado no item III.
- X) Cada chefe de mesa será o responsável pela sua mesa que ficará limpa ao terminar a refeição. Os restos serão colocados nas próprias bandejas.
- XI) Tão logo o sargento de dia verifique já terem todos os seus homens terminado a refeição pedirá permissão ao Oficial de Dia para retirar a Cia.
Obtida a permissão, o sargento comandará : — “ORDEM À 1ª CIA. — LEVANTAR! Todos os homens sairão juntos do rancho em completa ordem e em silêncio, pela porta lateral que dá para os lavatórios, onde colocarão no depósito de resíduos, os restos das bandejas e em seguida executarão a limpeza das mesmas, passando pelos três tonéis existentes no pátio.
- XII) Os sargentos de dia ficarão responsáveis pelos resíduos que forem lançados fora do depósito.
- XIII) Para a utilização dos tambores de higiene a Subunidade será dividida em duas filas, passando uma à direita e outra à esquerda dos tonéis.
- XIV) Durante o rancho o sargento de dia deverá permanecer ao lado da fila ou filas designadas para a sua subunidade, sendo o responsável pela disciplina perante o Oficial de Dia. Deve ser o último homem a abandonar o rancho, verificando se tudo ficou em ordem, após o levantamento de sua subunidade.
- XV) A atitude dos homens ao entrar no rancho qualquer autoridade : O Oficial de Dia acompanha a autoridade e, ao penetrar no

rancho dirá : — "Cel. Comandante do R.I. : Os homens interrompem a refeição, permanecendo sentados e observando o mais absoluto silêncio. Assim que fôr comandado : — "À VONTADE os homens prosseguem a refeição".

- XVI) A fiscalização destas ordens será feita pelo Oficial de Dia e pelo Aproveisionador, coadjuvados pelo Adjunto, sargento de dia, sargentos furriéis e sargento do rancho.
- XVII) Caso o comando do R.I. queira completar o total de mesas (168), obedecer-se-á a arrumação proposta pelo Major FARIA (diagonal).
- XVIII) Estas instruções entrarão em vigor na data de sua publicação.

(Continua)



SEISA-EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO S/A. **IMPORTADORES E REPRESENTANTES**

SECÇÃO ELETRICIDADE INDUSTRIAL:
CHAVES ELÉTRICAS DE TÔDOS OS TIPOS
MOTORES, GERADORES, REGULADORES
INSTRUMENTOS, ETC.

SECÇÃO VAPÔR: CALDEIRAS DE TÔDOS OS TIPOS,
MANUAIS E AUTOMATICAS, QUEIMADORES, PURGADORES, ETC.

SECÇÃO FÔRÇA: MOTORES DIESEL, GASOLINA, GRUPOS ELÉ-
TRICOS, MAQUINAS A VAPÔR, TURBINAS.

REPRESENTANTES DA ROCKE INTERNATIONAL ELETRONICA
- RADIO - TV - HI FI. SOM PARA CINERAMA, ETC.

RIO DE JANEIRO: RUA DO LAVRADIO, 47.
TEL. 22-4059 E 22-8951.

SÃO PAULO: RUA FLORENCIO DE ABREU, 364.
TEL. 32 7731, 33-3744 E 37-4612.

CAPITÃO DE TROPA

Cel. J. H. GARCIA



M velho general francês, Brallion, disse que o pôsto de capitão é o pôsto das constatações, mas nós recordamos que ele sempre se referiu ao capitão no exercício da função para que foi criado, isto é, no comando da subunidade e não no exercício de funções, como sejam de professor, de ajudante de ordens ou de outras burocráticas quaisquer.

Constata-se o valor de um capitão no comando de seu esquadrão, de sua bateria ou de sua companhia em tôdas as situações e não doutrinando sôbre emprêgo de exércitos ou manejando as rédeas da política de uma ajudância de ordens, está claro.

Daí porque não nos conformamos com a falta de oficiais dêste pôsto na tropa e a existência em outros cargos.

Somos de opinião de que estamos desta forma solapando a base da organização militar quando rapazes novos, sem experiência nenhuma, mal exercem a função de seu pôsto e já vão desempenhar outras funções para as quais são imprescindíveis a experiência que deixaram de adquirir na época devida.

Será que êsse "vai e vem" que se observa na solução de certos problemas não vem da falta de maturidade de seus solucionadores?...

A maturidade funcional vem com a experiência e não com a idade apenas ou com as páginas que se lê...

A experiência necessária à doutrinação sôbre coisas da Guerra não se encontra pronta ou meia-

confecção; ela tem que ser feita à mão, tem que ser chorada, suada...

Aceitar-se o contrário seria a negação: — um pai não pode colecionar tôdas as suas experiências e, entregando ao filho a coleção pronta dizer — tens aí minha experiência; não.

Isto é "chover no molhado" porque todos o sabem, mas é preciso dizer porque apesar de se saber, os fatos continuam a se passar como se ninguém soubesse...

Em conclusão, somos de opinião que os capitães devem estar na tropa, adquirindo experiência para, ao atingirem os postos mais altos, poderem ter armazenada a matéria suficiente para os desdobramentos necessários nos planejamentos que propuzerem...

Quem não foi capitão, isto é, quem neste pôsto não desempenhou o comando da subunidade, não será por certo um bom oficial superior...

Capitão é o pôsto das constatações: quem é um bom capitão por força será um bom coronel.

Ultimamente um oficial mal saído da escola já é capitão, portanto, sem muita prática do escalão pelotão e, como há muitas funções burocráticas, uma grande porcentagem dêstes capitães vai estudar para cursos técnicos, estado-maior, etc., aconchegados a uma dessas funções e quando terminam os cursos já estão quase majores, sem ter sido capitães.

Devíamos por isso criar duas espécies de capitão: o capitão de tropa e o capitão de gabinete ou melhor o capitão e o capitão de gabinete.

Se o homem não gosta do pó da estrada, do cheiro do cavalo ou da gasolina e tem jeito para o convívio social, se gosta de papelório, deve naturalmente, seguir o segundo ramo.

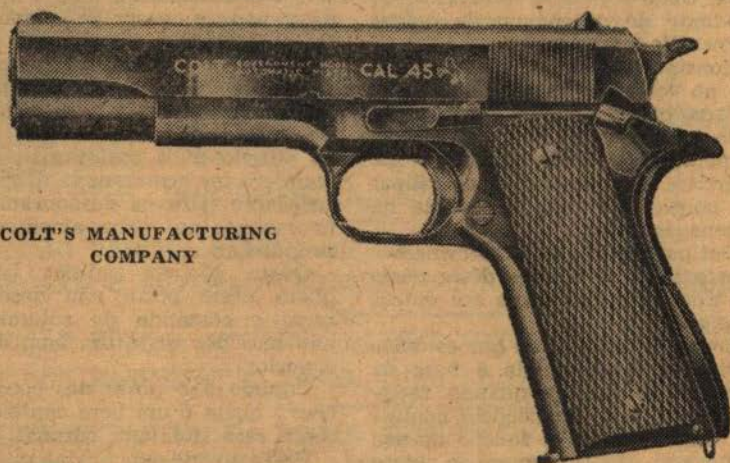
O que desejamos, e entendemos que o seja para o bem do Exército, é o capitão no comando da subunidade e não preparando, como ajudante de ordens, uma boa carreira de influências e simpatias...

Quem veleja por mares pouco navegados como sejam os das guar-

nições dos Santos no Rio Grande, Mato Grosso ou Nordeste constata a falta do capitão. Recordamo-nos que em Santiago para onde vão os últimos alunos das turmas da AMAN os capitães são os próprios tenentes da turma anterior; estes são os homens experientes, tarimbados, que os aspirantes encontram para orientá-los no início de suas carreiras.

Fica aí a sugestão e aguardo a primeira pedra com a firmeza de quem está com a consciência tranqüila...

**PISTOLA "COLT" (GOVERNMENT MODEL) .45, OFICIALMENTE
ADOTADA PELAS FORÇAS ARMADAS DO BRASIL**



**COLT'S MANUFACTURING
COMPANY**

Representante exclusiva no Brasil

CASA MAYRINK VEIGA S/A

Fundada em 1864

17 — RUA MAYRINK VEIGA — 21

CAIXA POSTAL, 309 — TELEFONE 23-1600 — RIO DE JANEIRO

MARMOARIA SÃO JOÃO LTDA.

Nesta casa trabalha-se em Mármore e Granitos Nacionais e Estrangeiros
Finíssimo Gosto em instalações para Casas comerciais

Importadores e Exportadores

RUA SÃO JOÃO, 42 — TELEFONE 4312 — NITERÓI

INFLUÊNCIA DO FATOR POPULAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DOS EXÉRCITOS MODERNOS

Major ISRAEL VARGAS DEHEZA

Traduzido, "data vênia", da "Revista Militar" (Bolívia), de abril de 1953, pelo Tenente-Coronel Floriano Möller.



ENDO a população um dos fatores que constitui o Estado, forçosamente as suas qualidades e sua quantidade influirão poderosamente na formação dos organismos que estruturam esse Estado. Entre esses organismos temos as Forças Armadas, cuja missão é de todos conhecida.

Estas forças armadas, se nutrem da população, população que é um dos fatores de potência militar; portanto, será interessante conhecer em que grau a mesma poderá influir na organização de um moderno Exército, cuja capacidade combativa deve ser a base em que se funde o êxito de qualquer contingência de guerra.

Se bem que antigamente, os exércitos fôssem formados por elementos escolhidos à vontade, geralmente mercenários recrutados por sistemas diversos, hoje em dia, face ao problema da guerra total, na qual toda a nação enfrenta o inimigo comum, e todo seu território é também o cenário da luta, devemos considerar o fator população em todas as suas minúcias e sob todos os aspectos para se ter uma idéia cabal de como aproveitar todos os elementos para organizar este poderoso organismo que é a força armada do país.

Consideremos então a população em seu duplo aspecto de quantidade e qualidade.

Na questão qualidade, temos que referir-nos a vários outros aspectos e que poderíamos assinalar, tais como :

- qualidade moral ;
- qualidade física ;
- qualidade intelectual ;
- tradição, costumes e sentimento pátrio ;
- homogeneidade de raça, de religião e de idioma ;
- espírito militar e guerreiro.

A POPULAÇÃO COMO QUANTIDADE

É de todos sabido que a quantidade da população de um estado, constitui de "per si" um fator de potência ; comparando-se as cifras da população dos diversos estados poder-se-á verificar quais deles serão mais fortes em caso de conflito bélico.

Se analisarmos esta circunstância no campo dos possíveis beligerantes do mundo atual, teremos os seguintes dados :

CAMPO DEMOCRATICO

Estados Unidos....	152.000.000
Grã-Bretanha e seus domínios	484.100.000
França e colônias..	102.000.000
Bélgica e colônias.	19.000.000
Holanda e colônias	72.000.000
Portugal e colônias	16.000.000
Espanha e colônias	26.000.000
Itália e colônias...	58.000.000
Noruega	3.200.000

Suécia	6.500.000
Dinamarca	4.000.000
Grécia	7.000.000
Japão	98.000.000
Turquia	17.000.000
Yugoslavia	17.000.000
Suissa	4.500.000
Alemanha ocidental	45.000.000
Sião	14.000.000
Filipinas	13.000.000
México	20.000.000
América Central...	20.500.000
América do Sul...	108.500.000

Totais..... 1.317.300.000

CAMPO COMUNISTA

Rússia	180.000.000
China	416.000.000
Polônia	34.000.000
Hungria	10.000.000
Rumania	19.000.000
Albania	3.000.000
Tchecoslovaquia	3.000.000
Coréia do Norte...	15.000.000
Manchukuo	34.000.000
Alemanha oriental	45.000.000
Estonia, Letonia, Lituânia e Finlândia	10.000.000
Possíveis estados satélites	35.000.000
	804.000.000

Mas, considerado um estado qualquer isoladamente, este terá como fatores em contrário todos os seus vizinhos, cuja população é considerada como índice de pressão.

No caso dos contendores da futura guerra mundial, o índice de pressão é mais elevado para as nações do campo democrático que para as do campo comunista, salvo se a Rússia haja minado ou mine as massas de todo mundo.

De qualquer maneira, a capacidade econômica, industrial, financeira e sobretudo a moral das nações democráticas, influirão sobre o campo comunista provocando sua derrota, uma vez que é possível que muitos dos estados atualmente sob a denominação vermelha, aproveitando o estado de guerra, intentem sua libertação do jugo comunista

que é bastante pesado e escravizador.

O índice de pressão no caso de nosso país, mediterrâneo e de escassa população é desfavorável, já que os países vizinhos somam um total de 83.700.000 contra 3.019.000 habitantes.

96,5 % CONTRA 3,5 %

Esta desproporção manifesta é um índice de debilidade do potencial militar, que terá uma repercussão desfavorável no curso de qualquer guerra que se intente efetuar no futuro ou que desencadeie qualquer país vizinho sobre o nosso.

Isto pôsto, a quantidade influi na organização dos exércitos nos seguintes aspectos:

— uma melhor seleção dos elementos combatentes;

— maiores efetivos para as unidades de combate e as de serviços;

— não há problema quanto a falta de reequipamento;

— tôdas as armas e serviços são dotados com o pessoal suficiente em quantidade e qualidade;

— a mobilização integral permite o funcionamento normal das indústrias e a aceleração do trabalho nas indústrias de guerra;

— a defesa civil está garantida pela organização do elemento apto, não convocado na mobilização, nos respectivos aspectos de defesa, além de que o elemento feminino colabora substituindo os elementos não indispensáveis da indústria, que são mobilizados;

— a maior quantidade de contribuintes ajuda a resolução dos problemas financeiros e econômicos que demanda uma guerra;

— as fronteiras do país, dispõem de elementos, de recursos, de pessoal e núcleos de população que permitem o exercício da soberania;

— esses mesmos elementos são a base do sistema de cobertura e alerta;

— é possível fazer a guerra mais curta, mais eficaz e gravitando sobre as direções de maior rendimento, pelos recursos humanos, a ca-

passíveis de atingirem a um número ainda maior.

O acima escrito supõe que, no hipotético caso de termos de enfrentar simultaneamente dois de nossos vizinhos, teremos que sucumbir pelo número, antes que pela qualidade.

A quantidade influi também na percentagem que deve ser destinada às diferentes armas e unidades das forças armadas; assim, conforme os dados de organização, destinam-se:

Exército	80 %
Marinha	8 %
Aeronáutica	12 %

Nos países onde não existe Marinha, países sem costas como o nosso, as percentagens variam e se fixam aproximadamente na seguinte forma:

Exército	86 a 91 %
Aeronáutica	12 a 8 %
Fôrças fluviais e outros serviços..	2 a 1 %

No âmbito das forças terrestres, Corticelli e Garioni dão as seguintes percentagens:

Infantaria	de 67 a 80 %
Cavalaria	de 3 a 9 %
Artilharia	de 9 a 18 %
Corpos técnicos	de 2 a 3 %
Trens	de 2 a 4 %
Outros serviços	de 2 a 10 %

Para a nossa organização deveríamos considerar as seguintes percentagens:

Infantaria	50 %
Artilharia	10 %
Cavalaria	12 %
Aviação e Defesa Aérea	8 %
Engenharia	8 %
Serviços	8 %
Blindados	2 %
Tropas fluviais	2 %

Total 100 %

A QUALIDADE MORAL DA POPULAÇÃO

A qualidade moral da população é um dos fatores decisivos do potencial militar, já que sendo o es-

pírito o motor de tôdas as ações do homem, forçosamente, êste tem necessidade de uma grande fortaleza moral.

Esta fortaleza moral permite aos povos que se enfrentam na luta armada, poder impor-se sobre seus inimigos, em que pese as desigualdades de número e do ímpeto guerreiro.

Estas demonstrações de qualidade moral nos deram muitos povos, tanto na história antiga, quanto na moderna; Esparta, Atenas, Tebas, Roma, França, Espanha, Alemanha, Paraguai, etc., são modelos de qualidade moral, uma vez que êstes povos enfrentando terríveis momentos de sua história, souberam defender-se em que pese a superioridade numérica de seus adversários, se bem que muitos dêles sucumbissem na luta.

Esta qualidade moral da população que é o resultado de vários fatores, é possível de ser criada e alimentada artificialmente, seguindo uma sábia orientação educativa da massa.

Esta tarefa deve ser entregue aos mestres que têm em suas mãos a alma da criança, do adolescente e do jovem.

Um exército formado no seio de um povo de poucas condições morais, por muito que suas qualidades técnicas, materiais e de liderança sejam superiores, é possível que fracasse, já que faltará o espírito de luta, a vontade de vencer, de dominar, de impor-se.

O organizador e o leader devem ter especial cuidado em analisar a qualidade moral do elemento combatente, para poder determinar até que grau será possível a exigência e o cumprimento dos deveres militares e dos que impõe a guerra, uma vez que em determinadas ocasiões, será necessário exigir das tropas o máximo de sacrifício, tal como se exigira dos defensores de Boquerón na passada Campanha do Chaco.

Uma resistência a todo transe, até o sacrifício em um determinado setor, pode permitir ao restante da

massa assestar o golpe decisivo no inimigo e vencê-lo.

Por isso, a vitória, podemos dizê-lo enfaticamente, é o resultado de muitos fatores; excelente direção tática e estratégica, tecnicidade em grau superlativo, materiais de qualidade e quantidade adequadas, número e, como expoente de tudo isso, a qualidade moral dos dirigentes e dirigidos.

Para a boa qualidade da moral de um povo contribuem diversos fatores, entre os quais podemos citar como preponderantes: — a boa ou má condição econômica, a maior ou menor abundância dos meios de vida, a boa nutrição, as condições higiênicas do país, a hábil condução da política interna e externa, os costumes, a religião, o grau de cultura e a educação que se deve dar ao povo na escola, no lar e no quartel.

Geralmente são povos de elevada moral os que gozam de excelente cultura, de vantajosas condições econômicas, de fartos meios de vida e uma boa tradição guerreira.

Este fator moral influirá na organização de um exército, de forma notória, já que o organizador estará seguro de que todos os elementos das unidades ou corpos, dos sistemas de força que sejam criados para a luta, responderão eficientemente nos postos para os quais sejam designados.

Além disso, o indivíduo por sua boa qualidade moral, pode sem coerção de seus superiores, cumprir sua função e as missões atribuídas, de modo completamente satisfatório.

Na Bolívia necessitamos acrescentar algo mais às condições morais do povo, dando-lhe condições mais satisfatórias de vida, elevando seu nível cultural e cultivando suas gloriosas tradições guerreiras, que o situaram entre os bons povos guerreiros do mundo.

A QUALIDADE FÍSICA DA POPULAÇÃO

A qualidade física da população tem influência na organização pelo

número de aptos para o serviço das armas, ou seja os indivíduos capazes de prestarem serviço efetivo nos corpos das diferentes armas, na Marinha, Aeronáutica e serviços.

Esta boa qualidade física está em relação direta com o índice do custo de vida, das condições de higiene e salubridade e da situação financeira da Nação.

Povos que gozam de um elevado padrão de vida e cujos habitantes têm excelentes possibilidades de alimentação, moradia e trabalho, terão sempre homens e mulheres de excelentes qualidades físicas cuja influência é enorme na composição das forças armadas.

A boa qualidade física diminui a percentagem dos incapazes, dos tarados, dementes, retardados, etc., percentagem que é digna de nota quando são elevados os efetivos calculados para a organização.

Esta boa qualidade física se manifesta sempre no elevado talhe, torax pronunciado, pêso acima do índice mínimo e ausência de enfermidades infecto-contagiosas, sociais ou endêmicas.

Além disso, uma vez efetuada a convocação e reunidos os efetivos em pé de guerra, quando a qualidade física da população é deficiente, produzem-se uma série de epidemias e baixas por enfermidades diversas que fazem necessário o emprêgo prematuro dos recomplementamentos.

Essa qualidade física deve ser mantida por uma boa educação física, esportes e exercícios convenientemente escalonados desde a infância até à juventude e mesmo na idade adulta. E bem assim, com uma luta encarniçada às enfermidades sociais e infecto-contagiosas, com a redução completa de endemias e epidemias; com obras de saneamento de populações e de setores malsãos, com a construção de boas moradias, baratas, higiênicas e ao alcance das classes humildes e trabalhadoras; com a melhoria das condições de alimentação da massa da população, procurando utilizar os alimentos mais diversos e ricos em vitaminas e calorias.

Comparativamente, as nações mais cultas e civilizadas são aquelas que consomem mais calorias na alimentação individual da população e que têm melhores condições de habitação, menos vícios e menos enfermidades.

Se se comparar o número de calorias que consome um americano, um europeu, um argentino, um venezuelano, etc., com o que consome o termo médio da maioria dos habitantes de nosso país, é desconsolador: — 3.500 calorias da dieta normal daqueles contra 1.500 calorias que consome no máximo um habitante boliviano.

Em suma, a desnutrição, a má alimentação e a má habitação, são fatores contrários à boa qualidade física da população, qualidade física que é necessário conservar a todo transe, a fim de contar com um bom número de unidades na organização geral para a guerra.

Em nosso país, os índices de incapacidade ou de apenas "*aptos para serviços auxiliares*" provocados por má nutrição do povo, má habitação, enfermidades sociais prematuramente contraídas, etc., vai num crescendo, de ano a ano, com características alarmantes, diminuindo cada vez mais a percentagem dos considerados aptos para os quadros orgânicos das Forças Armadas.

Para o futuro é necessário prever e tomar as medidas adequadas antes que a população baixe totalmente em seu aspecto físico, o que influi de "*per si*" no aspecto moral, pois "*mens sana in corpore sano*".

A QUALIDADE INTELECTUAL DA POPULAÇÃO

A qualidade intelectual da população é outro fator de influência no potencial militar: povos de raças superiores, com índice elevado de intelectualidade, como os Estados Unidos, Alemanha, Japão, Itália, França, etc., são povos militarmente mais fortes, porque a massa da população é o elemento que pensa e ao pensar concientemente,

cumprir os deveres impostos pela guerra ou pelo serviço militar.

A qualidade intelectual da massa determina uma eficiência maior no soldado, possibilita uma melhor instrução militar, determina uma disciplina maior, mais sacrifício e maior habilidade para cumprir as tarefas de combate e do serviço militar.

A qualidade intelectual está na razão direta da qualidade da raça, da qualidade física e das condições de vida do país.

Esta qualidade intelectual é suscetível de ser melhorada com a instrução escolar bem dirigida, tanto nos centros povoados quanto no campo, assim como elevando as condições de vida da população.

Em suma, é necessário melhorar as escolas, os processos de ensino, a qualidade dos mestres e o padrão de vida.

A qualidade intelectual dará também excelentes quadros dirigentes, de classes e leaders políticos, financeiros, etc., que assegurem a eficiente continuidade das ações bélicas e da elevada condução política do país, que requer elementos de muita capacidade.

Uma diminuição da capacidade intelectual influirá poderosamente nos quadros de organização, já que estas exigem elementos capacitados para determinadas funções, tanto nos quadros de comando quanto nas unidades de tropa.

Mesmo nas unidades elementares se exigem comandantes de grupo de combate, auxiliares, apontadores, topógrafos, mensageiros, telefonistas, etc., etc., ou seja, um pessoal que tenha as suficientes condições intelectuais que os capacitem para desempenhar sua função.

Além disso, aos soldados mais habilitados é possível exigir-se deles um maior rendimento que aos menos capazes; os gastos que exige sua preparação serão menores e não se terá o problema que temos nós, por exemplo, da instrução de analfabetos que exige tempo e maiores cuidados.

TRADIÇÃO, COSTUMES E SENTIMENTOS PATRIÓTICOS

Estes três fatores também têm influência no potencial militar do Estado na organização das Forças Armadas; assim, por exemplo, cidadãos de tradição e costumes marítimos, fluviais ou terrestres facilmente se adaptarão em fazer parte de corpos e unidades diferentes de suas próprias condições de vida.

Além disso, os habitantes das costas ou dos rios deverão ser recrutados para a Marinha ou para as forças fluviais, já que prestando serviço nelas, se sentirão em seu elemento e a instrução e educação propriamente militares não lhes serão pesadas, nem dificultosas.

Igualmente, os habitantes do interior deverão ser destinados às forças terrestres ou aéreas, em que suas condições de vida não sofrerão muitas modificações, adaptando-se rapidamente às exigências da vida militar.

A tradição dos povos desempenha também um papel importante na organização e direção. Povos pacíficos por tradição, serão refratários à guerra; de muito má vontade ou com pouca disposição atenderão às convocações, preferindo continuar em seus labores agrícolas, pecuários ou industriais, antes de empunhar armas.

Esta categoria de povos necessita de outros incentivos e uma forma diferente de acender a paixão da guerra; em contra-posição, os povos guerreiros, de tradições militares arraigadas, são mais fáceis de conduzir aos conflitos guerreiros.

Os costumes arraigados também devem ser motivos de estudo e de adaptação às usanças militares; assim, por exemplo, os escoceses marcham para o ataque ao som de suas gaitas e com o tradicional uniforme; os americanos necessitam em sua provisão individual de suprimento, elementos tais como o *chiclet*, o cigarro, etc.

A música das bandas militares inclusive, é adaptada aos costumes e à tradição.

Em nosso país deve-se fazer um estudo minucioso das tradições e dos costumes peculiares ao povo, para assim se poder organizar melhor as Forças Armadas e manter bem vivo o interesse e o patriotismo dos soldados.

As denominações dos corpos e unidades, inclusive os uniformes e as guarnições, criam uma alta impressão de honra e de moral. É de toda importância considerar este aspecto, porque assim nasce uma espécie de rivalidade e emulação entre corpos e unidades que se traduzem em maiores feitos heróicos e ações de guerra mais eficientes.

Assim os brilhantes *Spahis* do deserto, sentem-se orgulhosos de seu corpo, de sua tradição e de seu uniforme e não quererão que a unidade tenha uma atuação má, cuidando com brilho, de sua glória e de suas tradições.

Países melhor organizados têm muito em conta a tradição e os costumes, os lugares de procedência, etc., na organização e emprêgo de suas unidades.

Também como exemplo, podemos referir que, nos Estados Unidos, os habitantes de determinadas regiões que adquiriram fama e glória na guerra da Independência e da Secessão, formam corpos e unidades especiais, que tratam de manter bem alto o seu moral e nas melhores condições possíveis; de igual forma a Rússia que com seu Corpo de Cossacos, destinado à Cavalaria, realizou com este proezas guerreiras em todos os conflitos em que teve intervenção.

Como resultado das tradições e dos hábitos nasce o sentimento patriótico, que também influi preponderantemente na organização das Forças Armadas.

Este sentimento patriótico determina os atos de heroísmo, de valor e de sacrifício, determinando também a maior percentagem dos mobilizados, os quais acodem com paixão e com fervor ao chamamento da pátria.

O sentimento patriótico é o motor que impulsiona uma nação à consecução de todos seus objetivos e

a mantém em um grande nível de progresso na paz e, com a vitória e o triunfo na guerra.

Necessário é ter em conta estes fatores, por sua influência no potencial militar e na organização das Forças Armadas.

HOMOGENEIDADE DE RAÇA, RELIGIÃO E IDIOMA

Estes são fatores decisivos para a formação das Forças Armadas de um país; nações com diversos idiomas e raças serão inferiores potencialmente àquelas que tenham homogeneidade de raça, de idioma e de religião.

A raça cria um sentimento moral de superioridade e isso é necessário saber explorar nos momentos decisivos da luta armada; a unidade de raça pressupõe unidade de caráter, de costumes, de tradições e de sentimentos que convergem para uma só aspiração e comunhão de ideais.

Na organização dos Exércitos modernos a diferença racial obriga a criar corpos e unidades de uma só raça, tal como acontece nos EE.UU. em que o negro é agrupado em unidades especiais com Comando e Comandantes de raça branca ou negra.

Esta diferença pressupõe também certos antagonismos que só graças à elevada cultura *yankee*, puderam ser atenuados no que se refere à guerra em si.

Povos com uma única raça não têm problemas no que se refere à composição de suas forças; a igualdade prepondera como princípio democrático e só se consideram os dotes de inteligência, capacidade e valor.

Fora disso, a condução da guerra em si, não apresenta problemas no que se refere ao idioma, aos costumes e à idiosincrasia próprias dos componentes da massa.

Em última análise, a própria diferença racial não é um obstáculo para a organização, quando as raças

são de igual categoria, por exemplo, se elas pertencem integralmente à raça saxônica, pelasga (*) ou amarela.

O perigo e as dificuldades aparecem quando a diferença racial é acentuada entre um e outro componente da nacionalidade; por exemplo, no nosso caso, as raças branca e mestiça são uma pequena fração do número total que é representado pelas raças autóctones americanas; — *quechuas* e *aymaras*.

Estas duas últimas raças, por diversos fatores históricos, sociológicos e econômicos ficaram em atraso intelectual e material com as outras raças, o que prejudica a formação total do Exército e as operações de recrutamento, instrução e mobilização.

Se bem que estas duas raças sejam de tradições guerreiras e tenham qualidades morais e certa resistência à fadiga, em contra-posição o aspecto intelectual está em índice inferior ao da raça branca pura e do mestiço, em virtude do atraso de sua evolução.

Isso prejudica as condições morais, o sentimento patriótico e o espírito guerreiro da nação, que previamente deve resolver seus problemas raciais e sociológicos, para afrontar com verdadeira confiança uma empresa guerreira.

Um raças têm um coeficiente de resistência, intelectual e moral mais elevado, têm melhores condições guerreiras, são capazes de ir até o sacrifício; em contraposição, outras têm complexos de inferioridade, de servilismo e de ignorância que as fazem pouco aptas para a guerra moderna.

No caso de nossos indígenas, as condições de verdadeira escravidão a que foram submetidos durante o período colonial e o abuso dos brancos durante a república, que de certa maneira os mantiveram no mesmo estado, os vícios do álcool e da coca, somados às miseráveis condições de vida, fizeram com que estas duas raças autóctones ficas-

(*) pelasgos — habitantes primitivos da Grécia e Itália. (NT)

sem em um índice demasiado baixo de resistência física, de qualidades intelectuais, de cultura, de condições morais e de sentimento patriótico, reduzindo, desta maneira, o potencial militar em seus fatores morais.

A religião como fiadora da moral individual desempenha um elevado papel na moral do cidadão; qualquer que ela seja significa sempre um sentimento moral elevado e se ela é igual em todos os componentes de uma nação, esta terá em si alguns pontos mais no potencial militar, que é a igualdade de religião e de credos.

A desigualdade obrigará, na organização das Forças Armadas, a criação do respectivo serviço religioso para cada uma das religiões dominantes, de modo a atender por meio dos capelães, dos rabis e dos pastores, a esta importante parte da moral individual e coletiva.

Desatender estas necessidades significará rebaixar em certo grau as condições morais dos quadros e da tropa.

A criação de diversos serviços religiosos implica, além disso, um encargo nos orçamentos respectivos e no próprio custo da guerra, resultando sempre uma ligeira vantagem a igualdade de religião.

Pari-passu com a diferença racial encontra-se a diferença de idioma que acentua ainda mais as dificuldades da organização e do Comando.

Sé para que o Exército tenha uma só doutrina, uma só forma de pensar e de atuar se necessita uma comunidade de idioma, de léxico e de idéias, a diferença idiomática nos componentes de uma Nação significaria, pois, uma ruptura da harmonia e da rapidez de compreensão.

Isso acarretaria o ensino de outras línguas, a utilização de intérpretes e de oficiais, graduados e soldados especializados.

A igualdade de idioma será sempre um fator a mais no auxílio ao potencial militar, como um meio de entendimento e de ação.

Em nosso caso é aconselhável fazer o ensino intenso do castelhano em todos os núcleos de população

campesina, para que toda nossa massa tenha uma só forma ou meio de entendimento, de linguagem e portanto, de unidade de ação.

Isto só teremos conseguido quando o nível cultural da massa se alce a um índice maior; que as escolas e os mestres cumpram a verdadeira função que a sociedade lhes aponta, para o bem comum da nacionalidade.

Falar um só idioma significa pois, pensar igual; ter comunhão de ideais, de interpretação, interação das massas, dos comandos e dos sub-bordinados; maior e por conseguinte mais eficiência para os fins militares.

ESPÍRITO MILITAR E GUERREIRO

As nações podem ser cultas, de nível econômico superior aos dos demais povos, podem ser de elevado índice intelectual e de mesma raça, mas se lhes faltar o espírito militar e guerreiro, terão um fator a menos no potencial militar.

Este espírito guerreiro e militar, é consequência da tradição e às vezes da posição geográfica de um país, mas é sempre o resultado de grandes virtudes morais; da decisão, da vontade de vencer que têm os povos em sua luta pela vida.

Este espírito militar não é fácil de improvisar; custa longos anos de educação despertar nos homens o sentimento de superação e de valor necessários para vencer.

As condições de pobreza podem despertar, por meio da cobiça, um espírito agressor, mas as condições militares e guerreiras têm que estar no sangue.

Estas condições tornarão mais fácil o trabalho da preparação para a guerra, porque os indivíduos estarão convencidos da finalidade benéfica desta preparação e que seu objetivo é a conquista de condições de vida superiores, de hegemonia política ou econômica.

Se bem que no homem exista latente o espírito de agressão, de conquista e de sacrifício, estes sentimentos podem estar modificados pelas condições de vida, pelos ví-

cios, pela demagogia, pela servidão ou pelo meio ambiente.

Depende da habilidade da direção política e estatal, conseguir o desenvolvimento de tais virtudes; alcançar êxito na guerra afirma estas condições, e o mais conveniente é manter latente êsse espírito, a fim de que as massas estejam preparadas para a eventualidade de uma guerra.

Isto será conseguido explorando um objetivo comum de ordem elevada, uma tendência política ou um perigo imaginário.

De qualquer maneira, o espírito militar e guerreiro é uma poderosa alavanca para atingir os fins que persegue a organização e a estratégia, porque êste espírito supõe sacrifício, abnegação, valor, heroísmo e uma grande tenacidade.

Exemplo de elevado espírito militar e guerreiro nos deram na antiguidade a Grécia, Roma e nos tempos modernos o Paraguai, Alemanha, Japão e Estados Unidos.

Por terem êsse espírito guerreiro e militar, a Alemanha quanto o Japão, lograram preparar as massas dessas nações para colossais aventuras guerreiras; enquanto que a Itália nos deu palpáveis mostras de que êsse espírito militar e guerreiro pode sofrer tremendos co-

lapsos, quando a direção política do país é inadequada e que se viva apenas em um ambiente artificialmente impôsto pelas circunstâncias.

Em nosso caso, como país mediterrâneo e rodeado de inimigos em potencial, é conveniente desenvolver êste espírito ao máximo, para fortalecer o potencial militar do país.

De "per si", nosso povo é aguerrido, — o demonstram as guerras pelas quais tem passado e suas contínuas lutas intestinas; agora é apenas conveniente uma hábil direção política, dentro de um espírito de nacionalismo, como o em que vive no presente, para conseguir levar ao máximo estas virtudes que possibilitarão a consecução de todos os objetivos políticos, estratégicos e econômicos que persiga o país.

* *

Para concluir êste mal alinhavado artigo, concito os companheiros e camaradas do Exército da Bolívia a meditem nestes problemas e estudarem-nos com atenção para dar-lhes a solução adequada, quando pela hierarquia e pela função, estejais nos postos superiores de Comando, para o bem e o benefício da coletividade.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

CONDUTA DO TIRO DE PRECISÃO PELO PROCESSO PECULIAR AO ARTILHEIRO

J. F. MOREIRA COUTO, *Ten.-Cel.* e MARINO
FREIRE DANTAS, *Major*

1 — GENERALIDADES

A técnica da ajustagem do tiro de artilharia pelo observador foi simplificada intencionalmente tendo em vista habilitar o combatente de qualquer arma a dirigir, numa emergência, os tiros de apoio (C 6-135). O observador dirige a ajustagem como se fôsse ele a peça que atira, e envia à central de tiro correções baseadas nesse pressuposto. A central de tiro ciente da posição da bateria em relação à linha de observação, transforma essas correções em dados utilizáveis pelas peças.

O processo dá excelentes resultados enquanto o observador não se afasta sensivelmente da axialidade. À medida, porém, que o ângulo de observação cresce, as observações chegadas à central de tiro durante a eficácia determinam frequência maior de interpretações ambíguas, obrigando a constantes repetições de tiros e conseqüente perda de tempo; verificam-se consumos de munição exagerados, e em certos casos até a impossibilidade de concluir regulações nos prazos disponíveis.

Quando o observador é um artilheiro, êsses inconvenientes podem ser atenuados se êle utilizar, em proveito da observação, o conhecimento que tem da zona em que se encontra a bateria, e do emprêgo que a central de tiro fará das observações que lhe remete. Passa êle então, na eficácia, a relacionar o arrebetamento à linha bateria-alvo, fornecendo à central de tiro infor-

mes imediatamente exploráveis no prosseguimento do tiro.

2 — CONDUTA DO TIRO

a. Fase de ensaio. A fase de ensaio é conduzida, pelo observador e pela central de tiro, segundo as normas descritas no C 6-40.

b. Eficácia. Quando o observador pede Eficácia, ou Melhora, a central de tiro o notifica da posição da bateria por uma das mensagens seguintes:

(1) Axial, Remeta Desvios em Metros, quando o ângulo de observação não ultrapassar 100''; nada há de particular, neste caso, quanto à conduta do observador artilheiro, que continua a aplicar as regras preconizadas para o observador de qualquer arma.

(2) Bateria à Direita (Esquerda), quando o ângulo de observação estiver compreendido entre 100 e 1400''.

(3) Bateria à Direita (Esquerda) Transversal, quando o ângulo de observação exceder de 1400''.

Nos dois últimos casos, o observador observará o tiro referindo-o à linha bateria-alvo, pela noção que tem de sua situação no terreno. Informará, quanto à direção, onde passa o plano de tiro: Plano à Direita ou Plano à Esquerda; e remeterá o alcance de cada arrebetamento referido à bateria que atira: Curto e Longo.

Quando o observador deixar de observar o plano em dois tiros con-

secutivos, solicitará Por Dois à central de tiro, a fim de materializar a direção, e remeterá as observações dos dois tiros. Exemplo: Curto, Longo, Plano à Direita.

Uma vez assegurada a direção, a central de tiro cientificará disso o observador, anunciando Direção Correta; daí por diante o observador enviará somente observações de alcance até o cumprimento cabal da missão, ou até receber da central de tiro o aviso Regulação Terminada. Nas observações subsequentes a um tiro No Alvo será também emitida a observação referente à direção.

3 — REGRAS DE OBSERVAÇÃO

a. Observação do alcance.

(1) Os arrebitamentos sobre a linha de observação serão curtos quando se derem entre o observador e o alvo, e longos no caso contrário (Fig. 1).

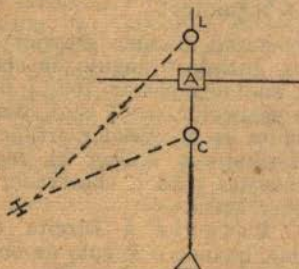


Fig. 1

(2) Os arrebitamentos fora da linha de observação que aparecem curtos ou longos para o observador, serão igualmente, na maioria dos casos, curtos ou longos para a bateria (Fig. 2).

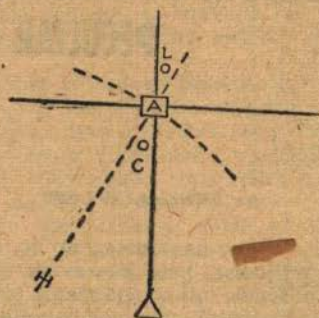


Fig. 2

(3) Os arrebitamentos que se derem nas áreas bucuradas da figura 3 têm geralmente assegurada sua observação em alcance.

(4) Na observação transversal, o arrebitamento que se der do mesmo lado da linha de observação em que se encontra a bateria, será anunciado Curto; produzindo-se do lado contrário da linha de observação, será observado Longo (Fig. 4).

(5) Quando a direção estiver correta, ou houver enquadramento do 1/2 s, o tiro observado do mesmo lado da linha de observação em que se encontra a bateria será

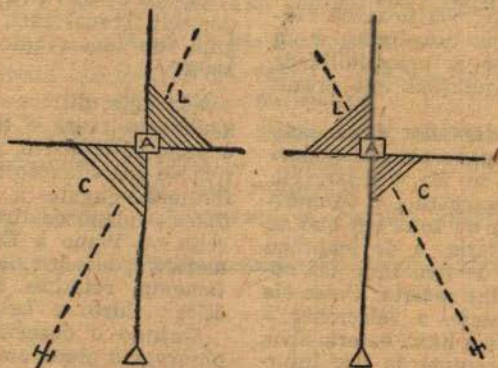


Fig. 3

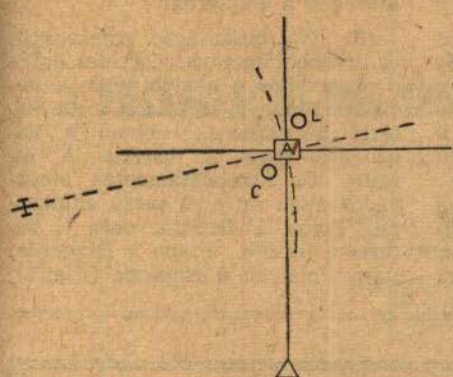


Fig. 4

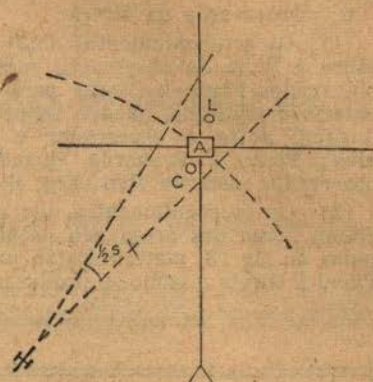


Fig. 5

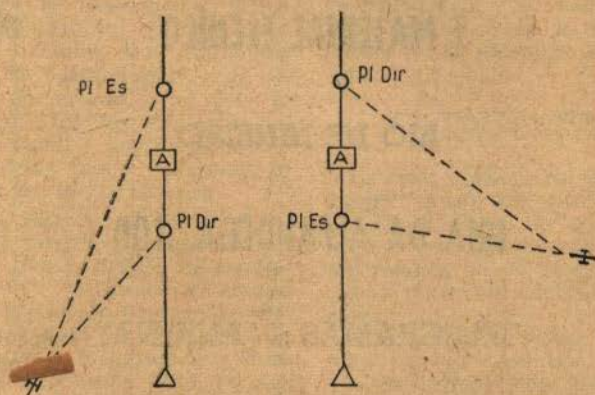


Fig. 6

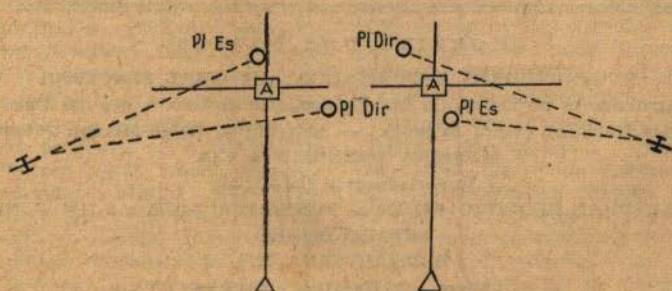


Fig. 7

anunciado Curto ; do lado contrário, Longo (Fig. 5).

b. Observação da direção.

(1) Os arrebitamentos obtidos sobre a linha de observação serão observados Plano à Direita para a bateria à esquerda, quando se produzirem entre o observador e o alvo ; Plano à Esquerda, quando observados além do alvo (Fig. 6).

(2) Os arrebitamentos que se derem numa das áreas não bachuradas da fig. 3, materializarão um Plano à Direta quando se produzam

à direita da linha de observação ; um Plano à Esquerda, quando observados à esquerda.

(3) Na observação transversal, os arrebitamentos ocorridos entre o observador e o alvo serão anunciados Plano à Direita, para a bateria à esquerda ; Plano à Esquerda, para a bateria à direita. Os arrebitamentos observados além do alvo serão anunciados Plano à Direita, para a bateria à direita ; Plano à Esquerda, para a bateria à esquerda (Fig. 7).

COMPANHIA DE ANILINAS, PRODUTOS QUÍMICOS E MATERIAL TÉCNICO

RIO DE JANEIRO

RUA DA ALFÂNDEGA, 100

TELEGRAMAS : "ANILINA"

CAIXA POSTAL, 194 — TELEFONE 23-1640

MOREIRA DOS COFRES

REVENDEDORES AUTORIZADOS : GENERAL ELECTRIC

Distribuidores no Estado do Rio dos produtos de ferro e aço das Cias. :

Siderúrgica Nacional (Volta Redonda) — Siderúrgica Belgo-Mineira (Monlevade)

MOREIRA CARNEIRO & CIA.

Importadores e Industriais

RUA MARECHAL DEODORO, 130/134 — FONES 3176, 2-0930 e 2-1111 — NITERÓI

ESTADO DO RIO

REDE INTERNA 7771

Enderço Telegráfico "COFRES"

A MECANIZAÇÃO DAS TROPAS DE ENGENHARIA

Ten.-Cel. CIPRIANI

Revista Militar Italiana. Tradução para Exército pelo Cmt. LUIZ RODRIGUEZ DE VIGURI.

Tradução e adaptação, "*data vênia*", dos Tenente-Coronel CÉSAR GOMES DAS NEVES e Major HERÁCLIDES DE ARAÚJO NELSON.



S EXIGÊNCIAS da guerra moderna, impõem uma crescente e ampla mecanização das tropas de Engenharia. É necessário pensar, com efeito, nos volumosos trabalhos de comunicações e de organização do terreno, hoje, mais do que nunca úteis em tôdas as fases do combate, e considerar quanta importância tem a oportunidade e rapidez de tais trabalhos.

Hoje, já não é mais possível satisfazer as complexas exigências da realidade sem o auxílio de máquinas potentes. Os meios de ataque de toda espécie são capazes de produzir danos gravíssimos na rede de transporte, cuja integridade é absolutamente necessária para assegurar o movimento de viaturas de todos os tipos, cada vez mais numerosos e pesados.

Semelhante ao desenvolvimento e outras atividades peculiares aos sapadores, as máquinas, com o seu alto rendimento, podem proporcionar uma execução rápida, e uma grande economia do pessoal.

Tudo isto é muito conhecido, no entanto, alguns aspectos desta mecanização precisam ser examinados. As presentes notas visam simplesmente chamar a atenção sobre este problema e dar uma noção de conjunto embora rápida, do ferramental mecânico considerado útil, e, até certo modo indispensável à exe-

cução de seus mais comuns trabalhos no campo de batalha.

Com tal finalidade examinemos sucessivamente os equipamentos de terraplanagem, de excavação, de trabalhos de ferro e madeira, de pontes e os veículos táticos especiais.

I — EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM

Os mais conhecidos são os "Bulldozers", nome genérico que abrange vários tipos de equipamentos aptos à execução do trabalho de terraplanagem ou de desmonte, remoção de materiais, derrubada de árvores.

O emprêgo de maior rendimento para os fins que nos interessam é o de abertura de pistas, de valas para estradas ou acesso de pontes, e da remoção de obstáculos ou de obras de obstrução que se aponham ao tráfego sobre uma estrada.

Os tipos mais comuns de empurradoras compõem-se de um trator dotado em sua parte anterior de uma lâmina, que se pode levantar ou baixar, por meio de dispositivos mecânicos ou hidráulicos.

Alguns tipos, chamados "Angle-dozer", têm disposta a lâmina de tal forma que pode adotar diversas inclinações em relação ao eixo do trator. São especialmente úteis para escavar ou remover terras com inclinação transversal, porque permitem a escavação no desmonte e

a simultânea raspagem da terra plana. Constituem, portanto, o meio mais simples e mais rápido para a abertura de estradas à meia encosta ou para conseguir o seu alargamento.

O rendimento desta máquina é considerável: o trabalho que pode realizar uma "empurradora" de potência média (de uns 50 CV) é avaliado na escavação de 30 a 70 metros cúbicos por hora. Para realizar este mesmo trabalho seriam necessários cem homens, admitindo-se que o espaço comportasse a ocupação pelos mesmos, circunstância que nem sempre se apresenta.

Outras máquinas, as relhas "scrapers", ao invés de realizar a escavação diante do trator, a executam por trás e não entendem como as empurradoras, as terras escavadas, sem que as recolham e as transportem a outros lugares.

Segundo a sua potência, são capazes de transportar de 0,5 a 2 metros cúbicos de terra.

Para demolir os terrenos muito duros, facilitando o trabalho posterior das empurradoras servem as escavadoras "rippers", constituídas por um "chassis", de duas rodas, provido de fortes dentes escavadores que podem ser fincados até 30 a 40 centímetros de profundidade. Seu emprêgo é também útil para romper rapidamente a pavimentação das estradas para colocação de minas, evitando sua localização e conseqüentemente, perda de eficiência, como sucede quando são colocadas sem se recorrer a este processo.

II — EQUIPAMENTOS DE ESCAVAÇÃO

Como a organização do terreno em campanha está baseada de preferência nos trabalhos de escavação, é claro que o emprêgo dos equipamentos escavadores será vantajoso para se obter, com surpreendente rapidez, os poços e trincheiras necessários aos atiradores, à circulação e aos abrigos, que constituem o esqueleto da organização defensiva.

Uma pequena escavadora de campanha, já experimentada com êxito, pode escavar poços com um diâmetro de cerca de 0,60 metros e uma profundidade aproximada de 1,50 metros, ou seja um poço para atirador isolado.

Reunindo-se escavações destas dimensões consegue-se facilmente postos para dois ou três homens, muito seguros devido à sua exígua secção.

Esta secção reduzida, que é impossível de se obter com o trabalho manual, tem a evidente vantagem de limitar a vulnerabilidade dos postos e, em consequência proporcionar um volume menor de terra excedente, o que constitui uma constante preocupação a fim de se conseguir um perfeito disfarce, pois exige que seja cuidadosamente depositada à distância.

A escavadora que realiza um trabalho deste tipo é ligada a um trator de pequenas dimensões e pode proporcionar uma escavação circular de 0,60 metros de diâmetro e até de cerca de 2 metros de profundidade, em menos de dez minutos. Para realizar o mesmo trabalho, tendo em vista a dificuldade que oferece a escavação em pequena secção, além de um metro de profundidade, um homem não dispense menos de quatro ou cinco horas.

Outras escavadoras de maior importância são empregadas para trabalhos de maior volume como: escavações para abrigos, observatórios, postos de comando, casamatas para artilharia, posições de proteção de veículos, etc.

Um pequeno abrigo enterrado para dez homens, que exige uma escavação de 30 a 40 metros cúbicos e para o qual não é possível, por motivos de espaço, empregar no trabalho mais de seis a oito homens, não podendo ser concluído antes de um prazo mínimo de vinte e quatro a trinta e seis horas. Uma escavadora de potência média pode realizar o mesmo trabalho em um tempo inferior a quatro ou seis horas.

Adaptando-se um jogo de sondas a estas máquinas escavadoras, pode-se obter poços de menor secção,

que são utilíssimos para conseguir-se perfurações rápidas; em poucas horas é possível, efetivamente, perfurar em uma extensão de uma centena de metros, os fornhos necessários, e a uma profundidade de quatro a seis metros sob a pavimentação da estrada. É impossível, portanto, subestimar a importância destas possibilidades, que torna insubstituível o emprego destes modernos equipamentos.

III — EQUIPAMENTOS PARA TRABALHOS DE FERRO E MADEIRA

Já no decorrer da última guerra as tropas de Engenharia empregavam ferramentas eletromecânicas leves para a execução dos trabalhos de madeira, forja, etc. Foi empregado o equipamento de mochila, movido por um motor de 5 CV, que permitia funcionar o conjunto de ferramentas mais necessárias ao sapador: serra de volta, serra articulada, talhadeiras para madeira e ferro, enxó de rabo, pequenas instalações de iluminação de campanha, pedras de esmeril, tesoura de cortar, pequenas bombas centrífugas, martelos, pulverizadores de pintura, perfuradores de rocha, sendo que os pulverizadores de pintura são indispensáveis para a execução dos trabalhos mais elementares de camuflagem.

Um equipamento deste modelo deve constituir a dotação normal da Turma de Sapadores, isto é, da Unidade Elementar de Trabalho, caso se queira obter o elevado rendimento que se exige para as tropas técnicas; alto rendimento que compensa a tradicional escassez de efetivos das mesmas para as numerosas missões normais.

Tal equipamento encontra aplicação na maior parte dos trabalhos: construção de ponte de circunstância, instalações defensivas à prova, barracões, organização de oficinas para a construção em série de vários materiais, organização de postos de comando e dos observatórios e de outras muitas tarefas de interesse geral.

Equipamentos análogos podem ser acionados com os moto-compresso-

res, sempre indispensáveis à execução de trabalhos em rocha de certa importância.

Os equipamentos mecânicos, a ar comprimido (compreendendo martelos, perfuradores, quebradores, serra de cinta e de cadeia, etc.), são mais pesados e têm um rendimento menor relativamente aos do equipamento eletromecânico. Sem dúvida são aptos por sua resistência para os trabalhos de maior volume. Por todos os modos é conveniente que os dois tipos de equipamento de ferramenta coexistam, reservando-se ao elétrico, bastante mais leve, os trabalhos mais frequentes e constituindo com ele a dotação normal das unidades em trabalho; em troca, o equipamento de ar comprimido será, empregado em trabalho mais complexo.

Além dessas, as ferramentas citadas, facilmente transportáveis, porém, de emprego limitado, é compreensível que nos Parques existam oficinas auto-transportadas, já amplamente empregadas nas tropas de trabalhadores especializados, de mineiros e pontoneiros e preparadas para a execução dos diversos trabalhos de oficinas, necessários à manutenção dos materiais e das máquinas e para formar eficientes oficinas de campanha.

Um novo tipo de auto-oficina, que está em curso de experiência, permite o mais amplo emprego. O conjunto compõe-se de um trator com semi-reboque e de um reboque para o grupo eletrogêneo de reserva. O grupo eletrogêneo principal é transportado sobre o trator e é acionado pelo mesmo motor deste. As máquinas-ferramentas instaladas no semi-reboque são: um torno paralelo, uma fresadora, uma plaina, uma escôva de fios, uma serra, uma pedra de esmeril, uma broca, um equipamento de solda elétrica, um equipamento de oxido-acetileno. Além disso, dois bancos de trabalho: um para trabalhos de madeira e outro para os de metal. O auto-oficina pode começar a funcionar em um quarto de hora.

Não se deve esquecer, entretanto, as máquinas de ferramentas de

mais freqüente emprêgo, os grupos eletrogêneos, por serem sempre necessários para proporcionar energia elétrica para a iluminação, especialmente para os comandos, uma vez que não se admite mais hoje em dia trabalhar à noite com a luz dos primitivos lampeões de campanha.

IV — EQUIPAMENTO DE PONTES

Também os pontoneiros exigem um alto grau de mecanização a fim de facilitar as operações de transporte e de lançamento das pontes regulamentares.

Lanchas com motor e flutuadores auto-propulsados são, hoje, indispensáveis para imprimir rápido movimento às embarcações de qualquer espécie, desde o simples bote-pneumático ao maciço pontão, para o transbordo dos meios mais pesados para construção de pontes.

Além de proporcionar a vantagem da rapidez de manobras e empregando um menor número de homens, a auto-propulsão dos flutuantes torna possível a utilização de um maior número de pontes de embarque águas acima e águas abaixo, e isto tem muita importância sob o ponto de vista tático.

Devemos ter presente que a auto-propulsão das comportas, que formam a ponte, permite também efetuar, em curto espaço de tempo, a retirada da mesma ponte e de sua reparação, se alguma de suas partes estiver danificada.

Além do mais, devido à economia de tempo e de homens (e sabem como é preciosa esta economia na complicada e delicada operação de transposição de um curso d'água) convém estender o emprêgo dos auto-guindastes, para pôr náguas e retirar rapidamente os pesados flutuantes de ponte "BAILEY". Cada um dos elementos que formam os flutuantes da ponte "BAILEY" pesa uma tonelada; um elemento da armação, cerca de 250 quilogramas; o elemento do taboleiro da ponte, para unidades blindadas, pesa, também, aproximadamente uma tonelada.

Todos estes materiais devem constituir a dotação normal de nossos

sapadores e pontoneiros, não sendo possível manejar a braços elementos de tão elevado peso.

O emprêgo dos flutuantes de grande capacidade, como os da ponte "TREADWAY", que têm perto de oito metros de largura, exigem a utilização de moto-compressores adequados para o seu enchimento. Alguns modelos destes moto-compressores, de concepção e fabricação italiana, já estão em serviço e permitem, em poucos minutos, o enchimento dos flutuantes de maior volume.

Por fim, deve-se considerar que quase sempre as pontes regulamentares exigem a construção de largas rampas de acesso; este trabalho pode ser realizado rapidamente, com pouquíssimos homens, empregando-se as empurradoras.

V — VEÍCULOS TÁTICOS ESPECIAIS

O equipamento citado para as tropas de sapadores e pontoneiros é de importância fundamental, para os fins da mais elementar mecanização.

Sem dúvida, devemos considerar também a ferramenta destinada às tropas que possuam uma determinada especialização, como as de suprimento d'água (instalações para poços profundos, moto-bombas para a extração d'água, equipamentos de campanha para tornar a água potável, etc.), e por último, a ferramenta especial para alguns trabalhos como o concreto armado para a execução de obras de fortificação e fábricas. Todo este equipamento, por ser de emprêgo mais geral, deverá fazer parte das dotações orgânicas dos sapadores de todos os Exércitos.

Porém, há outras, não menos importantes, cujo emprêgo está sendo ampliado, para permitir aos sapadores a execução de determinadas operações, que não podem ser levadas a bom termo se não conseguem uma adequada proteção ou não contam com o apoio de suas próprias armas. Esta é uma necessidade nascida na guerra moderna, na qual os sapadores atuam, em numerosas circunstâncias, como verdadeiras tropas de assalto.

Basta recordar as complicadas operações para a abertura de brechas nos campos minados, as de ataque a posições fortificadas ou as de forçamento de um passo através de um curso d'água.

A vista destas missões, que têm uma importância relativa para o êxito da ação tática, é indispensável que os sapadores sejam dotados de meios adequados e de armamento eficiente. Esta necessidade deve ser sempre lembrada, se quisermos que os sapadores sejam verdadeiramente aptos para "abrir o caminho para os infantes".

Entre os materiais mais característicos destinados a serem empregados pelos sapadores em combate citaremos: os carros destruidores de minas modelo ESCORPIÃO ("Flails"), dotados de um cilindro giratório anterior, que move umas cadeias que golpeiam o terreno e provocam a explosão das minas. O dispositivo, ainda apresenta notáveis limitações para o seu emprego, podendo, em numerosos casos, resolver o árduo problema de abrir brecha nos campos minados adversários. Alguns carros deste tipo são armados de canhões anti-carro para se oporem à ação dos carros de combate médios inimigos ou para defender outros "FLAILS" durante a execução de seu ataque.

Os carros destruidores de minas com rolos compressores ou de arado — meios não bastante seguros e de difícil manêjo, mas que poderão ser aperfeiçoados.

Os carros armados com ponte (tipo SHERMANN e CHURCHIL) cuja parte superior, mediante uma conveniente disposição, permite a passagem de veículos, uma vez que o carro penetre na brecha e se ligue aos bordos do terreno por meio das suas rampas. De modo análogo é o carro "VALENTIN", que transporta uma armadura articulada de ponte; por meio da qual os carros de combate podem vencer obstáculos naturais ou artificiais de 10 a 16 metros de altura.

As pontes móveis de assalto com as quais as operações de lançamento de uma ponte são realizados com meios blindados, sem expor o pes-

soal ao fogo inimigo. Tem maiores possibilidades que os carros-ponte porque permitem o lançamento de pontes de cerca de 20 metros de comprimento.

Os veículos anfíbios, para a formação de cabeças de ponte. Um tipo desta classe de veículos (BÜFALO) tem uma capacidade de 4 toneladas de material ou de 30 homens equipados. Possui uma rampa que permite o carregamento de um "jeep" ou de pequenas peças anti-carro.

Os "SHERMANNDOZERS" lançam bombas que têm a mesma utilização dos precedentes e que estão armados com numerosos tubos lançabombas para demolir obstáculos anti-carro ou de concreto armado.

CONCLUSÃO

Sem uma conveniente mecanização a Engenharia não poderá resolver os seus problemas, hoje maiores e mais complexos do que no passado.

É bem verdade que muito já tem sido feito em nosso Exército, a fim de adaptar as dotações mecânicas às necessidades reais, e muitos estudos e experiências estão sendo realizados para determinar qual a maquinária mais adequada para os trabalhos mais freqüentes.

Permanece, no entanto, um longo caminho a percorrer. Além disso é preciso considerar atentamente que o amplo emprêgo de máquinas de todas as espécies impõe uma mais individualizada especialização é também uma minuciosa seleção do pessoal e uma instrução intensiva.

Daí se depreende a ineludível necessidade de não se separar a máquina do pessoal preparado para o seu manêjo. As máquinas não podem ser distribuídas como o são os materiais de emprêgo, pois, ao contrário, devem constar da dotação permanente de pequenos núcleos de especialistas, os únicos que estão em condições de atender ao seu funcionamento e manutenção com o máximo de eficiência.

É necessário, além do mais, que os técnicos militares acompanhem

o desenvolvimento das indústrias para deduzir tôdas as possíveis aplicações dos seus progressos no campo militar, tendo em vista não ser conveniente transferir u'a máquina, embora perfeita, do seu emprego geral para o militar. Muitas máquinas, com efeito, deverão ser modificadas, a fim de obter-se con-

juntos mais simples, resistentes e maneáveis e de fácil manutenção, capazes de entrar em ação rapidamente, ainda que nas piores condições, e de tornar sempre mais vantajosa a tarefa dos sapadores, enquadrados nessa luta gigantesca dos meios técnicos que significa a guerra moderna.

RELAÇÃO DE LIVROS À VENDA NESTA REDAÇÃO

	Cr\$
As Repúblicas Hespanos S. Americanas — Major Ayrton S. Freitas.....	20,00
As Condições Geográficas — General Mario Travassos.....	10,00
As Manobras de Nioac — General Bertoldo Klinger.....	5,00
Aspecto Geográfico Sul Americano — General Mario Travassos	10,00
Algumas Coisas da Rússia — Coronel J.B. Magalhães.....	12,00
A Compreensão da Guerra — Coronel J.B. Magalhães.....	30,00
A Linha de Fogo na Guerra — Capitão Germano Seidl Vidal..	6,00
A Batalha de Roma — Capitão Geraldo de Menezes Côrtes....	18,00
A Batalha do Monte das Tabocas — Coronel J.B. Magalhães..	12,00
A Guerra de Sucessão — Artur Carnauba.....	5,00
Artilharia de Dorso — Capitão Otavio A. Velho.....	15,00
As Transmissões no Reg. Sampaio — M.F. Castelo Branco...	15,00
Abreviaturas M.N. Americanas — Capitão Otavio Alves Velho	5,00
A Fôrça Mecanizada — Silvio do Amaral.....	60,00
Bateria de Acumuladores — Archimedes P. de Oliveira.....	15,00
Balística Externa — Coronel Morgado da Hora.....	60,00
Crônicas de Guerra — Coronel Olivio G. de Uzeda.....	30,00
Cartilha da Mocidade — Coronel Micaldas Correia.....	8,00
Contribuição para a Guerra Brasil B. Aires — General Bertoldo Klinger.....	6,00
Centralização do Tiro — Breno B. Fortes.....	6,00
Do Recôncavo aos Guararapes — Major Antônio S. Junior....	50,00
Dêm Estádios ao Exército — Coronel Jair J. Ramos.....	30,00
Ensaio Sôbre a Informa na Guerra — Coronel José Horácio Garcia.....	15,00
Estudos dos Morteiros — Capitão Gustavo Lisbôa Braga.....	7,00
Estratégia dos Terros — Coronel J.B. Magalhães.....	15,00
Fichário dos Instrutores de Ed. Física — Coronel Jair Jordão Ramos.....	20,00

COMO EVOLUIRÁ A PRÓXIMA GUERRA ?

Major MAURICIO FELIX DA SILVA



BSERVANDO a evolução da arte da guerra até nossos dias, pode ser constatado, de modo geral, que dois conceitos fundamentais têm se mantido cons-

tantes : a influência da técnica sobre os processos de combate, e a influência de uma concepção de comando sobre a conduta da batalha, ou doutrina.

Qual das duas tem a primazia, a técnica ou a doutrina ?

O presente artigo é uma tentativa de estudo da posição relativa que têm tomado estes dois conceitos através dos tempos.

Enquanto a técnica teve desenvolvimento relativamente lento, balizado pela invenção da pólvora e pelo domínio do ar, a concepção de comando, desde a Antiguidade, já apresenta rasgos geniais que ainda hoje constituem modelos dignos de reflexão.

Até a invenção da pólvora a técnica fornecera ao combatente dois tipos de armas : de arremesso e de choque. As primeiras, com alcance extremamente limitado, desde que se baseavam exclusivamente no potencial muscular humano.

Dispondo de tão mesquinhos meios de ataque, o desenvolvimento da batalha devia forçosamente cingir-se ao espaço restrito em que era possível hostilizar o inimigo. O comando devia então aceitar a tática pontual, figurada na batalha campal caracterizada por milhares de ações individuais até sua decisão. Foi aí que interveiu o comando conduzindo a batalha por intermédio da manobra, dando origem à concepção dinâ-

mica que se distinguiu pela procura de uma solução por meio de combinações flexíveis de movimentos dentro da área de combate. Esta foi a doutrina militar Antiga, de Melcíades, Alexandre, Aníbal e Cesar.

A fim de obviar os inconvenientes de ser manobrada, a defesa recorreu cada vez mais ao emprêgo de maiores massas para prolongar os flancos, pontos mais vulneráveis da linha de batalha. Em consequência foram se restringindo progressivamente as possibilidades de manobra, até que o comando tornou-se impotente, com os meios à disposição, para montar com oportunidade a operação decisiva, por não poder dirigir com eficiência a massa de manobra. E o resultado final do processo foi a cristalização da concepção de comando, que se viu compelida a aceitar estáticamente a batalha por traz de circunvalações ou castelos. Perdurou esta era de decadência da arte da guerra até quase o final da Idade Média.

Com a invenção da pólvora e consequente aumento do alcance das novas armas, desapareceu o perigo de serem os flancos manobrados por ações partidas de dentro da área de combate. Continuou pois a vigorar o mesmo esquema de batalha pontual, desta vez com menores exigências de efetivos, desde que a linha não precisava ser desmesuradamente estendida, mas em compensação sem que qualquer dos beligerantes pudesse tentar outra coisa que não fôsse um ataque frontal contra qualquer setor do dispositivo inimigo.

Novamente o comando ultrapassou a crise e a decisão foi procura-

da ainda numa operação contra o flanco, porém partindo de uma região que estivesse fora do alcance das armas inimigas, isto é fora do campo de batalha. Esta nova tendência que evoluiu sob a forma de complicados movimentos sob Gustavo Adolfo, Carlos XII, Malborough e Condé, foi definitivamente codificada no século XVIII com Frederico o Grande. Curioso é notar que foi inspirada nas concepções dos generais antigos que surgiu a nova doutrina, evidentemente um simples aperfeiçoamento do que já se fizera há muitos séculos atrás.

Comprovada a eficácia do ataque ao flanco, preparado e iniciado fora do campo de batalha, as medidas defensivas postas em prática exigiram do atacante uma série de adaptações que resultaram em evolução paralela à que se processara na Antigüidade: ampliação dos teatros de operações e aumento considerável dos efetivos empregados.

Entretanto, aqui, a crescente complexidade do material introduziu um novo fator: a batalha passou a exigir uma alimentação, cujo volume não permitia de modo algum o aproveitamento dos recursos das áreas circunvizinhas. Necessário se tornou a previsão, obtenção, armazenamento e transporte dos meios para a campanha. Mais ainda: já não mais era facultada ao tático a liberdade de movimentos que até então lhe fora outorgada. A nova contingência exigia perfeito planejamento e ordenação da manobra para a batalha com o seu sistema supridor, pois de outro modo não era possível a conduta da guerra, dada a ameaça de ficar o exército paralizado à míngua de recursos. Surgiu a logística como ramo da arte da guerra paralelo à tática.

Não era portanto, apenas o flanco do dispositivo de batalha que podia ser ameaçado, também o dispositivo logístico constituiu-se em ponto vulnerável. E a campanha tomou outra feição — não somente na batalha podia ser decidida — u'a manobra contra as linhas de

comunicações passou a ser golpe mortal que aniquilava o inimigo às vészes sem combate. Cabe a Napoleão o mérito de ter entrevisto esta evolução, lançando as bases da concepção da guerra superficial ou a duas dimensões, concepção que se aproxima do estilo greco-romano pela superioridade das combinações táticas, não obstante o entrave sempre presente das injunções logísticas.

O problema tinha agora duas variáveis: o dispositivo tático e a linha de comunicações. E de Napoleão a Moltke a arte da guerra só evoluiu no sentido de montar a batalha com o máximo de segurança para os flancos e a linha de comunicações, o que equivaleria a emprêgo de massas cada vez mais densas e o esclerosamento da tática em intermináveis batalhas frontais. À genial concepção napoleônica de procurar a ação decisiva caindo sobre o sistema logístico inimigo, sucedera a mesma inflexibilidade que conduziu à estagnação medieval. E a impossibilidade de manobrar, a repugnância pelo flanco descoberto, a incapacidade de chegar a uma decisão culminaram com as linhas que dominaram o desenrolar da 1ª Grande Guerra e se consolidaram no esquema Maginot.

Chegara-se portanto a novo impasse. A linha de batalha apresentava-se densa e contínua, com os flancos apoiados em formidáveis obstáculos, e o dispositivo logístico articulado à retaguarda praticamente imune à ação terrestre inimiga. Atingira a batalha bi-dimensional o máximo de rigidez: a manobra tornara-se impossível.

Ao findar a 1ª Guerra Mundial a técnica colocava à disposição dos táticos a arma que podia romper o equilíbrio entre o ataque e a defesa: o avião. Timidamente ensaiado em 1918, o Poder Aéreo, graças ao rápido desenvolvimento de seu alcance, eliminou desde a abertura da 2ª Grande Guerra a psicose do flanco descoberto. Processou-se neste particular evolução idêntica à assinalada com a invenção da

pólvora, tornou-se quase impossível flanquear o contendor que dominasse ou disputasse o ar.

Viram os táticos de novo ampliar-se consideravelmente seus horizontes, desde que o Poder Aéreo consentia a mais ampla liberdade de movimentos à linha de batalha. Voltava-se à antiga flexibilidade.

Por outro lado, para os logísticos tal invenção acarretou duas dificuldades: — a ameaça latente que representa o espaço aéreo da retaguarda, de onde pode surgir a cada momento demolidor ataque às instalações; e o perigo constante de ficar o dispositivo descoberto, à mercê de ataques terrestres, em consequência de audaciosos movimentos da massa combatente.

É contra esta ação dissociadora do avião que atualmente o comando procura uma solução, sem a ter encontrado até o presente momento.

Muitas experiências têm sido feitas, nenhuma, entretanto, tendo conseguido proporcionar ao comando o fim almejado: máxima flexibilidade para o dispositivo de batalha conjugado à máxima segurança para o dispositivo logístico.

Já não se trata então de considerar o problema com apenas duas variáveis, a terceira variável entra agora na equação não só como fator de liberação da manobra, mas também com forte coeficiente, perturbador das relações entre a tática e a logística. Representa portanto a introdução desta contribuição da técnica a elevação da batalha à forma tri-dimensional.

É de notar-se que a limitação imposta à plenitude da manobra tática através das possibilidades derivadas do dispositivo logístico, conseqüente à presença do Poder Aéreo como fator a considerar na concepção do comando, já é um princípio de enrijecimento da arte

da guerra na atual fase de evolução.

O problema tem sido pôsto em discussão sob diversas formas, porém parece que três fatores a considerar tornaram a questão por demais complicada. O certo é que o comando ainda não encontrou a fórmula que permite à manobra toda a flexibilidade consentida pelo Poder Aéreo. De qualquer forma, a tendência atual é a de u'a maior interdependência entre os três fatores: o dispositivo tático, o logístico e o Poder Aéreo. Chegará o comando nesta fase, como sucedeu nas anteriores, a fazer preponderar tão somente sua concepção? Conseguirá reconduzir a batalha à sua forma eminentemente dinâmica, e portanto decisiva, como entre os grandes capitães de todos os tempos?

CONCLUSÃO

A invenção do ar pelo homem permitem distinguir três fases na evolução da arte da guerra. Em cada uma foi acrescentado um novo fator a considerar pelo comando na concepção da batalha.

A técnica tem tido evolução lenta através dos tempos, enquanto a genialidade do comando tem se manifestado desde a Antiguidade com a concepção dinâmica da batalha.

Quando o comando não teve mais possibilidades de explorar um invento, a guerra se cristalizou cada vez mais até apresentar a batalha uma rigidez estática.

Atualmente, muito embora a batalha não tenha atingido a forma eminentemente dinâmica por que se caracterizou com os Antigos e Napoleão, já manifesta sinais de entorpecimento, que poderá se agravar até se positivar a paralisia inerente à batalha estática, caso, não surja uma concepção capaz de realizar o feito das duas outras fases.

IMPORTADORA DE FERRAGENS S. A.

Capital integralizado — Cr\$ 130.000.000,00 — Reservas Cr\$ 39.000.000,00

Sede : Rua 15 de Agosto 53 — 1º andar

(Edifício Importadora)

Caixa Postal, 111 — Fone : 4890 (Rêde Geral)

End. Teleg. "Ferragens"

BELEM — PARA — BRASIL

Ferragens em geral — Máquinas e Motores — Equipamentos
"Caterpillar" — Caminhões "Chevrolet" e "Opel" — Automóveis
"Opel", "Chevrolet", "Buick" e "Cadillac" — Peças e Acessórios —
Refrigeradores "Frigidaire" — Geradores, etc.

FILIAIS EM BELEM — PARA

ANCORA

Avenida Portugal, n. 52/5
Fones : Gerência, 2818 — Rêde
Geral, 4530

MATA

Rua 15 de Novembro, n. 21/31
Fones : 4187 — 3781 — 3946 —
4273 — 4757

BRAGANTINA

Praça Floriano Peixoto, n. 820
Fone : 9071

MASCOTE

Rua 28 de Setembro, n. 518
Fones : 3997 e 1939

COSMOPOLITA

Avenida Castilho França, n. 12
Fone : 4702

PÊGO

Rua Cons. João Alfredo, n. 97
Fones : 4177 e 1204

DOMÉSTICA

Avenida Independência, n. 150/6
Fone : 9016

DEPARTAMENTO CATERPILLAR

Praça Amazonas, n. 97
Fone : 1532

PÔSTO — CHEVROLET

Praça Carlos Gomes, n. 120
Fone : 2934

FILIAL DO RIO DE JANEIRO

Rua S. Luiz Gonzaga, n. 527 — S. Cristóvão

(Edifício Importadora)

End. Teleg. "Importadora"

Caixa Postal, n. 3461

Fone : 54-2106 (Rêde)

Caminhões e Ônibus "GMC" — Caminhões e Automóveis "Opel" —
Peças e Acessórios — Departamento Técnico com ampla oficina
dotada do mais moderno maquinário — Pôsto de Lavagem e
Lubrificação

COMPUTADOR ELETRÔNICO T-29 PARA ARTILHARIA DE CAMPANHA (1)

Ten.Cel. ROBERT E. ARN

Da revista norte-americana "Combat Forces", de novembro de 1953.

Tradução, "data vênica", do Major de Artilharia PAULO MIRANDA LEAL



QUEM visitasse uma central de tiro equipada com o Computador T-29, nela veria em funcionamento três desses aparelhos — um por bateria de tiro;

e a cada um deles corresponderá um calculador (operador do aparelho), munido de combinado de capacete, que lhe permite, mediante acionamento de uma alavanca de dupla posição, entrar em contacto com o observador ou com a linha de fogo. A fonte de energia necessária ao funcionamento dos aparelhos está montada sobre um reboque, e utiliza, para conexão com os computadores, um cabo de múltiplos condutores.

O oficial de tiro estará sentado à sua mesa, na qual se pode observar uma espécie de quadro-comutador, que lhe permite controlar as ligações diretas entre os observadores e qualquer um dos calculadores, bem como botões seletores, que lhe permite a transmissão visual de comandos a esses calculadores, eliminando assim alguns cruzamentos de ordens, atualmente existentes na central de tiro.

Atrás do chefe da central encontra-se um quadro, ao qual está adaptado um documento topográfico (ou uma carta, ou foto-carta), destinado a indicar automaticamente, por meio de um sinal visual, os dados registrados por qualquer um dos calculadores, a escolha do oficial de tiro; esse sinal aparece no quadro sob o aspecto de uma pequena luz vermelha, cuja posição assinala onde se pode esperar o tiro que está sendo preparado. Isso não é supérfluo, como à primeira vista pode parecer; além de servir para uma verificação gráfica das condições de segurança do tiro (proximidades de tropa amiga, situação em relação à LSAA), preenche duas outras finalidades — assegura a perfeição de funcionamento do sistema e permite a elaboração de um documento que, em caso de emergência, poderá ser utilizado como prancheta de tiro.

Acompanhemos a execução de determinada missão de tiro:

Face a um pedido de tiro, o chefe da central liga todos os calculadores com a origem do pedido; recebida a mensagem e registrados

(1) Em 1949, os Ten.Cel. Robert E. Arn e William I. King criaram um computador eletrônico destinado a reduzir as probabilidades do erro e aumentar a precisão do tiro de artilharia de campanha. Trabalharam com técnicos do Frankfort Arsenal e peritos em Eletrônica da Belock Instrument Corporation de Nova Iorque, aperfeiçoando a tal ponto o modelo original, que chegaram a um protótipo rústico, fácil de manejar e manter, e capaz de acelerar o trabalho da central de tiro, melhorando-o em qualidade. É impossível infelizmente, apresentar fotografias ou desenhos do aparelho, mas a descrição que se faz dele dará ao leitor uma idéia de seu funcionamento e dos serviços que pode prestar.

seus elementos no computador, o oficial de tiro pode controlar a localização por meio de seu quadro de verificação e, valendo-se das informações e ordens que possui, estabelecer a decisão relativa à missão. Admitamos que optou por bater o alvo com uma bateria; os calculadores das demais baterias são removidos da rede de comunicações utilizada, podendo nela permanecer ou não o oficial de tiro, enquanto que o calculador designado para cumprir a missão permanece diretamente ligado ao observador e à linha de fogo.

Cumprida a missão o calculador alerta o chefe da central de tiro, que traça um círculo em volta do sinal vermelho, no quadro de verificação, assinalando-o com o número da concentração; quando as coordenadas de relocação forem determinadas pelo calculador, a localização exata do alvo poderá ser indicada pelo processo normal de locação de pontos. Assim vai sendo paulatinamente construída uma prancheta de tiro, que poderá ser empregada, numa eventualidade, com equipamento auxiliar.

O princípio de construção utilizado pelo computador, permite que os elementos de localização do alvo, obtidos no final da fase de ajustagem, numa missão tipo "ajustarei", sejam transmitidos automaticamente do aparelho correspondente à bateria que ajusta para os das que não ajustam; isso ocorre quando os três aparelhos da central de tiro forem ligados entre si, por intermédio da mesa de controle do oficial de tiro. Assim, quando a localização de um alvo é registrada num dos aparelhos, os demais, simultaneamente, começam a trabalhar sobre esse elemento, aplicando os dados próprios de suas baterias; isso, além de outras vantagens ligadas à precisão e rapidez, permite intervir, sempre, com todo o grupo, em qualquer eficácia.

O painel posterior do computador destina-se a receber os dados de um boletim meteorológico; cada linha do boletim dá origem a quatro registros: velocidade e direção do vento, temperatura e densidade

do ar. Para cada deriva e alcance, o computador seleciona automaticamente a linha correspondente do boletim meteorológico, e aplica os efeitos unitários apropriados. Ao chegar outra mensagem meteorológica, o painel é substituído em 10 segundos por outro de reserva, no qual tenham sido registrados os elementos do novo boletim.

Três unidades elétricas à esquerda do painel meteorológico fornecem correções de paralaxe para a situação da bateria relativamente às demais, garantindo, assim, os elementos que lhe convém para o alvo designado.

A metade inferior do calculador aloja os amplificadores.

Os elementos de tiro da missão que se está processando, podem ser lidos em três janelas existentes na parte anterior do computador, que correspondem à deriva, evento e elevação.

Vejamos como nosso aparelho trabalha. Tomemos inicialmente para exemplo, uma missão de tiro em que o alvo foi localizado por suas coordenadas ortogonais. Três dispositivos de registro, semelhantes a odômetro de automóvel, permitem a introdução das coordenadas do alvo no computador — abscissa, ordenada e altitude. Imediatamente após a inclusão desses dados, poderão ser lidos, nas janelas apropriadas, os elementos de tiro: deriva, evento e elevação.

Interessante é ressaltarmos que, nos testes para medir a velocidade do aparelho, nesse tipo de missão, foram encontrados tempos menores que 25 segundos, entre o recebimento pelo calculador da expressão "Missão de Tiro" e o envio do comando de elevação para a linha de fogo.

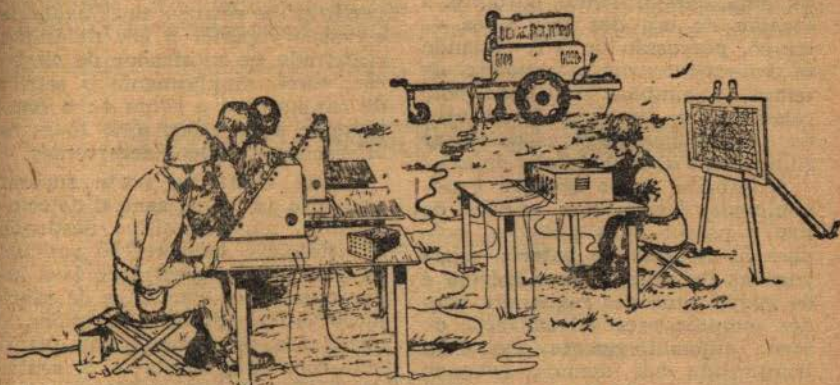
Admitamos agora um alvo localizado pelo radar. Para resolver esse problema basta introduzir no aparelho as coordenadas do radar, bem como o lançamento, distância e sítio do alvo, para que se possa ler imediatamente, no local apropriado, a deriva, o evento (se for o caso) e a elevação.

Terceiro tipo de missão é aquele em que utilizamos o transferidor

de locação (T-Loc); nesse caso, as coordenadas do ponto de referência serão registradas no painel de coordenadas e, em lugar conveniente, o lançamento observador-alvo e as correções do observador para uso com o T-Loc; direita, esquerda, acima, abaixo, alongue e encurte. Como nos casos anteriores, automaticamente surgirão os elementos a comandar para as peças. A fim de evitar que os calculadores estejam realizando cálculos mentais, para introduzir as correções do observador, os registros do painel de correção para o T-Loc, podem ser postos a zero no final de cada tiro.

correções relativas às variações de peso do projétil e velocidade inicial.

Esses botões de comando, mais a inclusão dos dados meteorológicos, que foi feita na parte posterior do aparelho, proporcionam um conceito inteiramente novo no que diz respeito ao cálculo de elementos de tiro — com a possibilidade de introduzir instantaneamente as correções de dVo (temperatura da pólvora, regimagem, etc) e relativas ao peso do projétil, bem como as referentes às condições atmosféricas conhecidas, podemos agora desencadear, de surpresa, fogos não



Uma Central de Tiro Eletrônica em ação
(Uma fantasia do Cap. Rubens Guilherme de Almeida Filho)

O aparelho permite combinar os três sistemas de localização do alvo, atualmente empregados — coordenadas retangulares, coordenadas polares e transferidor de locação. Torna exequível, por exemplo, designar um alvo por coordenadas polares, e a seguir ajustar o tiro sobre ele utilizando o transferidor de locação.

Vejam agora uma característica do aparelho que constitui um progresso real. Na parte superior direita do painel há uma chave de comando com duas posições, que nos permite selecionar o tipo de trajetória, mergulhante ou vertical, que convém ao alvo. Há também nessa parte do aparelho, botões de comando destinados a aplicação das

observados precisos, sobre qualquer alvo cuja localização seja conhecida e esteja dentro do alcance do material — não haverá mais restrições impostas pelos limites de transporte.

Ainda na face anterior do computador, no centro e em baixo, encontramos um painel com três chaves seletoras, denominado painel de comandos. Cada uma dessas chaves dispõe de um índice, na ponta do qual existe um disco transparente de cor azul. Circundando cada uma dessas chaves há uma série de luzes amarelas, comandadas por intermédio da mesa do oficial de tiro. Esse painel destina-se a receber certos elementos da decisão do chefe da CTir, por meio

de um processo visual que facilitará o trabalho do calculador. A chave seletora da direita destina-se a trabalhar com o "escalonamento de alças"; assim, por exemplo, se o oficial de tiro resolve bater o alvo com "alça do centro", movimentando o computador em sua mesa, com o que acende uma luz amarela no painel de comandos do computador. Compete ao calculador cobrir essa luz amarela com o disco azul translúcido da chave seletora, obtendo assim uma luz verde; com este simples movimento terá aplicado automaticamente o comando recebido.

A segunda chave seletora desse painel, destina-se ao comando de espoleta, possibilitando, portanto, a escolha de um dos três tipos — tempo, percussão ou VT. Quando se vai atirar com a espoleta de tempo, a simples conversão pelo calculador da luz amarela em verde, é suficiente para adicionar 20 metros à altitude inicial do alvo.

A terceira chave seletora é denominada "chave das missões de tiro"; possui duas posições, uma para as missões de bateria, outra para as de grupo. Se a missão é de grupo, uma vez registrada num dos computadores a localização do alvo, automaticamente ela será transmitida aos demais, cabendo aos calculadores apenas a leitura dos elementos finais de tiro. Além dessas duas finalidades, outra está afeta a essa chave: é a determinação dos dados para relocação, que são obtidos abatendo-se dos elementos finais de tiro todos os efeitos aerológicos e balísticos conhecidos. Tendo em vista este último desempenho, e quando se pretendem as coordenadas do alvo para relocação, essa terceira chave é utilizada conjuntamente com o painel de coordenadas e com um "índice auxiliar"; por exemplo, se desejamos obter a coordenada "X" para relocação, colocamos a chave seletora em abscissa, e por meio de uma manivela-comando colocamos o "índice auxiliar" face a um traço de referência existente no painel — no contador das abscissas aparece, já em condições de ser uti-

lizado, o elemento desejado. Para obtenção das demais coordenadas as operações são semelhantes.

Embora não constitua finalidade do aparelho, o Computador T-29 pode realizar, suplementarmente, cálculos topográficos com aproximação de 1/3.000.

Acima do painel de comando está colocada a chave seletora de cargas. Por meio dela, o calculador procura, pelo exame do ângulo de elevação, a carga que melhor convém ao alvo considerado, pois é sabido que as elevações que fornecem tiros mais precisos estão compreendidas entre 200 e 500 milésimos. Assim, no decurso de um tiro com a carga 3, se o calculador verificar de relance, um ângulo de elevação superior a 500 milésimos registrado no mostrador de elevação, torce simplesmente o seletor de cargas para a carga 4: o computador se encarrega de todas as alterações balísticas decorrentes.

Existe ainda na parte superior esquerda do painel central do computador, um dispositivo destinado à introdução da correção residual de alcance. Esta correção terá lugar quando os elementos de regulação deferirem dos corrigidos, e nesse caso, por meio de uma manivela-comando, ajusta-se o contador do ângulo de elevação para trabalhar de acordo com os elementos de regulação. À direita encontra-se um outro dispositivo, semelhante ao anterior, cuja finalidade é introduzir no evento a correção de percentagem do alcance (K do tempo). Com nossas atuais espoletas não há meios de aplicar correções no evento, relativas às variações ocorridas com os elementos normais de confecção das tabelas; continua, portanto, sendo utilizada para correção do evento, o mesmo sistema de percentagens atualmente empregado.

O computador T-29 está construído para transmitir automaticamente os elementos de tiro à linha de fogo, quando isso for necessário. Determinada firma já projetou um sistema de transmissão, com ou sem fio, capaz de enviar cinco ele-

mentos distintos por segundo, permitindo contrôlê perfeito das operações.

O painel do computador foi ideado de forma a facilitar o adestramento dos operadores. Esperamos ter futuramente as mesmas dificuldades já experimentadas na guerra passada, para obter o pessoal perfeitamente treinado que uma central de tiro requer. O computador T-29 parece atender a este aspecto da questão, pois em Fort Bragg nove operadores, quatro civis e cinco soldados de artilharia, foram postos em condições de manejar o aparelho após uma hora de instrução, constante de breve resumo do problema técnico e dos princípios de funcionamento do T-29. Embora todos os participan-

tes da prova fôsem dotados de alto grau de inteligência, nenhum dêles vira antes o aparelho, e só dois dos soldados tinham já sido instruídos na técnica do funcionamento da central de tiro. Uma hora de instrução não lhes deu, evidentemente, o desembaraço que deve ter um calculador, mas forneceu indicação concreta sobre a boa disposição das alavancas de comando e a simplicidade de manejo do aparelho. Estima-se bastarem 8 horas de instrução para preparar um homem comum no manejo do T-29, habilitando-o a resolver qualquer problema de tiro; isto constitui de certo um progresso, pois os programas atuais exigem mais de 40 horas de instrução para formar um operador de central de tiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGINHA

Prefeito : João Vidal Filho

Delegado : Dr. José Spartaco Pompeu

Juiz de Direito : Dr. Paulo Tavares

Promotor : Dr. Eugenio de Paiva Ferreira

Juiz Municipal : Dr. Astolfo Tiburcio Sobrinho

Juiz de Paz : Firmino Vinhas

Instrução :

Escolas Municipais, 30 — Ginásios, 3 (Científico, Normal, Técnico Contábil) — Grupos Escolares, 3 — Bancos, 7

Caixa Econômica Federal (Sucursal) — Caixa Econômica Estadual

Receita da Prefeitura : Cr\$ 3.750.000,00

Obras realizadas : Calçamento asfáltico e poliédrico, construção da adutora da rede de água potável, diversas pontes

Projetos : Poços artesianos ; construção do prédio do 3º Grupo Escolar ; Mercado e Estação Rodoviária ; Esgotos Sanitários em diversas ruas

Indústrias : Paraguaçu Textil S.A. ; Moinho Sul-Mineiro Ltda. ; Sociedade Varginhense Frigorífico Ltda. ; Calderaria Frige ; Fábrica de Louças Ross ; três fábricas de ladrilhos ; três fábricas de sabão ; três fábricas de massas alimentícias ; quatro fábricas de manteiga ; duas fábricas de bebidas ; fábricas de móveis (5), inclusive a grande casa de móveis Gato Preto.

NOVA EMBALAGEM!



MAIS HIGIENE!
MAIS SEGURANÇA!
MAIS ECONOMIA!

AÇUCAR
PEROLA
SACO AZUL-CINTA ENCARNADA



(N. 18)

EMPREGO DAS FORÇAS TERRESTRES

Major RUI ALENCAR NOGUEIRA

VIII

FISIONOMIA DO COMBATE DEFENSIVO



EMBORA seja uma idéia simplista a de que "sòmente a ofensiva conduz à vitória" é fácil imaginar-se a successividade das ações no combate, ora criando situações defensivas ora realizando ações ofensivas

A principal finalidade da defensiva é ganhar tempo ao adversário ou economizar meios, enquanto se aguardam novas forças que possibilitem o desencadeamento de uma ofensiva potente.

Ela pode ser realizada em frente normal, em larga frente ou atrás de um obstáculo natural, preferentemente um curso d'água volumoso, carecendo sempre de um terreno que permita uma rezância quase absoluta das armas da primeira linha de defesa, pelo menos.

Portanto, na escolha de uma posição defensiva o terreno tem uma influência capital e dêle deve-se tirar o melhor partido, pela colocação judiciosa de uma barragem de fogos densa e profunda à frente da "Posição de Resistências", capaz de deter ou, pelo menos, retardar ao máximo a penetração inimiga.

Além disto, impõe-se a reunião de tropas-reserva, em locais convenientes e dispostas a contra-atacarem, para o restabelecimento dessa mesma posição, no ponto onde o adversário houver penetrado de molde a comprometer a sua integridade.

A defesa assenta, pois, na organização de uma série de "Núcleos de Resistência", que se apoiam mutuamente e que devem continuar a combater mesmo cercados ou isolados uns dos outros e, por isto mesmo, espalham-se numa larga faixa do terreno, dispostos irregularmente em profundidade e largura.

A linha que baliza a orla exterior dos núcleos que se encontram mais à frente chama-se "Linha Principal de Resistências".

À sua frente é que se estabelece a barragem de fogos, para a qual participam quase tôdas as armas da Infantaria, a Artilharia, a Guerra Química, etc. Também a Engenharia coopera estabelecendo novos obstáculos, particularmente "faixas de minas" anti-pessoal e anti-carro, rêdes de arame, fossos contra-carros, etc.

Normalmente, a Posição de Resistência fica protegida por uma outra, mais fraca, chamada "Posição de Postos Avançados" e que se destina a iludir o inimigo, quanto ao local da primeira, retardá-lo na sua progressão e obrigá-lo a se desenvolver prematuramente para o combate ofensivo desdobrando maiores meios antes que isto se torne imperioso.

Entre essas posições pratica-se tôda sorte de artifícios com o fim de embaraçar o avanço do adversário, seja por meio de obstáculos, seja pela utilização sistemática de

tropas encarregadas do retardamento ou do balizamento da progressão seja, ainda, pela aplicação dos fogos longínquos da Artilharia.

Há, pois necessidade da mais perfeita coordenação dos fogos de infantaria, de artilharia, das armas anti-carro e antiaéreas, consoante o estabelecimento dos "Planos de Fogos", que assegurem o desencaamento na ocasião e no lugar oportunos.

A defesa anti-carro, dada a importância dos blindados na guerra moderna, deve ser feita em profundidade por meio de canhões, obstáculos, outras armas especializadas e forças mecanizadas.

A organização do terreno encontra a sua maior utilização, visando a melhor proteção do combatente e o aumento do efeito do fogo; na limpeza dos campos de tiro, emprego do disfarce, ocultamento, etc.

A defensiva passou de uma fase estática para uma outra dinâmica, à base dos contra-ataques — elemento decisivo na preservação da posição.

Os agentes químicos podem ser utilizados sobre determinadas zonas do terreno, favoráveis à reunião dos blindados, evitando que eles se agrupem e se preparem para o assalto contra os núcleos defensivos.

Cabe à Infantaria a missão de deter o inimigo na frente da Posição de Resistência, pelo fogo e com o apoio das outras Armas; repelir seus ataques pelo combate aproximado, se ele atingi-la ou penetrá-la; mediante contra-ataques,

expulsá-lo definitivamente do seu interior; em último caso, limitar a progressão pela ocupação de uma linha mais à retaguarda.

Nos casos normais, o Regimento defende uma frente que vai de 3.000 a 4.000 m e o batalhão de 1.200 a 2.000 m, numa profundidade que alcança 3.000 m para o primeiro e 1.500 para o último.

O rádio e os outros meios de comunicação instalam-se junto aos Postos de Comando, Observatórios e Quartéis-Generais para facilitar a ação dos diferentes Chefes e permitir o acompanhamento da luta em seus detalhes, transmitindo informes ou informações, ordens e diretrizes para cada caso.

Algumas vezes, Batalhões de Carros de Combate podem ser postos à disposição dos elementos da defesa. Se bem que se os possa utilizar como novos meios de fogo, seu principal emprego será nos contra-ataques, sozinho ou conjuntamente com a tropa reserva.

Para impedir a atuação dos blindados inimigos é estabelecida, também, uma defesa em profundidade, desde a "Linha Principal de Resistência" até o escalão reserva, à base de canhões anti-carro, bazucas, armas anti-carro ou, mesmo, canhões antiaéreos não empenhados nas suas missões principais e os blindados disponíveis, cuja utilização é das mais eficientes.

Igualmente, prepara-se uma sólida defesa antiaérea de forma a minorar a atuação da aviação adversária, colocando-se em posição canhões antiaéreos, metralhadoras, etc.

CASA ADRIANINO

FOGOS, ARMAS, MUNIÇÕES E EXPLOSIVOS
PAPELARIA, ARTIGOS ESCOLARES E PARA ESCRITÓRIO

Manoel Luiz Alves & Cia. Ltda.

MATRIZ :

RUA OLIVEIRA BOTELHO, 1579 — NEVES — SÃO GONÇALO — E. DO RIO

FILIAL :

ESTRADA DO LARANJAL, 37 — RÔDO DO ALCANTARA

TELEFONE 5672

PLANOS DE GUERRA

Gen. Div. J.F.C. FULLER

Transcrito da Revista "Ejército", da Espanha e traduzido da Revista "Memorial del Ejército de Chile", de Novembro-Dezembro de 1953, pelo Maj. J.P. ANÉAS.



PROBLEMA do Ocidente consiste, em primeiro lugar, em impedir que a Rússia alcance o primitivo objetivo de Lenine por meio da força militar, e em segundo lugar, em explorar a debilidade moral da União Soviética.

Todo plano de guerra exige que o Governo defina, primeiramente seu objetivo político, e em segundo, que seus estrategistas concretizem os meios de conseguí-lo. Procedendo de uma maneira racional, o objetivo deve estar relacionado com as causas mais prováveis da guerra, e os meios devem ser suficientes em tempo de guerra para criar uma situação dentro da qual possa realizar-se essa finalidade. Por conseguinte, o fim deve estar relacionado com os meios, porque conseguí-lo não deve estar fora do alcance do poder que representam.

UM PROBLEMA COMPLEXO

Considerado em conjunto, isto constitui um problema sumamente complexo, que abrange grande quantidade de fatores políticos, geográficos, industriais, econômicos, estratégicos, logísticos, táticos, sociais, morais, etc., praticamente, todos os potenciais de guerra dos prováveis beligerantes.

Quando se estudam seus valores, chega-se à conclusão de que uns são mais importantes que outros. Entre os mais importantes, os estrategistas devem decidir qual dê-

les é de tão vital interesse para o inimigo que, uma vez privado dêle, lhe resulte provável a perda da guerra. A este fator chamarei "centro de gravidade estratégico da guerra". Porque este deve constituir a base de todo plano de guerra, é minha intenção fazê-lo meu tema principal.

Até onde alcançam meus conhecimentos, Clausewitz foi o primeiro tratadista de guerra que abordou este assunto. Tratando de uma guerra contra uma coligação, disse o seguinte:

No caso em que um dos Estados tenha interesses e forças tão superiores aos outros que estes dependam dêle para seus êxitos no campo de batalha, "o mais factível é considerar aos diferentes inimigos como se fôssem um só, e quanto mais possamos simplificar nosso objetivo capital, concentrando nossos esforços para aplicar-lhe um golpe, o mais violento possível, por qualquer meio, tanto mais tenderemos para o êxito completo e definitivo". A seguir acrescenta:

CENTRO DE GRAVIDADE

"Podemos, portanto, assentar como princípio, que estaremos em condições de bater todos nossos inimigos, vencendo a um dêles. A derrota dêste deve ser o objetivo da guerra, porque ao vencê-lo destruiremos o centro comum de gravidade de toda a guerra."

Clausewitz falava, principalmente, de forças militares, porque em seu tempo os potenciais de guerra

eram poucos e simples. Mas como, atualmente, são muitos e complexos, todos devem ser incluídos em sua idéia e, sendo minha intenção fazê-lo assim, peço indulgência ao leitor e rogo-lhe que não seja um crítico demasiado severo no caso de não estar de acôrdo com minhas deduções.

COMO UM CÍRCULO

Além do mais, o ponto de real importância não é se as conclusões estão certas ou não, mas sim, como ocorre com um círculo, cada plano de guerra deveria ser traçado em torno de um eixo: o centro de gravidade estratégico da guerra.

Com a finalidade de esclarecer isto, vou examinar primeiramente, de forma superficial a Segunda Grande Guerra, e a seguir, a situação política e estratégica atual.

Ainda que a História demonstre que as causas da guerra são múltiplas, em nossa civilização industrial dois pontos são predominantes: o econômico e o ideológico.

Assim, com referência ao primeiro, em setembro de 1919, o Presidente Woodrow Wilson disse, falando da Primeira Guerra Mundial: "Concidadãos, existe algum homem ou mulher aqui, até posso dizer alguma criança, que não saiba que a semente da guerra na época moderna é a rivalidade industrial e comercial? Este conflito, em sua origem, foi uma guerra comercial e industrial. Não foi uma guerra política".

O mesmo pode-se dizer da Segunda Guerra Mundial. Não foram as doutrinas políticas de Hitler que a precipitaram, senão o êxito de sua nova ordem econômica, baseada no câmbio e comércio subvencionado, com a qual pôde evitar ou superar as barreiras aduaneiras de seus competidores, vender a preços mais baixos que eles e aumentar o número dos sem trabalho nos países rivais.

ALEMANHA BLOQUEADA

Hitler não levou em conta que, além das diversas causas potenciais da guerra, seu ataque contra

a potencialidade econômica e comercial de seus competidores chegou a converter-se na razão predominante da mesma. O que ele viu foi que um país bloqueado, como era a Alemanha, nunca poderia sentir-se seguro enquanto não conseguisse o domínio terrestre.

Por outro lado, com o objetivo de neutralizar um segundo bloqueio — o fator decisivo que fez a Alemanha perder a Primeira Grande Guerra — ele considerou como fundamental estender seu espaço vital.

Isto está claramente exposto em *Mein Kampf*, no qual escreveu: "Nós, os nacionais-socialistas, traçamos-nos, propositalmente, uma linha de conduta para a política, exterior alemã. Puzemos fim à marcha perpétua da Alemanha para o Meio-Dia e o Ocidente Europeu, e voltamos os olhos às terras do Oriente... Quando falamos de nossos territórios na Europa atual, devemos pensar, principalmente, na Rússia e nos estados limítrofes submetidos a ela".

Quando estalou a guerra, este propósito se complicou com um fato aparentemente contrário ao que Hitler esperava; sua invasão da Polônia induziu a Inglaterra e França a lhe declararem a guerra. Isto quer dizer que, no momento em que se resolvesse invadir a Rússia, encontrar-se-ia forçado a fazer a guerra em duas frentes. Para evitá-lo, decidiu aniquilar, em primeiro lugar, a seu inimigos ocidentais.

Esta foi uma operação preventiva, uma guerra para evitar que a Alemanha fôsse atacada pelas costas, uma vez se se empregasse a fundo na Rússia. Onde estava seu centro de gravidade estratégico? No Canal da Mancha, pois, a não ser que a Inglaterra fôsse invadida e submetida, a frente oriental continuaria existindo.

Mas Hitler não estava de forma alguma preparado para invadir a Inglaterra e, por outro lado, os meios para fazê-lo não podiam ser improvisados com rapidez. Isto é tão certo, que abandonou o projeto depois de seu fracasso aéreo contra a Inglaterra.

De acôrdo com Napoleão, a mudança da própria linha de conduta é um ato genial; mas o General que fracassa neste particular merece ser fuzilado. Tal ponto foi o que ocorreu a Hitler.

O PLANO BARBARROXA

Enquanto isso, seu objetivo de conseguir o espaço vital na Europa Oriental, havia sido elaborado dentro do plano Barbarroxa. Qual foi seu centro de gravidade?

A resposta é complexa, porque Hitler não podia ter jamais a esperança de conquistar pela força a totalidade da Rússia. Sabendo, contudo, que era um império, com muitas nacionalidades violentamente opostas ao regime bolchevista, das quais os ucranianos somavam quarenta e dois milhões, erigiu-se em líder de uma causa e ofereceu-lhes a libertação. A probabilidade era que com sua cooperação pudesse aplicar um forte golpe à Rússia.

Sua finalidade, no entanto, não era a libertação, e sim, sua conquista; por conseguinte, o centro de gravidade de seu plano tinha de sair do campo psicológico para o estratégico. Era o de ocupar Moscou, não por causa de seu valor político, mas sim, porque era o centro das ferrovias russas, as quais, uma vez arrebatadas à Rússia, teriam-na destruído logisticamente.

SOLDADOS DESERTORES

Quando Hitler ordenou o avanço sobre Moscou, em junho de 1941, centenas de milhares de soldados russos, em sua maioria de nacionalidades não russas, desertaram para incorporar-se aos Exércitos alemães, que, na Rússia Branca e Ucrânia foram recebidos pelas populações civis como libertadores.

Mas foi tal a brutalidade e crueldade alemãs, que essa gente desiluiu-se em seguida, e cessaram as deserções e ajudas, o que foi um fafor ainda mais importante na salvação de Moscou do que a severidade do inverno.

Em 1942, havendo fracassado na conquista de Voronezh, Hitler, uma vez mais, abandonou sua linha de conduta para buscar seu objetivo nas jazidas petrolíferas do Cáucaso. Este foi um destino fatal para suas operações. Os Exércitos russos que se encontravam na região do Volga foram reforçados, e o que Hitler ganhou foi a derrota de Stalingrado.

Ainda que Hitler tenha fracassado em sua guerra, a Inglaterra e a França, e mais tarde os Estados Unidos, cometeram tantos erros quanto ele. Ao entrarem na guerra, estas nações fizeram constar que sua finalidade era puramente ideológica: o extermínio do hitlerismo. Onde estava seu centro de gravidade? No coração do povo alemão, porque se este estivesse persuadido de que devia rebelar-se e derrubar o regime de Hitler, o hitlerismo teria sido destruído pelo próprio povo, como o foi o kaiserismo em 1918.

Isto não foi levado em conta, e enquanto na Primeira Guerra Mundial os "quatorze pontos" do Presidente Wilson puzeram uma linha divisória psicológica entre os chefes inimigos e seus povos, induzindo-os a encurtar a guerra, na segunda, a "Rendição Incondicional" do Presidente Roosevelt atrasou a queda da Itália e fez com que a resistência da Alemanha fôsse fanática.

Este desatino psicológico não só dilatou a duração da guerra, como também conduziu à fixação da autocracia russa sobre quase todo o Oriente Europeu e de uma boa parte da Europa Central.

Esqueceu-se, que o centro de gravidade de uma guerra ideológica é psicológico, tanto, que o bombardeio estratégico foi absolutamente mal aplicado como propaganda, pois, em vez de ser dirigido contra os nós das vias de transporte alemãs, o que ocasionaria uma paralisação crescente do tráfego, tanto civil como militar, e desmoralizaria o povo e desorganizaria as forças combatentes, seu objetivo principal foi destruir a moral civil alemã.

INABILIDADE

Nada podia ter sido mais contra-producente, porque, como tem demonstrado a História repetidas vezes, um povo leal não pode ser aterrorizado rapidamente de modo a obrigá-lo a submeter-se, e, ainda que algumas partes do mesmo sejam desleais — como foi o da Alemanha —, privá-lo de suas casas e da sua subsistência é mais provável que o induza a depender de seu governo, para conseguir os meios de sobrevivência, e, por conseguinte, o estimularão a aceitar sua autoridade mais facilmente do que traí-la.

Finalmente, apesar de a Alemanha ter sido derrotada devido aos grandes desacertos cometidos, o certo é que substituído o hitlerismo pelo stalinismo, a finalidade política anglo-americana nunca pôde ser alcançada.

GUERRA INTERCONTINENTAL

Devido a esta circunstância, a presente situação estratégica é incomparavelmente pior agora do que em 1938. Então, as causas da guerra encontravam-se dentro da civilização ocidental e assim a guerra foi internacional. Agora, essas causas radicam-se entre o que resta dessa civilização e o orientalismo asiático, motivo pelo qual a guerra se fez intercontinental.

Dêste modo, uma vez mais, a Europa se encontra à frente de um problema básico estratégico, que desde os tempos de Xerxes e Dario, tem sido a defesa de sua fronteira oriental contra a agressão asiática.

Até a deflagração da Primeira Guerra Mundial, os grandes bastiões contra a Ásia eram os Impérios austro-húngaro e alemão. O primeiro desapareceu em 1919, e o segundo, em 1945; desde então, os eslavos voltaram ao que eram nos dias de Carlos Magno. Além disso, a desmilitarização do Japão aliviou a Rússia de qualquer preocupação com referência a uma segunda frente de guerra.

QUAIS SÃO OS PROPÓSITOS RUSSOS?

A desmobilização dos Exércitos que o Ocidente possuía durante a guerra e a retenção da maior parte do Exército russo em pé de guerra, entregaram a iniciativa estratégica ao Kremlin. Por isso, a primeira pergunta, é conhecer os fins da política russa.

Há mais de trinta anos Lenine deixou assentado esse propósito que, invariavelmente, foi prosseguido por Stalin. Trata-se de "obter o triunfo da revolução mundial, para criar a república soviética do mundo". Em outras palavras, a revolução mundial significa a expansão russa.

O primeiro objetivo que Lenine se propôs neste vasto plano de conquista foi "unir o proletariado industrial da Alemanha, Áustria e Checoslováquia com o proletariado russo e assim obter uma poderosa combinação industrial e agrária desde Wladivostock ao Reno". Logo, estrategicamente, considerada, a Europa Central seria o centro de gravidade do plano de Lenine, e, uma vez sovietaizada, deixaria livre o caminho de conquista mundial.

DESINTEGRAÇÃO MORAL

Com que meios estratégicos se propôs levar a cabo a empresa? Como todas as modalidades da política soviética, esses meios também se devem a Lenine.

"A melhor estratégia de guerra — disse ele — consiste em adiar as operações até que a desintegração moral do inimigo torne possível e fácil desfechar-lhe o golpe mortal."

Portanto, neste sistema de guerra, o psicológico precede ao ataque militar e à defesa; mas — note-se bem — não predomina sobre o poderio militar, porque este é tão essencial para a guerra psicológica como para a guerra propriamente dita.

A Rússia de hoje possui um imenso poderio militar que compreende dois milhões e oitocentos mil homens em pé de guerra, força que pode ser duplicada mediante a mobilização. Esta gigan-

tesca massa combatente tem dois fins. O primeiro é apoiar a guerra psicológica da Rússia com u'a massa de terror, ameaça permanente para todos os que se lhe oponham. O segundo fim é defender-se no caso de que sua ofensiva psicológica conduza à guerra efetiva.

Vendo que as potências ocidentais não podem rivalizar numericamente com seu potencial militar humano, em nenhuma circunstância, de que a Rússia projeta defender-se no caso de sua política conduzi-la à guerra? Há dois argumentos: o primeiro é o de que, no evento de um avanço para Oeste, seus soldados penetrariam em uma zona contagiosa e correriam o risco de serem infectados pela cultura ocidental; o segundo, e mais importante, é que o mais temível inimigo da Rússia se acha dentro e não fora de suas fronteiras.

O que ocorreu na Primeira Grande Guerra? A Rússia não foi derrotada pela Alemanha e sim pela revolução interna fomentada por Lenine, que ofereceu a libertação do domínio czarista a todas as nacionalidades não russas que se encontravam dentro do império, e quando esta libertação foi obtida, o que lhes ofereceu, a seguir, foi a autodeterminação.

Mas, uma vez o regime czarista derrubado e que Trotsky já creara um respeitável Exército russo, Lenine voltou a submeter a todos os povos não russos pela força das armas.

COMEÇA A REVOLUÇÃO

Como foi dito anteriormente, uma coisa muito parecida aconteceu na Segunda Grande Guerra. Tão logo a Rússia foi invadida pela Alemanha, a revolução contra a autocracia bolchevista começou a brotar, e se Hitler houvesse sido tão astuto quanto Lenine, é provável que a contra-revolução se estendesse depondo o regime bolchevista, como em 1917 havia derrubado o czarista.

O certo é que a União Soviética é um gigante com pés de barro, e, devido a isto, e não à bomba atômica, o Kremlin teme lançar-se a uma guerra agressiva.

Qual é, pois, o problema ocidental? Em primeiro lugar, impedir que a Rússia alcance o primeiro objetivo de Lenine por meio da força militar; em segundo, explorar a debilidade moral interna da União Soviética. O centro de gravidade do primeiro, encontra-se na Alemanha Ocidental e o do segundo, no coração dos povos não russos subjugados, que se acham dentro e fora da União Soviética.

A solução do primeiro ponto está em uma exibição de força. Consiste em colocar dentro da Alemanha Ocidental guarnições de tal poderio que tornem puramente especulativo qualquer avanço da Rússia até o Ocidente, porque o Kremlin, tendo em conta a instabilidade interna da Rússia, não se atreverá a expor-se a uma derrota inicial.

NECESSIDADE DE UM EXÉRCITO OCIDENTAL

Se bem que o reforço das tropas de ocupação tenha sido resolvido, nunca se conseguirá que sua atuação seja eficiente, material e moralmente, enquanto a Alemanha Ocidental não haj criado um Exército poderoso. Ainda então, se a primeira tarefa não conduzir a uma solução do segundo problema, o único que se pode esperar é o eventual deflagrar da guerra, pois a corrida aos armamentos leva, fatalmente, a esta.

Por outro lado, consolidando-se a Alemanha Ocidental, dar-se-á um grande passo a favor das potências ocidentais, quanto ao aspecto estratégico, pois os fatores da debilidade da União Soviética são a grande superfície de seus territórios e a escassês de ferrovias.

A extensão do território faz também com que a defesa aérea da União Soviética seja um problema insuperável, cujas dificuldades se somam pela dispersão crescente das indústrias russas. Por fim, as ferrovias mais importantes que unem a costa do Pacífico com a Polônia e Rumânia, atravessam os Estados Bálticos, a Rússia Branca e Ucrânia, todos eles, países submetidos.

Estes fatos conduzem a uma conclusão geral: que o equipamento

das forças combatentes russas se encontrará em seu máximo estado de eficiência no início da contenda, mas baixará, rapidamente, a medida que esta prossiga. Tal tem sido sempre o câncer do poderio militar russo.

A solução do segundo problema depende de um cuidadoso assessoramento com referência à debilidade interna da Rússia. Seu fator básico é que os habitantes da União Soviética são cerca de 60 % russos e 40 % não russos, e a maior parte destes últimos são inimigos do Governo bolchevista.

Estes numerosos habitantes, que abarcam vinte e quatro nacionalidades — treze dentro do território russo e onze fora —, estão representados pela associação conhecida como o A.B.N. (Bloco de Nações Antebolchevistas), e no qual se incluem Ucrânia, Azerbeidjão e o Turquestão, abarcando cinquenta por cento das fontes produtoras de carvão, ferro, petróleo, bem como dos recursos agrícolas. Cerca de 40 % dos soldados russos são recrutados nos países submetidos.

O objetivo do A.B.N. é conseguir a libertação de seus membros. Opõe-se a toda classe de imperialismos russos, seja tzarista, bolchevista, socialista ou democrático. Seu objetivo é derrubar a União Soviética e restabelecer todos os povos subjugados como nações independentes. Portanto, seus membros não combatem por nenhuma espécie de federação russa.

A SOLUÇÃO

Tais são os fatos que constituem o segundo problema, motivo pelo qual as potências ocidentais devem basear nêles a solução do mesmo.

Deve reconhecer-se que a intolérável dominação bolchevista oferece-lhes o meio de desagregar a Rússia, psicologicamente, e que este

fator não poderá ser explorado se não considerarem, em primeiro lugar que, deve ser obtida a cooperação cordial de todos os povos subjugados. Não é a bomba atômica, mas sim, a idéia de liberdade a que pode triunfar sobre o bolchevismo.

Por conseguinte, se as potências ocidentais querem ganhar a simpatia das nações submetidas, devem inspirar essa simpatia. E para conseguir-lo, devem reconhecer abertamente sua independência e seu direito de autodeterminação, quando as armas ideológicas que agora são empregadas pela Rússia contra todos os países não comunistas, se voltarem contra ela, manejadas por seus próprios povos não russos.

MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA

Pode perguntar-se: por que os ocidentais, que se declaram líderes da liberdade não se valem dos movimentos de resistência clandestino dentro das fronteiras ideológicas da Rússia como meio de fragmentá-la internamente, quando os agentes do Kominform, inspirados pelo Kremlin, ocupam-se incessantemente de estabelecer quintas colunas dentro de seus países?

O objetivo do plano final deve ser a destruição do imperialismo russo, dissociando a União Soviética em seus elementos constituintes e criando Estados nacionais independentes com governos próprios.

A paz mundial será obtida quando o império russo estiver desmembrado, como o foi o dos turcos, e dividido em nações independentes, ainda que estas se façam a guerra, localmente, entre si. Isto é preferível a ter uma Rússia colossal, persistentemente trabalhando na tarefa de subverter a ordem mundial, para conservar no poder menos de dez milhões de burocratas bolchevistas.



UM ENSAIO DE JUSTIÇA DISTRIBUTIVA

General JUAREZ TAVORA

1. PREMISSAS FUNDAMENTAIS

1.1 *Premissas políticas :*

1.11 A paz do mundo atual é função de um equilíbrio bipolar de poder, entre o Ocidente democrático e o Oriente soviético. Esse equilíbrio de poder é instável, por falta de uma terceira força bastante poderosa para funcionar como fiel de balança entre aqueles dois polos, cada um dos quais procura aliciar os elementos esparsos, ainda não polarizados, para ampliar e reforçar, de um lado, a chamada "cortina de ferro", que envolve o mundo comunista, e, de outro lado, estender e fechar o "cordão de cêrco" que delinea a política de contenção das potências democráticas.

1.12 Entre os instrumentos de aliciação utilizados pela Rússia comunista para romper, em seu favor, o atual equilíbrio de poder, figura, em primeiro plano, a infiltração ideológica, que pode aspirar desde a subversão das instituições democráticas (quer pela revolução civil, quer pelo voto proletário), até o esfacelamento do poder nacional,

em caso de guerra, por processos de sabotagem e quintacolonismo.

1.13 Dois são os principais caldos de cultura de que se está utilizando a Rússia Soviética para realizar o processo de infiltração ideológica :

a) o espírito de nativismo dos povos coloniais, facilmente excitável, até a revolta, contra o domínio colonial de grandes potências ocidentais, a que estão submetidos, e

b) as reivindicações crescentes do proletariado, sobretudo em nações subdesenvolvidas, contra o egoísmo capitalista, que teima em negar-lhe justa participação nos lucros de empresa.

1.14 Não acredito na viabilidade de uma terceira posição política entre o grupo comunista e o capitalismo do Ocidente.

Mas julgo que é possível, no tocante a esse campo, ampliar e acelerar a política iniciada pela Grã-Bretanha, após a última guerra, de conceder autonomia progressiva aos povos coloniais ; e no que respeita

ao duplo campo econômico-social, chegar-se a um meio termo razoável entre o capitalismo e o socialismo, conciliando, humanamente, o lado bom dos dois sistemas, sem incidir em seus defeitos.

1.2 *Premissas sociais e ideológicas :*

1.2.1 Tratando da dignidade e prerrogativas do trabalho, afirma S.S. o Papa Pio XII, gloriosamente reinante (Problemas da Guerra e da Paz, Livraria Bertrand, Lisboa, pág. 334) :

— “Quem, deseja que a estrêla da paz nasça e se detenha sôbre a sociedade, dê ao trabalho o lugar que Deus lhe designou desde o princípio. Como meio indispensável para o domínio do mundo, querido por Deus para sua glória, todo o trabalho possui uma dignidade inalienável e, ao mesmo tempo, um íntimo nexa com o aperfeiçoamento da pessoa humana — nobre dignidade e prerrogativa do trabalho de modo nenhum envilecidas pelo peso e a fadiga, que se hão de suportar como efeito do pecado original, com obediência e submissão à vontade de Deus.”

E, ainda, segundo S.S., não hesita a Igreja em deduzir as consequências da nobreza moral do trabalho,

“que compreendem, além de um salário justo, suficiente para as necessidades do trabalhador e da família, a conservação e o aperfeiçoamento de uma ordem social que torne possível uma segura, ainda que modesta, propriedade particular para tôdas as classes do povo, que favoreça uma formação superior para os filhos das classes operárias particularmente dotados de inteligência e boa vontade, e promova no bairro, na povoação, na província e no país, o cuidado e a atividade prática do espírito social, que, mitigando os contrastes de interesses e de classes, tire aos operários o sentimento de segregação, com a experiência confortante de uma

solidariedade genuinamente humana e cristãmente fraterna.”

1.22 S.S. o Papa Pio XI, tratando, em sua Encíclica “Divini Redemptoris”, das relações do homem com a sociedade, afirmou :

— “É a sociedade, no plano do Criador, o meio natural de que pode e deve utilizar-se o homem para alcançar seus fins sendo a sociedade humana (constituída) para o homem, e não vice-versa. Isso não se entende no sentido do liberalismo individualista, que, ao uso egoísta do indivíduo, pretende subordinar a sociedade; mas no sentido de que, mediante a união orgânica com a sociedade, a todos se torne possível, por mútua colaboração, realizar a felicidade terrena. Não é a sociedade humana, qualquer que ela seja, mas somente o homem, ou pessoa humana que é dotado de razão e de vontade moralmente livre.”

(Pio XI, “Cartas Encíclicas”, publicação da Ação Católica Brasileira, em colaboração com a Empresa Editora A.B.C. Limitada, pág. 24.)

1.23 Tratando da ordem econômico-social, em sua Encíclica “Quadragesimo Anno”, afirmou S.S. :

— “que a sã propriedade deve ser reconstruída de conformidade com os verdadeiros princípios de sadio cooperativismo, com respeito à devida hierarquia social, e que tôdas as corporações devem unir-se em harmônica unidade, inspirando-se no princípio do bem comum da sociedade. E a principal e mais genuína missão do poder público e civil consiste, precisamente, em promover, com eficiência, essa harmonia e coordenação de tôdas as forças sociais.” (idem, ibidem, pág. 26).

1.24 Afirma, ainda, S.S. :

— “Existe, realmente, além da justiça comutativa, a justiça social, que impõe, também, deveres a que se não podem subtrair nem patrões, nem operários.”

— “Não se pode, entretanto, afirmar ter-se cumprido a justiça social se os operários não tiverem garantido o próprio sustento e o da família com um salário conveniente a esse fim; se lhes não é facilitada a oportunidade de adquirir modesto pecúlio, prevenindo-se, dêsse modo, contra a chaga da miséria comum; se não forem tomadas providências em seu favor, com seguros públicos ou particulares, para o tempo da velhice, da doença, ou quando se acharem desempregados” (idem, *ibidem*, págs. 40 e 41).

1.25 E conclui S.S. :

— “Considerando-se, portanto, a complexidade da vida econômica, não é possível fazer reinar nas relações econômico-sociais a mútua colaboração da justiça e da caridade, senão por meio de um corpo de instituições profissionais e interprofissionais, sobre bases sólidamente cristãs, ligadas entre si, e formando, sob moldes diversos e adequados a lugares e circunstâncias, o que se chamava Corporação” (idem, *ibidem*, páginas 42 e 43).

1.26 Fundamentalmente, o problema cuja solução angustia o mundo moderno é um problema em cuja equação predominam funções de ordem ideológica e cujas raízes principais devem ser a *unidade* e a *co-operação* — na família, na comunidade nacional e na sociedade internacional — em contraste com os princípios de incompatibilidade e divisão com que as está intoxicando a ideologia comunista.

1.3 Premissas legais :

1.31 “A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano”. (Art. 145 da Constituição).

“A todos é assegurado o trabalho que possibilite existência digna: o trabalho é obrigação

social” (parágrafo único do mesmo artigo).

1.32 “Será determinada a fiscalização e a revisão de tarifas dos serviços explorados por concessão, a fim de que os lucros dos concessionários — não excedendo à justa remuneração do capital — lhes permitam atender às necessidades de melhoramento e expansão dêsses serviços. Aplicar-se-á a lei às concessões outorgadas no regime anterior de tarifas estipuladas para todo o tempo de duração do contrato” (parágrafo único do art. 151).

1.33 “A legislação do trabalho e a previdência social obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros, que visem a melhoria da condição dos trabalhadores” (Art. 157) :

- salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às necessidades normais do trabalhador e de sua família (inciso I) ;
- participação direta e obrigatória do trabalhador nos lucros da empresa, nos termos e pela forma que a lei determinar (inciso IV) ;
- não se admitirá distinção entre trabalho manual ou técnico, e o trabalho intelectual, nem entre os profissionais respectivos, no que concerne a direitos, garantias e benefícios” (parágrafo único do artigo 157).

1.34 “É obrigatória, em todo o território nacional, a assistência à maternidade, à infância e à adolescência. A lei instituirá o amparo às famílias numerosas” (Art. 164).

2. TESES A DEBATER

Escapa, evidentemente, à nossa vontade impôr às grandes potências colonialistas que libertem, de vez ou progressivamente, suas colônias, antecipando-se à explosão de nativismo que os comunistas lhes estão insuflando, e que as levarão, por outros caminhos, àquele fim.

Mas depende de nosso esforço e capacidade de compreensão e entendimento encontrar uma fórmula razoável para a solução do problema econômico-social da distribuição da riqueza produzida, entre os fatores fundamentais de sua produção — o capital e o trabalho — que, em consonância com as premissas legais e morais, que acabamos de ler, harmonize e integre, na empresa, esses dois fatores.

É à luz dessas premissas que ouso expor algumas proposições conducentes, a meu ver, à solução cristã e humana do problema complexo e delicado que aqui vamos debater, pois dão ao trabalho o que lhe pertence, sem nada usurpar aos legítimos direitos do capital. (Ver quadro anexo).

2.1 Há dois fatores irredutíveis da produção :

- o *capital* (aí incluída a terra), considerado como o trabalho acumulado,
- o *trabalho* (aí incluídos os elementos de direção, consulta e fiscalização),

que devem integrar-se harmônica-mente na empresa, ao invés de se dissociarem dentro dela.

2.2 A cada um desses fatores de produção cabem remunerações primárias específicas, capituláveis entre as despesas gerais da empresa,

- *juros*, para o capital, variáveis, no tempo e no espaço, com a sua maior ou menor escassez e com o grau de riscos a que ele estiver sujeito ao investir-se na empresa,
- *salários*, para todos que trabalham na empresa (diretores, assessores, fiscais e executores), proporcionais à responsabilidade de cada um deles na sua produtividade.

A essas duas categorias de remuneração primária, poderíamos adicionar uma terceira : — os impostos gerais, atribuídos à colaboração implícita do Estado, como elemento garantidor da ordem jurídico-social vigente.

2.3 É necessário e justo que se deduzam da receita bruta da empresa, antes de qualquer repartição de lucros, cotas-partes, para *constituição de fundos* que garantam,

- uma necessária reconstituição do capital e a possibilidade de seu resgate ;
- uma justa remuneração — não apenas comutativa, mas também social — do trabalho.

2.4 Os *fundos de garantia* do capital devem desdobrar-se em,

- *fundo de substituição ou renovação* do acervo (garantia de permanência do capital) ;
- *fundo de reajustamento monetário* do acervo (garantia de manutenção do poder liberatório inicial do capital) ;
- *fundo de amortização* do capital (garantia de resgate do capital, em determinado prazo, ou, eventualmente, em caso de “déficit” da empresa, do pagamento dos juros a que tiver direito).

2.5 Os *fundos de garantia* do trabalho devem desdobrar-se em,

- *fundo de reajustamento de salários* (garantia de pagamento de salários variáveis com o custo da vida) ;
- *fundo de assistência social* (garantia de pagamento de salários-família, e todas as formas de assistência social para todo o pessoal da empresa — diretores, assessores, fiscais e executores) ;
- *fundo de previdência social*, beneficiando a todos os colaboradores da empresa, sem prejuízo de seus salários.

2.6 É também justo e conveniente que se deduza dos lucros líquidos uma cota-parte destinada a construir um *fundo de melhoria e ampliação da empresa*, visando a melhorar e ampliar o acervo da empresa por conta dos fatores reais da produção e na proporção das responsabilidades com que cada um haja concorrido para sua lucra-

tividade anual (isto é, de um lado, a soma dos salários percebidos durante o ano, pelo trabalho, e, de outro, a soma dos juros percebidos, primariamente, pelo capital, aí incluída a renda da terra).

2.7 Os lucros líquidos restantes após a dedução do *impôsto de renda* e do *fundo do melhoramento e ampliação* aludido no item anterior, deverão ser rateados entre os mesmos elementos produtivos da empresa — de um lado, o trabalho (diretores, assessores, fiscais e executores — na proporção de sua contribuição para a produtividade do capital — isto é, em função dos salários globais recebidos durante cada ano), e de outro lado, o capital (aí incluída a terra) na proporção dos juros ou remuneração primária a que houver tido direito.

3. ELUCIDAÇÕES PRÉVIAS SOBRE AS TESES PROPOSTAS

3.1 O sistema garante ao capital:

a) *justa remuneração primária*, sob forma de juros, *variáveis* com os riscos da empresa e sempre ajustados ao nível liberatório inicial do capital,

b) *permanência do capital investido*, pela substituição periódica das partes perecíveis (usura e obsolescência) do acervo, através do fundo de renovação,

c) *resgate adequado*, no fim do prazo estipulado, pelo valor liberatório inicial e, eventualmente, garantia de pagamento de juros, em caso de "deficit", através do fundo de amortização,

d) *participação equitativa* nos lucros da empresa, quer sob a forma de novos investimentos, através da aplicação do fundo de ampliação, quer sob a forma de dividendos correspondentes ao quinhão que lhe couber na partilha dos lucros líquidos.

3.2 O sistema garante ao trabalho (todos os agentes ativos da produção):

a) *justo salário*, proporcional à responsabilidade de cada pessoa

(diretor, assessor, fiscal ou trabalhador) e periodicamente reajustado ao nível do custo de vida;

b) *ampla assistência social* — aí incluído o pagamento de salário-família razoável (abrangendo a todos) por conta do fundo de assistência social;

c) *ampla previdência social*, paga pela empresa (e, portanto, sem desfalque dos salários), abrangendo a todos os agentes ativos da empresa, através do fundo de previdência social;

d) *associação e solidarização progressivas* de todos os cooperadores da empresa, pelo recebimento anual de ações da mesma, na proporção das responsabilidades de cada qual em sua produtividade — através da aplicação do fundo de ampliação;

e) *participação equitativa* de todos os agentes ativos da empresa na repartição dos lucros líquidos em concorrência com o capital e na proporção do salário global recebido cada ano.

3.3 O sistema garante à empresa, como entidade corporativa:

a) *harmonia e cooperação* entre dirigentes, assessores, fiscais e executores, pois elimina, praticamente, a diferenciação de classe existente na atual empresa capitalista, entre empregadores e empregados, transformando-os, todos, em cooperadores;

b) *estímulo à eficiência* do trabalho — já que todos os agentes por ele responsáveis participam equitativamente dos lucros produzidos anualmente, sem desestimular o capital — que terá sempre assegurados — além da cota que lhe couber na partilha dos lucros — juros razoáveis, a permanência de seu valor liberatório inicial (para efeito de juros e resgate) e o resgate, como e quando fôr determinado;

c) *ligação efetiva* ao seu destino, de diretores, assessores, fiscais e executores, já que todos eles se tornam, progressivamente, acionistas da mesma, através

da aplicação do fundo de ampliação;

d) aumento, em consequência, do bem-estar econômico-social dos agentes de menor categoria, sem privar do conforto a que têm direito os cooperadores de maior responsabilidade (diretores, fiscais e assessores);

e) criação de um ambiente de trabalho intrinsecamente impenetrável à infiltração comunista, já que elimina a existência de classe (empregadores e empregados), instrumento fundamental de sua dialética.

3.4 As remunerações e deduções capituladas nos sub-incisos 2.2, 2.3, 2.4 e 2.5, correspondentes à satisfação de necessidades essenciais, não devem ser reduzidas para permitir o aumento das cotas previstas nos sub-incisos seguintes (2.6 e 2.7).

Estas duas últimas cotas, referentes à participação do capital e do trabalho na distribuição dos lucros líquidos da empresa, devem, ademais, manter-se em níveis razoáveis para não importarem em extorsão contra os consumidores.

3.5 Finalmente, a empresa corporativa, aqui sugerida, nem participa do exclusivismo individualista do atual capitalismo, por isso que, assegurando, embora, ao capital as vantagens que lhe são devidas, reparte, entretanto, os lucros de empresa equitativamente entre todos os fatores de produção que a integram e na proporção de suas responsabilidades; nem se filia ao radicalismo socialista, pois mantém a propriedade privada da empresa, proporcionando estímulo razoável ao capital e ao trabalho nela interessados; nem se confunde com o coletivismo cooperativista, por isso que não reduz a remuneração do capital a um baixo juro fixo, excluindo-o da participação nos lucros do empreendimento, nem institui, para a eleição dos elementos de sua direção, o voto pessoal e igual, mas proporcional à participação de cada qual na integração do capital e à sua responsabilidade funcional.

4. QUESTÕES LATERAIS A CONSIDERAR-SE

4.1 A intervenção dos elementos de trabalho na direção da empresa pode, pelo menos de início, limitar-se ao Conselho Fiscal, onde devem ter um representante.

Mais tarde, tal seja o vulto do número de ações que esses elementos hajam adquirido, através do fundo de ampliação da empresa, nada poderá impedir-lhes de eleger, pelo menos, um Diretor.

4.2 A aplicação desses princípios de justiça distributiva aos fatores da produção na empresa agrícola envolve aspectos mais complexos que os da empresa industrial — tais como a renda da terra e os riscos decorrentes de fenômenos naturais inelutáveis — mas é, a meu ver, perfeitamente viável, desde que se considerem adequadamente tais aspectos, a começar pela conveniência ou não de amortizar o capital terra.

4.3 As novas modalidades de assistência e de previdência sociais, decorrentes da constituição de fundos específicos para atender, indistintamente, a todos os agentes ativos de cada empresa — diretores, assessores, fiscais e executores — imporão algumas alterações no sistema de Institutos ora vigente, pois, desaparecendo a figura do empregador (transformando em simples cooperador, também concorrente aos benefícios de assistência e previdência) não poderá ele concorrer, simultaneamente, com cota em favor dos colaboradores mais modestos — os executores.

4.4 Uma vez feito o resgate do capital inicialmente investido, é justo que, ao invés de se aumentarem os lucros a dividir entre os agentes da produção, se beneficiem, com uma diminuição de custo dos produtos, aos consumidores, a cuja custa aquele capital pôde ser amortizado.

4.5 A defesa do consumidor, dentro de um sistema, como o aqui proposto, poderia ir além, iniciando-se, antes, com a suspensão da quota de lucros líquidos, absorvida

com o abaixamento do custo das utilidades produzidas. Isso nos conduziria a uma economia mais aproximadamente cooperativista.

dosos e nos conduza melhor, a todos, a uma solução — se não rigorosamente justa, ao menos equitativa do problema.

5. DEBATE SOBRE AS TESES APRESENTADAS

5.1 Não alimento a pretensão de que esta simples exposição de teses, acompanhada de sintética elucidação, haja podido abarcar o problema em toda sua complexidade e, menos ainda, penetrar todos os ângulos da delicada questão econômico-social nêla contida.

Espero, entretanto, que o debate, a ser iniciado agora, ilumine satisfatoriamente os pontos mais duvi-

5. (a) Concluindo: o fundamental é que encontremos, com esta ou com outra fórmula, uma alternativa aceitável para o unilateralismo comunista, com que se pretende remediar o egoísmo capitalista.

Se a não encontrarmos, em tempo, pouca esperança restará de que o desespero e a frustração das massas trabalhadoras nos não arrastem e a elas próprias, sem remissão, para o totalitarismo marxista.

ESQUEMA FINANCEIRO DA EMPRESA CORPORATIVA

Categorias de Remuneração	Remunerações primárias	Fundos de Garantia	Remunerações complementares 3)
Elementos a remunerar	(a conta de Despesas Gerais)	(a deduzir da Renda Bruta)	(repartição de lucros líquidos)
Capital" (aí incluída a terra) e considerado como trabalho acumulado.	"Juros" (variáveis no tempo e no espaço com a procura e os riscos dos investimentos).	— Fundo de substituição do acervo. — Fundo de reajustamento monetário. — Fundo de resgate do capital.	— Fundo de melhoramento e ampliação da empresa.
Trabalho" (sem distinção de dirigentes e dirigidos).	"Salários" (para todos que trabalham na empresa e proporcionais às suas responsabilidades funcionais).	— Fundo de reajustamento dos salários. — Fundo de Assistência Social. — Fundo de Previdência Social.	— Quotas de participação nos lucros líquidos.
Estado" (como fator de ordem econômico-social).	"Impostos Gerais" (federais, estaduais e locais).		Imposto de Renda.

OBSERVAÇÕES

- 1) Considera-se a terra como capital.
- 2) Incluem-se diretores, assessores, fiscais e executores — todos considerados assalariados.
- 3) Tanto a repartição do fundo de ampliação, como a dos lucros líquidos se farão entre capital e trabalho, proporcionalmente aos juros pagos àquele e aos salários anuais recebidos pelo pessoal.

A VONTADE

O homem dono de si mesmo, com a vontade forte faz o que quer e traça o destino de acôrdo com suas aptidões.

A vontade é um hábito que se cria.

Tomar uma decisão, ter firmeza na sua execução e enfrentar as dificuldades são coisas que custam no princípio, mas, se teirmos nessa regra, acabamos por nos acostumarmos com ela.

Todos precisam de vontade firme para poder vencer as dificuldades da vida. Criar a vontade é a primeira condição para vencer.

Educá-la, aplicando-a a fins dignos, êsse é o dever.

Há pessoas que tudo esperam do acaso. E se esbarram numa dificuldade, ou desertam ou param desanimados. Para tudo precisam dos outros.

Como burros atrelados, vão para onde as empurram. Arrastando uma vida qualquer, tudo lhes serve. E assim, vivem e morrem, como escravos.

Fortalecer a vontade e enfrentar a vida é um dever para o homem que se preza.

(Do livro *Cartilha da Mocidade*)

Procure a "CASA NENO" num dos seguintes endereços, de acôrdo com a sua conveniência :

Rua Sete de Setembro, 145 — Tel. 43-2215 e 43-9134 (Matriz)

Rua Buenos Aires, 151 — Sobrado — Tel. 43-7778

Avenida Passos esquina Presidente Vargas — "Esquina da Casa Neno" — Tel. 43-6905

Rua República do Líbano, 7 — Tel. 22-4590

Em Madureira : Rua Maria Freitas, 110 (loja própria)

Em Niterói : Rua da Conceição, 47

Na Penha : Largo da Penha, 59-C.

Rádios, Geladeiras, Televisão, Planos, Liquidificadores, Ferros de engomar, Toca-discos, Enceradeiras, Ventiladores, Relógios, Bicicletas, Máquinas de lavar, Aspiradores e demais artigos elétricos, Máquinas de costura, Máquinas fotográficas,

Motocicletas, Máquinas de escrever

Um mundo de coisas ao seu dispor

PROBLEMAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Prof. ARTHUR E. BURNS

(Transcrito da Revista Brasileira de Economia,
de Set de 1953)

Nota da Redação — Esta Revista inicia, neste número, a publicação de uma série de 6 conferências proferidas pelo Prof. Arthur E. Burns no "Instituto Brasileiro de Economia", da Fundação Getúlio Vargas. Transcritas, com a devida venia da "Revista Brasileira de Economia", de setembro de 1953, recomendam-se como uma notável síntese das principais questões que afetam o desenvolvimento econômico de qualquer país e cabem como uma luva ao caso do Brasil. Eis porque recomendamos a sua leitura e meditação por todos os oficiais, particularmente pelos de Estado-Maior.

APRESENTAÇÃO

O Professor Arthur E. Burns, da George Washington University, de Washington, D.C., Estados Unidos da América do Norte, proferiu suas conferências nos meses de julho a setembro de 1952 no Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Na primeira das suas conferências traça a história do pensamento econômico sobre problemas do desenvolvimento econômico, frisando a grande importância do trabalho de Schumpeter. Procura definir os conceitos de "desenvolvimento" e "sub-desenvolvimento" e discute as várias críticas que têm sido feitas à definição desses conceitos em torno do nível de renda real per capita. Discute a política dos Estados Unidos relativamente ao desenvolvimento econômico das áreas menos desenvolvidas do Mundo e procura indicar por fim, de forma resumida, as condições de progresso econômico.

Na segunda conferência, dedicada às relações entre o progresso

econômico e política econômica, o Professor Burns trata do papel que a política dos governos poderá desempenhar na expansão econômica. Muito embora reconheça o papel que tem que ceder aos governos nesse processo, mostra que há, presentemente, uma perigosa tendência a exagerar as vantagens, para o progresso econômico, que podem advir da intervenção governamental.

Na terceira conferência, dedicada ao caso do Japão, o Professor Burns discute o progresso econômico desse país desde as últimas décadas do século passado — tirando lições — com a devida cautela — para a política que outros países poderão seguir.

Na quarta conferência, dedicada às relações entre crescimento econômico e inflação, o Professor Burns mostra-se partidário de uma política intermediária entre a que preconiza absoluta estabilidade do nível geral de preços e a que admite a necessidade de preços em alta sistemática como condição essencial de progresso econômico.

Na quinta conferência, intitulada "Crescimento Econômico, Mobilidade e Bem-Estar", o Professor Burns frisa a grande importância da manutenção de um alto grau de mobilidade social como condição do rápido progresso econômico. Mostra também que certas formas de política visando ao bem-estar social necessariamente diminuem o ritmo do progresso econômico, por forçarem o aumento de con-

sumo, podendo-se, entretanto, recorrer ao aumento do bem-estar, favorecendo o progresso econômico mediante o aumento eficiente do fator humano na produção.

Na última conferência o Professor Burns, que durante sua estada entre nós visitou várias partes do país, faz uma série de observações bastante otimistas relativamente às perspectivas do nosso progresso econômico.

I — ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS RELATIVOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Os problemas e as perspectivas do crescimento econômico nos países pouco desenvolvidos tornaram-se novamente assunto de suma importância para os economistas. Tem diversos motivos esta reflexão do interesse pelo problema postulado por Adam Smith, isto é, a natureza e as causas da riqueza das nações. Hoje em dia, admite-se o progresso econômico como meta política em muitos dos países pouco desenvolvidos neste setor. Constitui fator de relêvo na política externa dos Estados Unidos e é evidente que constitui igualmente o principal objetivo do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, bem como de outras organizações internacionais. Pode-se mesmo considerá-lo como um movimento, uma campanha de alcance mundial, com todos os efeitos e toda pujança das antigas cruzadas.

Não resta dúvida que as regiões pouco desenvolvidas poderão obter reais vantagens da afluência de capitais e de assistência técnica proveniente dos governos dos grandes países industriais e das organizações internacionais. Já nos países em franca evolução econômica transparecem esses frutos. Não devemos, porém, nos esquivar à possibilidade de decepções. O crescimento econômico é um processo lento, difícil e mesmo doloroso às vezes. Alguns dos países pouco

desenvolvidos estão com pressa de crescer para poder colher esses benefícios. Por outra parte, os obstáculos que se opõem ao desenvolvimento, assim como o custo da pressa são mui freqüentemente subestimados.

O ritmo do crescimento econômico depende em grande parte dos próprios países, da sua disposição para aceitar a severa disciplina que impõe a industrialização. Depende também da continuidade e da inteligência prática da política norte-americana e das diretivas das organizações internacionais. E não é possível se ter qualquer segurança neste campo, pois depende, em grande parte, por sua vez, da orientação política. Já conhecemos suficientemente os caprichos da política para podermos dissipar toda a condescendência fácil quanto às perspectivas de desenvolvimento econômico rápido.

A Teoria Econômica e o Desenvolvimento Econômico. Alegar que a análise do desenvolvimento econômico é um dos aspectos relativamente pouco estudados da economia teórica, seria um exagero perdoável. As teorias atuais emanam dos sistemas econômicos mais avançados e por conseguinte têm pouca conexão com os problemas que surgem nos países pouco desenvolvidos. O contraste entre as mais recentes investigações teóricas e a primitiva teoria econômica

devem ser frisados devido a que, ao meu ver, as últimas tendências teóricas não esclarecem os problemas do crescimento. Isso apesar de que a teoria moderna se estabeleceu como resultado das pesquisas feitas em busca das causas do crescimento econômico. Podemos considerar Adam Smith como o teórico das economias pouco desenvolvidas. De fato, a Grã-Bretanha nessa época estava muito mais atrasada que muitos dos países que hoje consideramos pouco desenvolvidos.

Smith encarou o problema do crescimento na sua forma mais ampla: (1) a necessidade de desenvolver os recursos econômicos; (2) a necessidade de distribuí-los adequadamente; e (3) a suma importância de se formular uma política a fim de assegurar o desenvolvimento e a distribuição. Esta compreensão da substância do problema do crescimento econômico aplica-se tanto ao Brasil, e muitos outros países cujas economias estão atualmente em fece de desenvolvimento, quanto à Grã-Bretanha do 18º século, ou aos Estados Unidos durante o século seguinte. Smith reconheceu que era essencial a formação de capitais, a divisão do trabalho estimulado tanto pela referida formação de capitais como pela extensão dos mercados — e a elevação do nível técnico que resulta da especialização do trabalho. Estes fatores contribuíram para melhorar a produtividade do trabalho e por conseguinte aumentaram a produção nacional, o que, sua vez, promoveu o crescimento da população e dos recursos de mão-de-obra, voltando a incrementar novamente a produção bruta da economia. O acréscimo ao volume de capitais desviou a mão-de-obra de atividades “improdutivas”, canalizando-a para a produção de bens de consumo, constituindo assim um incremento à produção real, no sentido físico da expressão.

Não era suficiente, porém, o aumento do volume de recursos, pois era também necessário empregá-los adequadamente, apesar de certas reservas e dúvidas neste se-

tor. Smith confiava na existência de um mercado de livre concorrência como força orientadora. Não acreditava cegamente neste mecanismo, mesmo quando existisse uma concorrência relativamente eficiente. Mas a verdade é que desconfiava menos deste método do que de sua alternativa — a distribuição dos recursos por meio de decretos governamentais ou privilégios da mesma ordem. Neste ponto de vista fundava-se a orientação da sua doutrina: que se deixara que um sistema óbvio e simples, como o de liberdade natural, — cuja base é o desejo natural de todo o indivíduo de se melhorar, — fôsse o principal meio de se obter a produção de um país e de assegurar a expansão da mesma.

Para seus contemporâneos, esta análise e esta doutrina tinham sentido. E ainda é aplicável aos países pouco desenvolvidos (assim como a outros mais adiantados) a um ponto que nem sempre é reconhecido pelos sofisticados economistas da nossa era. As teorias de Smith não ultrapassavam do essencial enquanto que os economistas modernos vão muito além do necessário. Sua compreensão dos problemas da antiga Inglaterra não se complicava nem era desvirtuada por dar atenção às exigências teóricas e às técnicas enredadas. Tão pouco preocupava-se pelas crises de curta duração que requerem notas apressadas e artigos preparados para o próximo número de uma revista econômica. Como economista, era um simples amador e estudava a matéria com uma atitude de independência e calma que não é possível aos profissionais atuais.

O crescimento econômico continuou sendo o pivô do interesse que tinham Malthus e Ricardo por esta matéria. Suas perspectivas, porém, tornaram-se mais complexas devido a ênfase exagerada sobre questões tais como a lei de rendimentos decrescentes, a superpopulação, a distribuição da renda, o papel que desempenha a procura real e problemas imediatos de política geral. Foi John Stuart Mill quem acabou

com o interesse dos teóricos pelo problema de desenvolvimento econômico como disciplina ortodoxa da clássica economia política. Marx, no campo não-ortodoxo, prestou uma notável contribuição à análise do crescimento dinâmico, a qual se perdeu dentro de um labirinto de dogmas, desconexa e de profecias erradas.

O interesse teórico pela ciência econômica do crescimento, no quanto a seus fins práticos, desapareceu, por assim dizer, com os fins do 19º século. Indubitavelmente, Marshall exprimiu e manteve uma fé relativa no "progresso" gradual. Acreditava, porém, que "natura non facit saltum", doutrina esta que afastava a essência do desenvolvimento econômico dinâmico. A dinâmica do crescimento era demasiadamente desordenada para poder ser incluída dentro do seu sistema metódico que consistia em pequenas modificações no intuito de eliminar pequenos desequilíbrios.

Tanto a análise da utilidade marginal como aquela do equilíbrio geral no princípio do século derivam da distribuição ótima de determinados recursos para a satisfação da procura do consumidor. Não resta dúvida que o problema da distribuição é de vital importância em matéria de crescimento econômico e nestes tempos modernos dá-se-lhe menor consideração do que merece. Uma teoria fundamentada em determinados recursos, porém, terá forçosamente de ser excluída dos principais problemas do crescimento, os quais se referem igualmente às perspectivas de *expansão* dos recursos e às modificações estruturais provenientes daquela expansão.

Tanto a teoria da utilidade marginal, como a análise neoclássica e a análise do equilíbrio geral constituem o que se pode chamar de teoria estática. Nesta qualidade, pouco têm a contribuir para a teoria do crescimento ou desenvolvimento econômico. Não existe qualquer explicação simples para este abandono do primitivo interesse clássico pelas causas e con-

dições do crescimento econômico. Acredito que o seu próprio êxito em parte determinou esta mudança no interesse teórico. Tanto a Grã Bretanha como a Europa Ocidental já estavam desenvolvendo-se e as dificuldades provenientes das modificações estruturais pareciam ao passado. A criação de uma economia mundial eliminou as limitações à expansão que tanto preocupavam as gerações anteriores. À medida que cresciam a renda e a riqueza, as fontes da renda pareciam ser menos urgentes que a utilização daquela renda. Esta modificação no ponto a ser frisado resultou em que se atribuiu maior importância à procura, um problema de menor alcance numa economia em franco desenvolvimento. Mòrmente, a análise estática presta-se a técnicas matemáticas que são consideradas "científicas" enquanto que o processo de crescimento é refratário às mesmas. É provável que a predileção dos economistas pelo método científico (observado exclusivamente como técnica matemática) tenha influenciado sua escolha de problemas.

Os escritores socialistas da segunda década deste século pouco contribuíram à teoria do desenvolvimento econômico. Seu trabalho consistiu apenas em adaptar a análise contemporânea de equilíbrio aos problemas de distribuição num estado socialista, sendo incitados a isso pelas declarações de Von Mises, que julgava que o sistema socialista carecia de meios para organizar seus recursos racionalmente. A tradição keinesiana tão pouco oferecia qualquer análise do desenvolvimento econômico. A *Teoria Geral* elaborou uma análise estática agregativa, abarcando dados recursos e tecnologia. Com esta hipótese, elimina-se o problema de crescimento. Ademais, o processo de modificação na renda e na produção, com determinados recursos, falta na análise. Os trabalhos de Robertson e Ohlin são mais úteis do ponto de vista da análise cíclica. Não resta dúvida, porém, que a economia keinesiana estendeu sua influência à economia do desenvol-

vimento, especialmente no que diz respeito à criação de tendências inflacionárias, as quais julgo inerentes ao crescimento econômico.

O interesse atual por esta esfera da economia parece se concentrar em uma de duas direções: num caso, pela construção de modelos, o que requer a elaboração de complexas técnicas matemáticas. Como meio para demonstrar técnica profissional, este tipo de trabalho teórico é realmente proveitoso, mas como instrumento para auxiliar na formulação de política para a solução de problemas práticos, seu valor ainda não foi comprovado. O segundo setor compreende as investigações especializadas sobre determinados problemas do crescimento econômico. Neste caso, a bem dizer, tem-se dado maior importância às consequências do crescimento econômico do que às suas causas fundamentais e às condições da expansão econômica.

Os trabalhos de Schumpeter, porém, não pertencem a qualquer destas duas categorias que, basicamente, são bastantes estéreis. Como teoria de desenvolvimento econômico, é mais aplicável do que qualquer outra obra recente sobre este assunto. Na minha opinião, os economistas dos países pouco desenvolvidos lucrariam muito com o estudo das suas teorias sobre o crescimento econômico. Por outro lado, o Professor Hansen, nas suas considerações sobre o crescimento a longo prazo, tratou principalmente das perspectivas para esse desenvolvimento (ou sua ausência) nos Estados Unidos. Como toda a teoria atual, de um modo geral, sua obra provém de um sistema econômico avançado e sua importância, mesmo nos Estados Unidos, pode ser discutida.

O fato de estar a análise econômica tão pouco evoluída no tocante aos problemas dos países pouco desenvolvidos deve-se provavelmente a que, do ponto de vista teórico, a natureza mesmo do problema oferece pouco interesse. O nível da análise de Smith já não se pode respeitar agora, mas, quiçá,

não se precise mais nada para estabelecer uma orientação política eficiente.

O crescimento econômico dá lugar a modificações estruturais de base através o tempo no sistema econômico. O processo transitório de mudança, suas causas e consequências constituem a matéria para o estudo da economia do desenvolvimento. Neste processo não há valores constantes; cada setor age sobre cada outro e sua interação raramente é previsível. O problema não se presta à análise matemática nem à elegância teórica exigida pelos economistas da nossa era para o desempenho da sua profissão. Julgo que os países escassamente desenvolvidos poderão tirar pouco proveito da orientação política que se percebe nos complexos modelos teóricos dos sistemas econômicos mais desenvolvidos.

Critérios de Crescimento. Recentemente, diversos economistas têm procurado determinar a significação dos termos "desenvolvido" e "pouco desenvolvido" quando aplicados a sistemas econômicos. A importância do problema é evidente. Uma Comissão das Nações Unidas definiu um país desenvolvido da seguinte maneira: um país cujos recursos estão plenamente desenvolvidos, em relação ao nível de conhecimentos atingido com respeito à sua utilização. Na realidade, nenhum país até hoje alcançou esse nível, mas ao mesmo tempo existem muitos países que estão bastante longe dessa posição. Estes são os ditos "países pobres", onde a renda *per capita* poderia ser aumentada por meio de novas inversões de capital, a divulgação de conhecimentos técnicos, a elevação do padrão de saúde pública, a introdução de reformas sociais e econômicas e uma administração pública eficiente. A medida adotada pela ONU consiste na relação entre a produção (renda) *per capita* e as prováveis potencialidades do país.

O valor da renda *per capita* ou da global como critério de nível de desenvolvimento ou como medida

de crescimento é negado pelo Professor Viner e outros especialistas. Durante suas conferências aqui no "Instituto Brasileiro de Economia" da Fundação Getúlio Vargas, o Professor Viner declarou que o aumento na produção total ou *per capita* não é necessariamente acompanhada por uma redução no nível de "esmagadora pobreza" em que vive uma parte considerável da população. Herbert Frankel, suscita problemas ainda mais fundamentais com a questão da medição da renda, insistindo que a renda, *per se*, não pode ser usada como medida da satisfação. O aumento da renda e da produção não corresponde diretamente a maior bem-estar, pois tanto a renda, como o bem-estar, dependem do padrão de "valores" da nação. Não se pode comparar a renda e o bem-estar entre países e por conseguinte não se pode diferenciar entre eles na base de uma unidade "Absoluta", pois o resultado seria inexistente. Mòrmente, o aumento da renda num país pouco desenvolvido pode corresponder a apenas uma mudança, como por exemplo de agricultura de subsistência (ou qualquer outra atividade semelhante) para operações realizadas num mercado.

Estas críticas são fundamentadas, se bem que revestem pouca importância para fins políticos. As referências feitas pelo Professor Viner ao bem-estar aplicam-se sobretudo ao prazo curto, e não se pode negar que nesse prazo, o aumento da renda e da produção podem redundar em benefícios apenas para um grupo limitado. Se esse grupo resolver poupar, porém, invertendo uma parte do incremento à sua renda, estimulará o desenvolvimento a longo prazo. Naturalmente, não haverá poupança entre os pobres. No sentido material, o bem-estar é uma *consequência* do crescimento. Em todos os países grandemente industrializados, a redistribuição dos benefícios materiais realiza-se bastante tarde, mas, mais ou menos, inevitavelmente. Primeiro ocorre o crescimento e, a distribuição dos

seus benefícios, por força, tem que acompanhá-lo.

Criticar o critério de medição com base na renda, de acordo com os argumentos apresentados por Frankel, redundará sem dúvida na frustração da política que se está procurando elaborar. Num país pobre, seria razoável concluir que o bem-estar e a produção *per capita* variam com o decorrer do tempo. Se o aumento da produção é representado pela fabricação de armas, não haverá qualquer elevação do nível do bem-estar geral. Mas, em contraste, os programas de desenvolvimento visam aumentar a produção de bens de capital e de consumo, erguendo o nível da parca cifra individual atualmente calculada. Até certo ponto, certos incrementos podem ser considerados como meios seguros de aumentar o bem-estar (na aceitação corrente da palavra) no prazo longo.

Realmente, nos ditos países pobres, o critério para a política de desenvolvimento pode ser ainda mais limitado que a renda (produção) individual. Por exemplo, a produção de bens *per capita* seria um índice adequado. E é esta a prova geralmente aplicada pelos economistas clássicos.

O *Crescimento Econômico no Passado e no Presente*. É recente a origem do conceito de desenvolvimento econômico na base do qual se formula a atual política neste setor. Durante o 19º século, não se falava no "desenvolvimento" de regiões escassamente desenvolvidas, tal como se concebe atualmente este termo. No século passado, inversões estrangeiras representavam uma escolha entre diversas alternativas lucrativas. Aquêles que dispunham de capital para estes fins interessavam-se apenas pela renda proveniente da inversão. Os resultados da operação no país pouco adiantado lhe eram totalmente indiferentes, salvo no que dizia respeito à rentabilidade da sua inversão. A expansão industrial por meio da exportação de capitais era apenas a extensão do processo normal de inversões.

Atualmente, porém, a política de desenvolvimento se fundamenta numa base inteiramente diversa. Sua preocupação principal relaciona-se à renda e ao bem-estar geral do país recipiente do capital. Nos programas de inversão para fins de desenvolvimento, normas de saúde pública, alojamento, nutrição e educação combinam-se com objetivos materiais, tais como o aumento da produção física.

São muitas as razões desta modificação radical na política e no conceito geral. Os próprios países pouco desenvolvidos já não querem que seus recursos sejam explorados exclusivamente para o bem dos estrangeiros que ali invertem seus capitais. A carência de mercadorias importadas durante a guerra obrigou-os a diversificar suas atividades industriais e a procurar capitais estrangeiros neste intuito. O nacionalismo também contribui para o desejo de alcançar um nível elevado de produção dentro de uma economia bem equilibrada. No mundo inteiro, vastos grupos da população dos países pouco desenvolvidos nutrem a esperança e ao mesmo tempo exigem que a pobreza em que vivem seja amenizada.

Existe uma série de motivos para a política de desenvolvimento promulgada pelos Estados Unidos. Alguns crêem que a repressão do comunismo requer e depende em parte da elevação das normas do bem-estar físico. Em poucas palavras, a pobreza engendra o comunismo e a prosperidade ajuda a dissipá-lo. Não obstante, considero esta teoria como uma simplificação exagerada. Pode-se dizer que o comunismo é um recém-chegado na longa história da pobreza. As origens ideológicas e o apoio ao comunismo não se encontram nas massas desanimadas. O comunismo representa um força mais forte em certos países adiantados da Europa Ocidental do que em outras nações paupérrimas, tais como o Afeganistão. O povo que está descontente, além de pobre, é o mais suscetível à propaganda comunista — ou à de qualquer outro movi-

mento. Para reprimir o comunismo não basta o desenvolvimento econômico e o bem-estar geral da nação que dêle provém. Combinado com outras influências político-sociais, porém, o bem-estar econômico poderá mostrar-se um elemento eficiente para refrear o comunismo.

A política norte-americana fundamenta-se em parte na idéia de uma "obrigação" para prestar auxílio às regiões pouco desenvolvidas no intuito de torná-las prósperas. É impossível dar um sentido exato a esta noção vaga de obrigação, mas não deixa de ter sua importância. Outras considerações de ordem prática que formam a base da política frisam a necessidade de fortalecer os povos amigos, constituindo reservas de produtos estratégicos além-mar e estendendo os mercados estrangeiros.

A desintegração da tradicional economia mundial também é um fator de grande relêvo como estímulo à atual política de desenvolvimento. Este elemento, mais que qualquer outro, é responsável pela criação do Banco Internacional, chegando mesmo a provocar a modificação dos objetivos iniciais do Export-Import Bank.

As Condições para o Crescimento Econômico. Sejam quais forem as razões pelo atual interesse no desenvolvimento econômico, a verdade é que a expansão econômica serve de meta a muitos governos. Como já tive ocasião de salientar, o crescimento econômico, não é um processo fácil, nem é automático. Depende da existência e da evolução de condições favoráveis. Pretendo indicar algumas destas agora e, durante as conferências seguintes, tratarei pormenorizadamente das mais importantes entre elas.

1. A formação de capital. Isto representa mais do que a mera acumulação dos meios físicos de produção. O desenvolvimento do capital resulta de condições políticas e sociológicas de ordem indígena. A formação de capital depende de uma série de atitudes, crenças e relações sociais que de-

vem prevalecer nos países pouco desenvolvidos, se é que desejam evoluir. Sem as seculares virtudes capitalistas (seja qual fôr a forma institucional em que se apresentam), tais como a indústria, a poupança, a previdência e a manutenção dos recursos, o crescimento torna-se difícil. Faltando êstes fatores psicológicos, as importações de capital, quicá não constituiriam inversões e sim, apenas dariam lugar ao consumo de capital. Por conseguinte, as importações de bens de capital, na melhor das hipóteses, estão subordinadas às fontes internas de formação de capital.

2. A distribuição eficiente de recursos de capital é evidentemente o segundo fator essencial aos crescimento econômico. É neste setor que os programas de desenvolvimento vão de encontro a uma dificuldade fundamental que consiste numa multiplicidade de metas vagas para a distribuição do capital disponível. Toda política e todo programa de desenvolvimento contém inúmeros objetivos políticos e sociais. O critério da produtividade não é de modo algum decisivo. Por onde vemos que a distribuição eficiente do capital é dificultada de um modo especial e diferente, em contraste com a situação encontrada quando a inversão corresponde ao critério simples e objetivo do mercado.

3. Outra condição essencial ao crescimento econômico é a administração eficiente dos recursos de mão-de-obra e capital. Nota-se, porém, que a técnica e a capacidade administrativa nos países pouco desenvolvidos é geralmente bastante inferior. Em certos países, o problema não é tanto de falta de capital como da utilização eficiente dos recursos existentes.

4. O aumento dos recursos de mão-de-obra é de fundamental importância num país como o Brasil, que dispõe de um vasto território. Em contraste, há outras partes do mundo (v.g. a Índia) onde a produção total poderia ser aumentada

mediante a diminuição da população e também da mão-de-obra.

5. As condições sociológicas, psicológicas e institucionais essenciais ao crescimento merecerão apenas uma breve referência. As disciplinas duras, mas fundamentais, do desenvolvimento do capital e da produção e a estrutura institucional necessária só podem ser adquiridas paulatinamente. Os velhos costumes e as antigas atitudes só podem ser alteradas lenta e dificilmente e as novas encontram muita resistência. Não é fácil efetuar a transição representada pela passagem do estado de escasso desenvolvimento ao nível de uma economia adiantada. Requer outras coisas senão a formação de um capital físico. É essencial a adoção de um sistema de valores que atribua grande importância à parcimônia, ao trabalho difícil e às suas recompensas materiais.

(Continúa)

Companhia Progresso Industrial
do Brasil

FÁBRICA BANGU

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

Elegancia, Côres firmes e Durabilidade

Geografia e História Militar



CAXIAS

General LIMA FIGUEIREDO

"A vida é tão curta que não chega a ser pequena", disse Disraeli, todavia a de Caxias encheu um império, cujo trono ruiu, quando lhe faltou aquele que sempre lhe serviu de escora. Apesar de Napoleão haver dito que "na guerra se envelhece mais depressa", Caxias viveu 77 anos de vida frenética; na paz, envidando seus melhores esforços para manter a pátria unida e coesa; na guerra, conquistando louros e glórias nas lutas externas a que o Império foi levado.

"Os homens são meros intérpretes do meio social em que vivem, de cujas aspirações se impregnam, com cujas esperanças se indentificam, por cujo bem se batem". Assim pontificava o meu ilustre e pranteado mestre do Colégio Militar, professor Daltro Santos. "O homem é fruto do meio": vêm muitos repetindo de longa data. Caxias foi um produto do ambiente em que viveu, desde que abriu os olhos para o mundo...

Nasceu em 1803 no seio de uma família militar com troncos em Portugal e Espanha, nos quais se espelhava a mais ávida nobreza. Em

1808, quando a plagas brasileiras aportava a família real com Dona Maria I e o príncipe Dom João à frente, com cinco anos de idade, ingressava, como cadete, no 1º Regimento de Linha. Muito criança para apreender bem o grande evento, pois ainda não havia atingido à época do uso da razão, algumas reminiscências lhe teriam ficado da-quele instante em que vestia pela primeira vez uma farda, justamente, quando sua pátria se integrava no Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves daquém e dalém mar. Tornar-se soldado, ao mesmo tempo que a pátria se agigantava para a liberdade, foi fato que se lhe entranhou na memória para todo o sempre. Disto não deve haver dúvida alguma. Naquele momento foi tocado do idealismo platônico, pois, consoante a teoria do discípulo de Sócrates, não conhecemos, reconhecemos; não aprendemos, lembramo-nos. "O ato da razão não passa de uma reminiscência".

Luís Alves de Lima estuda, adquire cultura, exercita-se nas armas, ganha seu primeiro galão.

Vai servir como ajudante, no Batalhão do Imperador, unidade constituída de oficiais e soldados escolhidos a dedo pelo próprio Dom Pedro I. Nessa qualidade recebe a primeira bandeira brasileira apresentada à tropa e ao público, depois do famoso grito do Ipiranga. Ao ter nos braços o sagrado vexilo guardou aquele momento, fixando aquele quadro para o resto da sua existência, como se a própria pátria lhe fôsse entregue, para que ele a vigiasse, guardasse e defendesse. Naquela ocasião, na Capela Imperial, perante o Imperador, o Senado da Câmara, os ministros, os fidalgos, as damas da corte, o Tenente Luís Alves de Lima sentiu-se não apenas o porta-bandeira, mas a pedra angular onde repousaria a própria nacionalidade do novel Estado que acabava de se constituir. E assim, imbuído desse sentimento, partiu para a Bahia, com seu batalhão, disposto a dar o máximo — sua vida, como o mínimo que poderia oferecer. Desafiou a morte, bateu-se com bravura e só se sentiu feliz ao ver a pátria desafogada, com a partida das tropas lusônias do General Madeira de Melo mar a fora em busca do Velho Mundo.

Os acontecimentos lhe orientavam a vida. Sentia-se sem o querer, mas o desejando, um dos intérpretes da vontade do povo, encarnando os seus ideais, aspirações e esperanças. Com o decorrer de sua existência, Luís Alves de Lima confundiu sua vida com a da própria Pátria e na sua defesa não poupou sacrifícios, nem mediu consequências. Estava sempre firme, alerta e vigilante onde estivesse o interesse do Brasil. Empregou-se sempre a fundo, dominado pela ideologia de uma pátria livre e forte, verdadeira centelha que iluminou sua alma aos cinco anos de idade, quando, quicá por determinação divina, assentou praça no momento mesmo em que Dom João chegava ao nosso país. Essa centelha metamorfoseou-se em eloquente fogueira de patriotismo ao receber, solenemente, o estandarte verde e amarelo, cujo pano fez em seguida flafar nos céus baianos na

única luta que ocasionou derrame de sangue, o mais caro preço da nossa independência política. A reminiscência da infância e a alegria de receber o pavilhão nacional forraram-lhe o interior, dando-lhe a crença de que fôra escolhido para defender a integridade da Pátria, cujo nascimento quase coincidiu com o seu.

Do mesmo modo surgiu seu amor pelo imperador e sua lealdade ao regime. Herdou do genitor seu respeito ao trono e seu desvelo pelas pessoas da casa imperial. Considerava-os seus, partes integrantes do seu eu e não conseguia de modo algum separá-los do sentimento que devotava ao Brasil. Pátria e imperador eram duas coisas numa só. Tinha motivos para isso. De sua retina e da sua memória jamais pôde subtrair o espetáculo a que assistira: seu pai, tendo nos braços aquele que seria Dom Pedro II, envolto em flanelas, rendas e sedas, apresentá-lo à corte no mesmo dia em que viera ao mundo — 2 de dezembro de 1825. Este fato influiu, certamente, no ânimo de Luís Alves de Lima: os mesmos braços másculos que o embalaram também o fizeram ao príncipe que acabava de nascer.

Essas reminiscências e as histórias ouvidas no lar da boca de seus pais e dos seus tios, fizeram-no um escravo do seu amor desmedido à Pátria e um amigo leal e certo do imperador, em todas as ocasiões. Jamais alguém ouviu dos seus lábios uma queixa, pois aceitava com a mesma serenidade os sacrifícios, os infortúnios e as glórias. Sua formação, no meio social em que nasceu e viveu sua infância e sua juventude, traçou-lhe a senda do dever, imprimiu-lhe sua lei moral à qual adaptou todas as suas ações. Sempre pensou, amou e agiu com os olhos voltados para a Pátria, cuja grandeza personificava no imperador. Por isso, quando certa vez o criticaram de haver marchado com seu batalhão para o Campo de Santana a fim de se reunir à tropa que exigia de Dom Pedro I um ato, cujo resultado foi sua abdicação a

7 de abril de 1831, lealmente declarou :

— “O batalhão do imperador foi um dos últimos corpos que chegaram ao Campo de Santana, tendo para ali marchado em ordem, conduzido pelo seu próprio comandante, ocupando eu o meu lugar de major, portanto, em virtude de ordem competente ; não fui revolucionário. Estimei a abdicação ; julguei que era vantagem para o Brasil, mas não concorri direta ou indiretamente para ela”.

Antes de entregar sua sorte à do seu batalhão, chamado pelo monarca, se bem que fôsse apenas um oficial de baixa graduação, indicou a Dom Pedro I, em resposta ao que lhe fôra solicitado, uma solução que poderemos considerar a um tempo hábil e ardilosa. O imperador não aceitou e preferiu abdicar, porque era homem de quebrar e não de torcer. Deveria êle seguir para Santa Cruz, onde reuniria as milícias que ficariam sob o comando de Luís Alves de Lima. No mesmo momento deveria lavar um decreto, concedendo baixa a todos os soldados. Assim, em vinte e quatro horas, os oficiais ficariam a sós. Quadros sem tropa nada poderiam fazer. E a luta seria, momentânea ou para sempre, evitada...

Quando se faz a biografia de um grande vulto, três considerações devem ser examinadas : Como o Homem tratava os homens ; como os homens consideravam o Homem e, finalmente, o que o Homem fez pelos homens. Em resumo, como o Homem se comportou no meio social em que viveu e o que realizou em seu proveito. Infelizmente não será possível em poucos minutos abordar todo êste esquema, mas irei adumbrar alguns aspectos.

Luís Alves de Lima pacificou quatro províncias : Maranhão, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, nas quais além de exibir suas altas qualidades de chefe militar, mostrou ser, em duas delas, fino e eficiente administrador, sendo gabado por gregos e troianos pelas excelsas virtudes que exornavam sua personalidade, em cujo número se apontava em primeiro

lugar a bondade. Era bom, boníssimo, mas o que é melhor : sabia ser bom. Tinha especial *savoir faire* instintivo em praticar a bondade sem ostentação, sem *double sens*, sem humilhar ninguém.

Em tôdas as campanhas fraticidas em que tomou parte, antes de enfrentar os adversários já trombeteava sua vontade de ver tudo pacificado e a concórdia reinando entre todos para a felicidade do país. Ninguém temesse prisões injustas e represálias, pois êle exigiria do imperador a anistia ampla. E assim foi vencendo, fazendo dos vencidos amigos sinceros e leais.

Vencendo o bravo e impávido David Canabarro na revolução farroupilha, na luta contra Oribe e Rosas, em 1851-52, chamou-o na primeira hora para dar-lhe um comando importante. E nessa ocasião era seu Chefe de Estado-Maior o coronel Miguel de Frias que êle combatera, perseguira e deixara fugir vinte anos atrás na rebentina chamada *abrilada*.

1832. Na regência estava o padre Antônio Diogo Feijó. O major Miguel de Frias notabilizara-se a 7 de abril, também considerado o segundo sete de setembro. Foi êle que, cavalcando fogoso corcel, fêz vibrar as tropas estacionadas no Campo de Santana, sacudindo na mão o documento histórico da abdicação do imperador. Com êste ato pôs-se em evidência e, sendo naturalmente exaltado, seu espírito sentiu-se espicaçado para uma nova façanha. Promovera uma esbórnia no Teatrô Constitucional Fluminense, o que lhe valeu uma prisão em Villegaignon. Ionizou oficiais e praças da fortaleza e, quando menos se esperava, desembarca em Botafogo, com dois canhões e a tropa da fortaleza onde se achava prêso e a de Santa Cruz que aderira incontinenti. Aqueles que já sonhavam com a república, imparam de júbilo... Todavia Feijó estava vigilante e despachou imediatamente contra êle o major Luís Alves de Lima, cuja ação foi fulminante. Destroça sua tropa e, divizando a escapula de Frias a cavalo, sai ao seu encalço em veloz

galopada. Desviando-se duma carroça vai ao chão. Monta rápido novamente e chega diante do prédio da rua do Areal, onde topou populares aglomerados. Entrou e solicitou ao político que ali residia o permitisse percorrer a casa. Ao passar por um compartimento fechado, de chofre abre a porta e dá de cara com Miguel de Frias. Fita-o firmemente a condenar sua atitude, permanece mudo, fecha a porta e retira-se. A amizade que lhe devotava Caxias, permitiu Miguel fôsse exilar-se nos Estados Unidos. Vinte anos mais tarde Frias era seu braço direito numa luta externa.

No Rio Grande do Sul, após a vitória de Porongos em 1844, sob ruidosas manifestações populares, chega à cidade de Bagé. O pároco, exprimindo a opinião geral, dá conhecimento a Caxias, de que iria rezar um *Te-Deum* pelo triunfo das armas imperiais. O barão agradece a lembrança e fá-lo celebrar uma missa de *Requiem* por alma de todos, legalistas e revolucionários, que tombaram sonhando com o dever e com seus ideais.

Aqui foram citados poucos fatos para mostrar o estofo moral de Caxias — um Homem que sabia respeitar os homens.

Luís Alves de Lima, duque de Caxias, além de pacificar quatro importantes províncias, apeou três despostas: Oribe, Rosas e Lopez. E nessas réfregas extrapolou sua glória para a órbita internacional, ingressando na constelação dos heróis sul-americanos, onde fulguram Simon Bolívar, San Martín, O'Higgins e Sucre.

O culto e experimentado mestre general Maurício Gamelin, em notável e famosa conferência — *Le Chef*, — pronunciada na nossa Escola de Estado-Maior, pontificou que o chefe militar deve ter por base: "a inteligência necessária ao bom êxito de todas as empresas humanas, um mínimo de qualidades físicas indispensáveis ao *metier* militar; a coragem, sem a qual se esfacelam, diante do perigo, as mais brilhantes aptidões. Tais são as

qualidades necessárias, mas não as suficientes.

Torna-se mister a elas ajuntar:

— O *saber*: conhecimentos gerais que nos permitam situar na nação nossa própria atividade; conhecimentos profissionais que nos garantam empregar, judiciosamente, os meios de que dispomos e de achar, em qualquer circunstância, já não digo a melhor solução, mas uma solução racional. Do ponto de vista intelectual, como do ponto de vista moral, o perigo é o desconhecido. Que justa confiança em nós, quando, abordando pela primeira vez o campo de batalha, sabemos quais as dificuldades que iremos topar! E que as conseqüências, sob o ponto de vista do desenvolvimento de nossa autoridade sobre nossos inferiores! Um chefe brilhante é o orgulho de sua tropa. Poderemos empenhar-nos com um corpo de oficiais e de soldados que duvidem do nosso valor profissional? Porque, estejais convencidos que vossos subordinados vos julgam, melhor sem dúvida do que vós mesmos o julgais.

Não somente conhecer a aparelhagem material, mas conhecer o homem: o individuo como a multidão: para poder tirar dela o melhor partido.

— A *consciência profissional*, sem a qual não há exército sólido, porque, precisamente, não há confiança recíproca. O cumprimento do dever não comporta o aproximado. Eu sei que se diz: "O dever é o que se exige dos outros". Entretanto para nós militares, que permanecemos no conceito antigo, o dever é, sem dúvida, o que devemos exigir dos outros, mas é, antes de tudo, o que exigimos de nós mesmos. Não há disciplina se não houver uma subordinação do individuo à coletividade.

— *Saber e Consciência* conduzem ao domínio de si próprio, que permite: não se deixar abater pelos acontecimentos e não mostrar aos que nos cercam as perturbações de nosso espírito ou de nosso coração. Nas horas decisivas, a melhor palavra de dúvida da parte do

chefe pode matar a fé no sucesso entre os subordinados".

Se aplicarmos êstes conceitos ao nosso patrono, ao inclito duque de Caxias, ao "grande filho da vitória" (como o chamava o *Jornal do Comércio*), cuja imarcescível memória estamos hoje cultuando, verificaremos que se ajustam, perfeitamente, à sua personalidade.

Provou possuir uma inteligência pouco comum em todos os atos de sua vida, quer comandando na paz e na guerra, quer administrando.

Deu provas eloqüentes da sua resistência física em tôdas as campanhas, principalmente no magnífico *raid* a Minas Gerais, em 1842, quando vingou a distância do Rio de Janeiro a Ouro Preto em onze dias, vadeando rios, grimpendo serras e descendo declives, a pé ou a cavalo, chegando em condições de vencer, rapidamente, os amotinados de Barbacena.

Mostrou-se duma coragem inaudita, duma bravura contagiante, dum sangue frio, cujo primacial efeito era a confiança na tropa. Na campanha contra Rosas pratica um ato que chega à temeridade. Dou a palavra ao marethal J.B. Borman para pindarizar êste feito: "Um dia, mete-se com o almirante Greiffel a bordo do vapor "Afonso"; singra para o porto de Buenos Aires, onde penetra à vista da esquadilha inimiga e navios de guerra estrangeiros; manda fundear nas vizinhanças de Palermo, residencial do fero ditador Rosas, e aí se conserva mais de cinco horas, empregadas em sondar o ancoradouro, ante a admiração dos estrangeiros e o terror do inimigo por semelhante ato de ousadia". Caxias foi como Turenne — a bravura cresce na razão da idade. Mais tarde já sexagenário leva a efeito a célebre arrancada sobre a ponte de Iloró. Informado da existência de um passo no corte do rio, despacha o valoroso Osório, com o fito de fingir as tropas heróicas do bravo Bernardino Caballero, enquanto seria executado um ataque frontal pela ponte. Mercê de informações erradas Osório desviou-se. O tempo urgia. Caxias desencadeia o ata-

que. Nossas tropas arremensam-se como titãs, chocam-se com o rochedo da bravura paraguaia e refluem. Nova arremetida de touros bravios e novo recuo. Já caíram o inconfundível general Argolo e o impávido paraense general Gurião. Naquele vai e vem de sangue, fogo e morte, Caxias, conhecedor profundo de sua gente, desembainha a espada e à frente vai gritando: "*Sigam-me os que forem brasileiros!*" A vitória é mulher, enfeitiga-se pelos bravos. E coroou de louros a frente de Caxias...

No que diz respeito à cultura e à consciência profissional muito poucos grandes capitães lhe levaram a palma. Sua ação de Tuiuti a Assunção, durante 26 meses, é uma obra prima. A organização que deu ao Exército sob seu comando. Os planos de informações que traçou e pôs em execução. O plano de manobra que concebeu e realizou. O plano de emprêgo da tropa que gizou e levou de vencida. Tudo isto prova sua exponencial capacidade de concepção, sua ultra-extraordinária envergadura de chefe, seu domínio sobre si mesmo e, sobretudo, sua firmeza de alma. Tomando-se hoje as instruções e ordens do inegalável duque de Caxias e as examinando à luz da técnica moderna, chega-se à conclusão de que tudo se acha perfeitamente *up to date*, levando-se em conta os meios coevos.

Nossa tropa encalhara em Tuiuti: cançada, faminta, esquelética, transformada em pasto para o *choleramorbis*. Parecia haver um sortilégio entibando o ânimo de nossa gente. O ambiente pestilento quicava provocara a acescência entre os chefes principais — não podiam ser piores as relações entre os mesmos. Caxias sentiu que antes de mais nada tinha que metamorfosear aqueles fantasmas em homens, acrisolando-lhes os méritos através de uma organização aceitável. Adotou dispositivos para descansar a tropa, enquanto providenciava depósitos de víveres, armazéns, hospitais e cavalhada. Com a tropa refeita e bem provida prepara-se para o segundo lance — tomar Humaitá com

a finalidade de tornar franca a navegação do blandiflúo Paraguai. Obtido este intento, transfere para Humaitá todos os depósitos, armazéns e hospitais e dessa nova base progride, num terceiro esticão até esbarrar-se com a posição de Pequiseri, continua organização do terreno, desenvolvendo-se da lagoa Ipoá às barrancas do Paraguai. Seria difícil, moroso e perigoso agarrar o touro pelos chifres; então Caxias decide realizar o quarto tempo da sua manobra, contornando a posição pela esquerda através do Chaco. Desembarcou em Santo Antônio, marchou, agora, do norte para o sul, vencendo sucessiva e rapidamente as batalhas de Itororó, Avaí e Lomas Valentinas. Pequiseri caiu pela sublime manobra realizada. Fácil foi entrar triunfalmente em Assunção.

Nessa mirífica manobra para quebrar a vontade do inimigo, derrubando-o pela cauda, Caxias demonstrou um senso de oportunidade admirável. Lobrigou sua *golden opportunity* e não lha permitiu fugir das mãos. Em Pequiseri estavam as derradeiras esperanças de Solano Lopez, ali situou o seu *on ne passe pas*. Estavam tão persuadidos da inexpugnabilidade da posição que, quando tiveram notícia da passagem de Caxias pelo Chaco, imaginaram o exército brasileiro completamente desbaratado pela fúria das águas do Paraguai em enchente. E a meiga companheira do tirano Mme. Lynch, com um sorriso de escárneo, duvidou da arriscada empreza obtemperando: "Anibal só houve um".

Em parte Lopez e sua amante tinham razão. Dois dias após a passagem do nosso pessoal pelo chaco, o rio cresceu demesuradamente a ponto de os navios da esquadra navegarem folgadoamente sobre a nossa estrada de marcha...

Caxias colocou Solano Lopez como uma noz entre duas tenazes. Deixou parte de sua tropa forçando Pequiseri de sul para norte. Levou o resto para Santo Antônio e tomou a ofensiva do norte para o sul. O magnífico chefe poderia ficar na posição menos perigosa, mas

preferiu deslocar-se com a tropa encarregada do movimento. Hernan Cortez ao chegar ao México queimou seus navios, cuja significação seria vencer ou morrer. Caxias fez quase a mesma coisa. Levou o que pôde para Santo Antônio, de modo que, com a enchente do caudal, ninguém poderia pensar em retroceder. Viver era vencer.

"A manobra de Caxias — afirma o chorado general Tasso Fragoso, — contornando pelo Chaco e vindo depois atacá-lo (Lopez) pela retaguarda, baldara-lhe o esforço e anulara a posição que ele havia construído ao norte do Pequiseri, com tanta habilidade e senso tático."

"Agora, embora o quisesse, já não dispunha de tempo para levantar construção idêntica na mesma região e com frente para o lado oposto. A linha continua da margem direita do Pequiseri estava convertida em posição aberta de que os aliados se iriam apossar com extrema facilidade".

Antes de falar sobre outro assunto, vamos-nos socorrer do testemunho de Dionísio Cerqueira para pincelar o cenário do Chaco:

— "Nos galhos das árvores, víamos, muitos metros acima das nossas cabeças, pedaços de pau, raízes e chamiços enganchados, marcando com a ciscalhagem das enchentes o limite das grandes águas. Sentia-se um cheiro indescritível de mofó, de lama, de todos aqueles detritos putrefatos que nos cercavam por toda parte e corrompiam o ar que respirávamos, principalmente à noite, fechados nas nossas tendas de campanha e dormindo à flor do solo. O "albardão" em que acampamos era limitado de um lado pelo rio e do outro por um lençol d'água que podia ser uma lagoa ou um arroio, porque não o víamos correr: era estreito e longo, e perdia-se na espessura da mata, mais negra do que éle, que nem ao menos refletia os raios do sol, que penetravam coados pela folhagem da abóboda sombria e caíam na sua face lisa da côr da noite."

Os engenheiros de Rufino Galvão sondaram a lama infecta e abriram um pique na mata. Em 23 dias estavam abertos onze quilômetros do caminho e construídas cinco pontes. Para estivar a lama, o general Argolo encarregado da operação, empregou a infantaria que, distribuída ao longo da vereda, com lama pela cintura, calçava as estipes da palmeira carandá. Foram utilizados mais de seis mil caules!

Honra a Caxias que concebeu tão arriscada quão eficiente manobra e aos seus bravos soldados que, sem poupar sacrifícios, tiveram forças para realizá-la alcandorando bem alto nossa bandeira.

Caxias defrontou o Pequiseri a 1 de outubro, e a 30 de dezembro do mesmo ano de 1868 obteve a rendição de Angustura — 3 meses. Sua manobra teve em mira aniquilar o inimigo; para isso executou um amplo envolvimento estratégico através do Chaco, para desembarcar na retaguarda de Lopez, em Santo Antônio. Não podendo envolver Caballero em Itororó, o fez magistralmente em Avaí. Levou nossas tropas a igual envolvimento tático em Lomas Valentinas, onde triturou o grosso das tropas lopezguais. Com o famoso envolvimento estratégico e com os dois envoltimentos táticos, na gloriosa dezembro, Caxias aniquilou o inimigo e entrou em Assunção. O resto seria apenas trabalho de limpeza... O "grande herói tranqüilo", como foi denominado por Euclides da Cunha, por atuar sempre com energia e brandura, binômio que o notabilizou, achou desnecessários novos esforços para caçar um homem, depois de haver destruído todo seu poder militar.

Na política Caxias foi tudo: Deputado, Senador, Presidente de Província, Ministro, Presidente de Conselho, mas "o grande mérito do famoso soldado" — assevera o saudoso Coronel Silvio Scheleder — "está, pois, principalmente, em ter logrado vincular o fecundo nexo entre a política elevada e o exército, numa sábia e contínua ação construtora, conjugando êsses dois poderosos elementos na conquista

sucessiva das mais legítimas e nobres anseios da alma brasileira, a palpitar pelos ideais, cujos frutos são o patrimônio de que hoje nos ufanamos sob a mais sincera reverência pelo passado, estimulando-nos a cuidar, por nossa vez, da herança que nos cumpre legar às gerações do Brasil de amanhã".

Caxias não somente fez nexo entre a política e o exército, como aplicou, perfeitamente, naqueles tempos idos, o trinômio da guerra moderna: Política, Estratégica e Logística.

Dizia, com autoridade que todos lhe reconhecemos, Lundendorff: "para alcançar o êxito são necessárias idéias sãs e preparo intelectual do chefe". E pontificava que o chefe ao tomar uma decisão capaz de lhe jogar sobre os ombros o peso da grande responsabilidade, era impelido por duas forças da sua equação pessoal: a sua vontade e o seu caráter.

A vontade de Caxias foi sempre férrea, inteligente, reflexa e livre. Todos os atos de sua vida provam-nos sobejamente. Jamais alguém o levou para onde não quisesse ir. Pronto estivera para lutar contra o pai, quando da abdicação de Pedro I. Na luta contra os farroupilhas não quis saber que seu tio era farrapo. Ao defrontar Diogo Feijó, em Sorocaba, não atendeu ao seu verbo convincente. Sabia querer e quase sempre queria em segredo, o que tem mais força.

O caráter é função da hereditariedade, do temperamento, do ambiente e da educação. A primeira e as duas derradeiras são altamente positivas em relação a Caxias. Vamos examinar a segunda — o temperamento — valendo-nos de um interessantíssimo estudo de Oliveira Viana, uma das expressões mais vivas da inteligência brasileira.

— "Dotara-o a natureza, antes de tudo, com uma inteligência caracteristicamente "realista" — uma inteligência de homem de ação, tal como a define a moderna psicologia. Caxias, como general, tinha a intuição pragmática, a visão imediata e concreta das coisas e dos homens, das condições do meio, de

todos os dados dos problemas, táticos ou estratégicos que lhe cabia resolver. Nunca falhou num plano. Nunca errou num cálculo. Nunca se enganou numa diretriz. Nunca foi saltado por uma circunstância ou uma consequência imprevista".

"Na inteligência de Caxias tudo era lucidez, previsão, justeza, objetividade, imaginação correta e realista. O Brasil nunca teve soldado, cuja inteligência fôsse mais incapaz de sonho, mais refratária à fantasia, mais inapta para construir sôbre irrerealidades, Caxias nunca cultuou outro deus senão aquele deus carlyleano "das coisas como as coisas são — "the God of things as they are".

Continua ainda Oliveira Viana: "Os modernos fisiopsicologistas insistem muito sôbre as condições de "constituição temperamental" dos indivíduos e suas repercussões sôbre a atividade intelectual, e mesmo sôbre o tipo de inteligência. Eles mostram as íntimas correlações entre o que eles chamam o "tipo etológico" (temperamento) e "tipo noológico" (inteligência). Ora, em Caxias, estudando os biógrafos, tudo nos leva a crer que o seu tipo noológico era poderosamente auxiliado e mesmo acrescido pelo seu tipo etológico. Ele era (ou devia ser) um temperamento equilibrado e sólido entre fleugmático e sanguíneo, verdadeiro tipo de engênio, saudável e calmo de nervos, de emotividade controlada, sem exageros ou desequilíbrios afetivos de qualquer espécie. Em suma: um temperamento destes que os psicologistas e constitucionalistas modernos, à maneira de Kretschmer, chamam de "ciclotímicos".

Afirma Kretschmer: "Le grand amour propre et la vanité sont rares chez les cycloïdes" e Oliveira Viana conclui: "Caxias, que me parece um ciclóide típico, nos dá uma demonstração admirável desta verdade psicológica".

Quando Dom Pedro II pretendeu viajar no estrangeiro agiu como se-reia, valendo-se de todos os argumentos, para que Caxias aceitasse, pela terceira vez, a pasta da Guerra, cumulativamente com a Presidência

do Conselho. Acabou convencendo-o. Desejava que a princesa Isabel na Regência, durante sua ausência, tivesse ao seu lado um homem de integral confiança. Mais de dois anos o imperador passeou por terras estranhas e, apesar da paz e das realizações verificadas, levou Caxias a solicitar demissão. Mas isto não foi nada. Ordenou-lhe entregasse o governo aos seus inimigos políticos.

"Obedecendo ao imperador — assevera Oliveira Viana — que o mandara procurar Sinimbu, para que lhe transmitisse o poder, Caxias deu a demonstração mais completa da sua ausência de espírito de facção, do seu despreço aos partidos, tivessem eles a importância que tivessem e fôsssem quais fôsssem os seus chefes. Zacarias tipo de esquizóide duro e altivo, dominado pelo fanatismo do seu grupo, não teria por certo cumprido esta ordem."

Fôsse Caxias do tipo esquizóide, com a soma de poder que teve em suas mãos, quiçá fôsse outro o rumo da nossa história política. A história está cheia de exemplos e o de Napoleão é o mais eloquente.

O americano William E. Brooks escreveu um magnífico estudo sôbre Grant, o valoroso vencedor da Guerra de Secessão. Dividiu seu livro em um prólogo — *The Meaning of the Man*, duas partes: *The Making of the Man* e *The Man at his Best* e um prólogo: *The Man and Today*. Aplicando êstes títulos ao "Condestável do Império" como o chamou Osvaldo Orico, podemos concluir:

— Qual a significação do Homem?

— A significação da vida de Caxias corresponde a dinâmica dos fatos que encheram a história do Império. Foi a sentinela ovante do regime.

— Que fez o Homem?

— Caxias pacificou quatro províncias, apeou do poder três despistas, contribuiu para a formação de uma nova nação sul-americana, organizou o Exército Nacional, go-

vernou com lealdade e sem ambições.

— Que o Homem fez de melhor ?

— Caxias foi a argamassa que solidificou o Brasil, quando esteve ameaçada sua integridade territorial, evitando sucedesse com o império luso o que aconteceu com o espanhol.

— O Homem e hoje.

— Caxias não morreu e aqui estão os cadetes de Caxias. Vive ainda nos corações dos brasileiros que bem apreciaram seus feitos e suas ações. Os geômetras sociais que gisaram a obra de Foch, após a primeira guerra mundial, deram-lhe o galardão de uma vida eterna, o título de um morto imortal, Luís Alves de Lima também mereceu esta honra. O dia em que se comemora seu aniversário natalício é o Dia do Soldado ou o Dia de Caxias, as duas expressões têm tanta afinidade que se tornaram sinônimas.

A lealdade, a desambição, o amor ao trabalho e às instituições foram tais no "Duque de Ferro" que, hodiernamente, quando alguém no Exército trabalha com vigor, amor, afincio e desassombradamente, afirmam — é um Caxias.

Enquanto houver soldado brasileiro, enquanto houver Exército, enquanto houver forças armadas, enquanto houver Brasil — haverá forçosamente Caxias. As seis letras dos dois nomes Brasil e Caxias, se bem que exprimindo coisas diferentes, representam nos corações brasileiros a mesma coisa. Um é o corpo gigantesco, altivo e forte; o outro é a própria alma da Pátria.

Por outro lado andou inspirado o poeta, quando, tangendo sua lira, disse :

É tão grande a figura por ele projetada em nossa história, que só mesmo o tamanho desta Pátria lhe serviria de moldura.

quando a
eficiência

é uma
Tradição



Desde 1927

se empenha a
Varig em oferecer
ao público
o melhor serviço,
adotando as mais
modernas inovações
na técnica do
transporte aéreo.



VARIG



um serviço aéreo
tradicional

EDIFÍCIO ITÚ



INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E HIDRAULICAS A CARGO DE

MARIO MARTINS DIAS

RUA MÉXICO, 31-G.1801-S/1 — TEL. 22-4507 — RIO DE JANEIRO

O INCIDENTE DE FÊCHO-DOS-MORROS EM 1850

UM CAPÍTULO DA HISTÓRIA DO FORTE DE COIMBRA

Pelo General SILVEIRA DE MELLO

Em nossa história diplomática o incidente que vamos narrar é conhecido imprópriamente pelo nome de *Pão de Açúcar*. Este nome, todavia, não pertence ao local exato em que se deu o incidente, mas ao monte culminante da morraria ali existente chamada *Fêcho-dos-Morros*, no médio Paraguai (1). Nêsse ponto, o rio estrangula-se por entre os morros, e no lugar mais apertado bifurca-se em dois canais, que, a seguir, de novo se unem, formando a ilha montuosa que também se chama *Fêcho-dos-Morros*. Foi nesta ilha e na margem fronteira, de leste, que se deu o incidente de 1850, e não no morro de Pão de Açúcar, que dista 3 km da margem do rio. Talvez por ignorarem o nome *Fêcho-dos-Morros* é que os demarcadores do Tratado de Madri, ao subirem por ali o rio em 1753, batizaram aquele desfiladeiro fluvial por *Estreito do Pão de Açúcar*. Daí, provavelmente, é que veio este nome ao incidente de 1850, conquanto o nome certo, que lhe cabe, é o do local exato em que ele se deu: *Fêcho-dos-Morros*.

Em nossas negociações com o governo paraguaio, insistia Carlos López, pelo velho chavão de Azara, de que a fronteira do Paraguai ao norte devia balizar-se pelo Rio Branco. Discutindo o caso com Pimenta Bueno, nosso encarregado de negócios em Assunção, este procurou provar-

lhe o não fundamento dessa pretensão. Carlos López, contudo, insistia no seu ponto de vista, e, como a basear-se em documento irretorquível, mostrou a Pimenta Bueno o mapa de Azara, oferecido por este ao cabildo de Assunção, no qual o antigo comissário de limites traçara graaciosamente a fronteira paraguaia por aquele rio.

Quem poderia vencer a obstinação dos dirigentes paraguaios? De nossa parte, entretanto, nada podíamos ceder nessa frente, porque o domínio territorial brasileiro se mantivera ali, ininterrupto, até a linha do Apa.

Ora, para acabar com essas arrelias, o presidente de Mato Grosso João José da Costa Pimentel (1849-51) explicou ao nosso Ministro de Estrangeiros (2), que Pimenta Bueno, ao tempo em que era encarregado dos negócios do Brasil em Assunção, sugerira ao presidente da Província a conveniência da ocupação, quanto antes, de Pão de Açúcar, pois "de nenhum modo" o governo do Paraguai negaria o direito que tínhamos àquele terreno. A vista do que, o ex-presidente da Província, tenente-coronel Ricardo José Gomes Jardim (1844-47), oficiara ao Ministro da Guerra reforçando tais idéias e pedindo autorização para criar um destacamento naquele ponto e algumas lunetas

(1) Como vimos no *Segundo Período*, o morro de Pão de Açúcar celebrou-se nas incursões dos primeiros expedicionários espanhóis, Paraguai acima. Chamaram-no S. Fernando. Este nome, decaiu e os bandeirantes, quando por ali transitaram dois séculos depois, passaram a chamá-lo de Pão de Açúcar, por sua semelhança com o do mesmo nome na entrada da Guanabara.

(2) Offício de 28-9-1850, no Arq. Hist. do Itamaraty.

ou redentes para reforçá-lo (3). Não vindo resposta dessa consulta, o novo presidente da Província, João Crispiniano Soares (1847-48), por saber de nosso direito e da utilidade daquela ocupação à margem esquerda do rio, pediu solução do caso (4) ao Ministro da Guerra. Este, finalmente, "expediu ordem a esta Presidência para se formar o destacamento de Pão de Açúcar, fazendo-se o orçamento das despesas, para ser autorizado" (5).

Em outubro de 1847 já havia determinado o presidente Crispiniano ao capitão João José de Azevedo, comandante geral da fronteira, que mandasse proceder a um reconhecimento minucioso da região de Fêcho, com aquele destino. Esse reconhecimento, porém, por causa das chuvas, não pôde ser realizado nesse ano e sim em dezembro de 1848, sendo incumbido dele o tenente Francisco Bueno da Silva, da guarnição de Miranda. Dessa diligência apresentou o tenente um relato e um roteiro, dos quais consta que ele "chegou ao Pão de Açúcar a 4 do corrente (dezembro), tendo atravessado campos firmes e mui pequenos pântanos, três ribeirões e uma baía já perto daquele lugar, que, circulado de matas e veredas, forma um ponto de defesa próprio para um destacamento militar, e, de volta, passou pelas tri-

bos dos guaicurus", apresentando-se a 12 no Forte de Coimbra (6).

As providências ficaram paralizadas durante mais de um ano até que o novo comandante geral da fronteira, capitão José Joaquim de Carvalho "oficiou-me sobre a necessidade e vantagem de ocupar-se Fêcho-dos-Morros (que é o mesmo Pão de Açúcar) e, eu, à vista da autorização e ordem do Governo Imperial, mandei ocupar o ponto por um destacamento de 40 praças (7), o que se efetuou a 29 de junho último (1850) em uma ilha montuosa que o comandante julgou mais própria para ser fortificada, porque é a que forma o Fêcho-dos-Morros e varre um grande estirão do rio, que nesse lugar é estreito e se torna um desfiladeiro". Na visita que o presidente Pimentel fez depois às fronteiras, chegou àquele lugar e reconheceu "que na verdade é a ilha a melhor e mais defensável posição" (8).

Chegando ao conhecimento de Carlos López que Fêcho-dos-Morros fora ocupado por força brasileira, indignou-se com o fato e mandou preparar uma expedição para desalojar o destacamento brasileiro. Avisado o nosso encarregado de negócios, Pedro de Alencastro Bellegarde, do que acontecera, interveio com presteza junto ao governo paraguaio para evitar o choque ar-

(3) O ofício de Gomes Jardim é de 22-8-845 ao Min. da Guerra. O motivo alegado é de o Presídio de Miranda estar em ruínas e ser insuficiente para vigiar a campanha. Em vez de reedificá-lo, propõe construir um forte em Fêcho e dar-lhe um forte destacamento, cujo "principal objeto atualmente é a ronda dos campos e polícia da fronteira". *Arg. Hist. do Itamaraty*.

(4) Ofício de 16-6-847. *Arg. Hist. do Itamaraty*.

(5) Aviso de 9-12-847, do Min. da Guerra. Nele se declara que o governo imperial concorda com a ocupação de Fêcho para impedir que o Paraguai o fizesse. Todavia, por falta de recursos, a Província, naquele tempo, não pôde realizar a providência. *Arg. Hist. do Itamaraty*.

(6) Of. de 12-12-848, do comandante geral interino da fronteira, capitão Vicente Coelho. *Arg. Hist. de Cuiabá*.

(7) Of. de 9-3-850, com a ordem do presidente Pimentel ao comandante da fronteira para ocupar a posição. Recomenda-lhe o Presidente que escolha um oficial prudente para comandar o destacamento, o qual lavrará um termo da instalação, assinado por toda a guarnição e procederá com relação aos guaicurus para que de maneira alguma nos comprometam. *Arg. Hist. do Itamaraty*.

(8) Na ata da ocupação, o capitão Carvalho fugiu à verdade, quando deixou escrito que ela se verificou à margem esquerda do rio, e não na ilha. Também no ofício de 17-7-850, que acompanha a ata da ocupação, diz o capitão Carvalho ao presidente da Província que o destacamento se estabeleceu "em o lugar denominado Fêcho-dos-Morros, à margem oriental do Paraguai... cuja força se compõe de um subalterno, comandante, um sargento, um cabo, dois anspençadas, trinta e cinco soldados, um corneta e um tambor. *Arg. Hist. de Cuiabá e J.F. Moutinho, Notícia sobre a Província...* pág. 255.

mado e comunicou-se com o nosso comandante de fronteira e com o presidente Pimentel, declarando-lhes que causara a mais desagradável impressão ao governo do Paraguai a ocupação da ilha de Fêcho-dos-Morros, tanto mais quanto, nem ele, Bellegarde, nem o governo Paraguaio tivera conhecimento anterior do que se pretendia.

"Pareceu talvez uma surpresa e o resultado foi mandar este governo armar uma expedição para atacar a referida posição, antes que eu fosse ciente do fato; e à confiança e boa fé que têm presidido às relações entre os dois países, sucedem, de parte deste governo, a descon-fiança.

"A ordem para a partida da expedição e a impressão de descon-fiança se comunicavam à população. Sempre se tem o Governo Imperial esforçado para conseguir a melhor harmonia entre o Império e esta República; e as circunstâncias presentes tornam ainda mais útil e necessário recorrer a um meio de fazer cessar, quanto antes, a possibilidade de um conflito que tão gravemente comprometeria a amizade dos dois países, e, mesmo, os grandes interesses americanos, que são o fito do Governo Imperial."

"Este meio, que convencionei com o Governo da República, foi o de escrever eu a V.S., pedindo-lhe que desocupe, quanto antes, a referida posição de Fêcho-dos-Morros, voltando as coisas ao antigo estado, até que o Governo Imperial decida. Este Govêno, por sua parte, mandou sustar a marcha da expedição, que já se achava em caminho, até que se obtenha resposta de V.S., e, no caso de se prestar V.S., como espero, à referida desocupação, as forças paraguaias voltarão aos seus antigos destinos e tudo ficará no estado em que estava antes da ocupação brasileira."

Encarece, a seguir, Bellegarde, que se tratava de evitar um conflito, que podia ter consequências

políticas de grande alcance; e, acrescenta, que assumia toda a responsabilidade da desocupação perante o Governo Imperial, "na íntima convicção de que faço um serviço ao nosso país".

Até aqui os termos do ofício dirigido por Bellegarde ao capitão José Joaquim de Carvalho, inserto no que enviou ao presidente Pimentel. E, a seguir, dirigindo-se a este, reafirma que toma sobre si toda a responsabilidade de tal iniciativa — a desocupação de Fêcho. E acrescenta: "Sabe V. Ex^a. quanto já são complicados estes negócios da América Meridional e quanto o Governo Imperial se empenha na solução pacífica deles". E termina, pedindo ao presidente Pimentel "aliviar da responsabilidade ao comandante da Fronteira no caso de aceitar o meu convite de desocupar a posição" (9).

A esse ofício de Bellegarde respondeu Pimentel com o seu de 16-9-850, de bordo da *Barca 23 de Julho*, surta no rio Paraguai, à jusante de Olimpo (10). Declara que mandou ocupar Fêcho "unicamente por motivos policiais e nunca com intenção de opor qualquer gênero de obstáculo à navegação do Paraguai"; que incontestavelmente Pão de Açúcar e a ilha que ali se encontra são brasileiros, pois estão 18 léguas acima do Apa, limite sul da Província; que, assim que recebeu o ofício acima referido, ficou resolvida a transferência do destacamento para a margem esquerda "o que terá lugar por estes oito dias indubitavelmente".

Acrescenta o presidente Pimentel que, realmente não houve idéia de violação dos direitos de nossos vizinhos e, tão só, necessidade de uma guarda para policiar a fronteira, exposta e sem ponto de apoio na extensa região de Miranda ao Apa, "sendo necessário enviar, com nímia dificuldade, rondas daquele a este ponto".

Neste particular, surpreende-se o presidente da Província de que

(9) Of. reservado de Bellegarde, de 6-IX-850, ao Presidente de Mato Grosso. Arq. Hist. do Itamaraty.

(10) Arq. Hist. do Itamaraty.

o Paraguai haja preparado uma expedição para fazer desocupar Fêcho e "que essa república tivesse por um momento desconfiado da boa fé e lealdade de uma nação vizinha que tantas provas lhe há dado e está dando de sua ininterrompida e sincera amizade; e a par desta surpresa, eu estremeci ao ler no ofício de V.Ex^a. que uma expedição se havia armado para expulsar nosso destacamento, sem que, ao menos, procedesse às explicações e mais fórmulas do estilo entre nações amigas e sem mesmo que V.Ex^a. soubesse".

Como se viu dêsse comunicado, o presidente da Província desceu até Fêcho para ver os fatos. Todavia, não mandou desocupar a posição, como lhe solicitou Bellegarde; limitou-se a mandar que o destacamento deixasse a ilha, em que se estabelecera, e se fixasse no outro lado do canal, na margem esquerda. Ora, em tais condições, a ocupação brasileira permanecia no mesmo pé de desagrado ao governo paraguaio, pois, apenas mudava de assento, passando da ilha para a margem fronteira, a 100 m desta. Não era isso, porém, que pedira Bellegarde. O governo paraguaio só se contentaria, não com a simples passagem do destacamento, da ilha para a margem oposta, mas com a evacuação do território contestado. Ora, foi nestas condições, segundo expendeu Bellegarde, que o governo paraguaio se conformou em sustar a partida da expedição, mandada para repelir o destacamento brasileiro.

Vê-se daí que Bellegarde agiu com prudência e acerto. As dificuldades se teriam contornado se sua palavra houvesse sido compreendida e acatada pelo governo matogrossense. Assim não aconteceu. Pimentel imaginou que López não iria às de cabo, uma vez abando-

nada a ilha pelo destacamento brasileiro. Mas o raciocínio do Presidente foi escasso. Não se tratava simplesmente da ilha, isto é, do controle da navegação do Rio, mas do território contestado.

Como não se houvesse verificado a retirada do destacamento brasileiro, López, que tinha sua polícia secreta nos arredores de Fêcho, avisado da inobservância do que lhe prometera Bellegarde, e sem que o comunicasse a este, soltou a expedição armada para que desse cumprimento à sua ordem.

A tropa paraguaia era comandada pelo Capitão Villa Mayor e se compunha de 400 a 500 homens (11). Como se vê, a determinação de López era de quem iria às últimas consequências. Essa força era de fato esmagadora. Excedia a totalidade das tropas brasileiras sediadas nas guarnições brasileiras do médio-Paraguai e do Miranda.

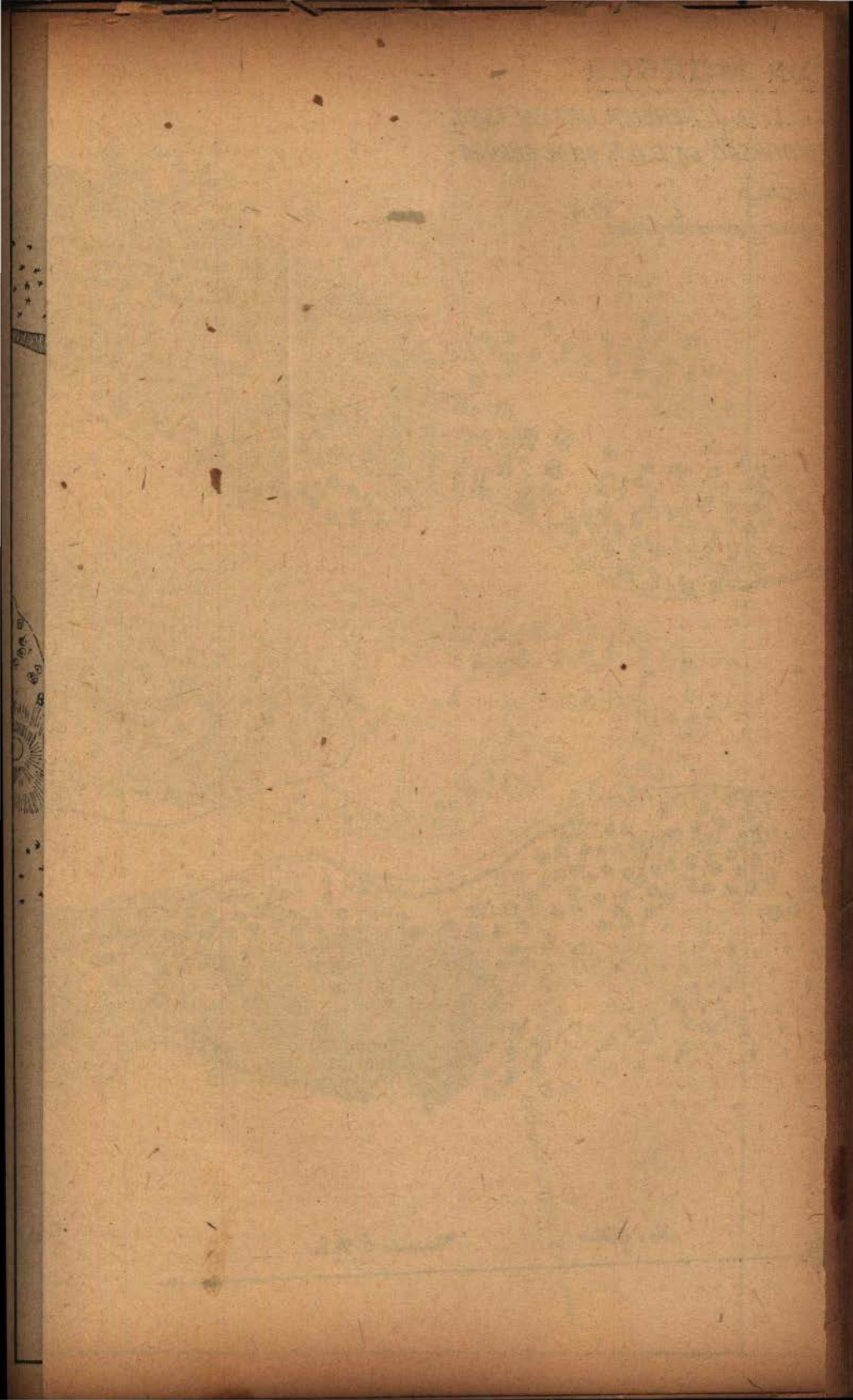
O destacamento de Fêcho estava sob o comando do tenente Francisco Bueno da Silva, contava então 31 praças, e provinha do Forte de Coimbra.

A parte de combate do tenente Bueno da Silva (12) faz, como se segue, a narração do ataque paraguaio. As 23 horas do dia 12 de outubro, achando-se o destacamento com 31 praças (13), passou por ali, pelo meio do rio, em silêncio, uma grande barca. O tenente chamou-a à fala, mas ela não respondeu. A seguir, passaram mais duas barcas para a margem direita do rio e duas lanchas para a do destacamento, sendo estas acompanhadas de 8 canoas que conduziam de 10 a 14 homens cada uma. O tenente mandou tocar rebate, armou a gente, distribuiu sentinelas pelos flancos. No dia imediato, ao amanhecer, enviou duas praças a darem aviso ao comandante da fronteira, mas estas, subindo o rio,

(11) Os autores (Rio Branco, Estevão de Mendonça, Virgílio Corrêa Filho, Antônio Corrêa do Couto, etc.) fazem menção de 800 homens. A parte de combate do tenente Bueno, porém, com maior autoridade, avalia a força paraguaia em 400 a 500 homens.

(12) Esta parte é de 26-10-850, procedente do Forte de Coimbra, onde o Tenente Bueno chegou no dia anterior, 16 dias depois do ataque a Fêcho. V. no *Arq. Hist. do Itamaraty*.

(13) Não sabemos por que os autores, que trataram deste caso, dão 25 praças ao destacamento quando a parte de combate lhe dá 31.



encontraram a primeira embarcação paraguaia acima da ponta da ilha.

Nesse tempo aproximaram-se uma barca e uma lancha paraguaia e passaram ao tenente um ofício em espanhol, com "letras fora das do nosso uso, e má letra"; só entendi o dizer que desocupasse a ilha, fizesse um abaixo assinado e retirasse e que teria contemplação comigo, a que respondi que a ilha estava ocupada por ordem do meu comandante, emanada do Exmo. Governo, e que não me retirava senão por ordem superior". Dois soldados, por quem o tenente mandou a resposta, ficaram presos pelos paraguaios.

As 14 horas voltaram as embarcações paraguaias com bandeiras vermelhas e acercaram-se do destacamento, à distância de tiro. O tenente gritou-lhes que lhe devolvessem os dois soldados e se tivessem algo a dizer, que o dissessem. O comandante paraguaio, no entanto, mandou avançar uma barca, uma lancha e 8 canoas, ao que o tenente gritou-lhes de novo não atrasassem que ele faria fogo. Retrocederam, então, os paraguaios e foram reunir-se às mais barcas que estavam ancoradas. Chegada a noite, "fizeram partir 2 lanchas a ocupar a ilha, acima" e ali pernoitaram. Pelas 6 horas do dia 14 "puseram em linha de batalha" e as embarcações avançaram para terra. Neste ponto o tenente gritou aos soldados que não deixassem chegar mais que uma canoa, e, se outras avançassem, fizessem fogo. A uns 30 m partiu a primeira descarga do destacamento e travou-se a luta de parte a parte. As embarcações eram armadas de canhões, diz o tenente, e os atacantes contavam 400 a 500 homens.

O fogo durou 3 horas, até que o destacamento, acossado pelos ata-

cantes, viu-se constringido a abandonar a posição, deixando um anseçada, um soldado e um índio mortos (14) e um soldado gravemente ferido. No atropelo da retirada perdeu-se a caixa de guerra e o bocal da corneta. Ainda assim, o tenente Bueno, sem meios para dar o sinal de reunião, conseguiu reunir 18 praças e chegar à aldeia dos índios beaquiéus, onde teve hospedagem e deixou 16 soldados, talvez estropeados, por não poderem acompanhá-lo de pronto até o Forte de Coimbra.

Não pôde precisar o tenente o número de mortos paraguaios (15).

O material das oficinas, assim como 16 armas, 1.200 cartuchos, pólvora, canoa, corrente, papéis de correspondência, bagagem do pessoal, ficaram em poder dos paraguaios, em consequência da retirada precipitada. Por este motivo, o tenente Bueno foi dar ao Forte de Coimbra no dia 26 de outubro, "no triste estado de nudez, depois de ter viajado a pé, em sertões estranhos, cheios de espinhos, 7 dias até os beaquiéus, 2 em cavalgadas até o Rabo da Ema, e 3 pelo rio, ainda com desejos de voltar à contenda, mormente com aqueles soldados que tão briosamente me acompanharam e que no fervor da luta se distinguiram com valor" (16).

A esse tempo, a contar de outubro, o capitão Carvalho, comandante geral da fronteira, estava em Cuiabá, pelo que, o capitão Antônio Peixoto de Azevedo, seu substituto imediato, foi quem tomou as medidas de precauções pertinentes. O Forte de Coimbra ficara no momento sob o comando do tenente Joaquim Antônio da Fonseca, a quem o tenente Bueno dirigiu sua parte de combate.

No mês de dezembro já estava de novo o capitão José Joaquim de Carvalho em Albuquerque no co-

(14) Esse índio era camarada do tenente e morreu combatendo.

(15) O Barão de Rio Branco, em *Efemérides*, faz menção de 1 oficial e 8 soldados, mortos e feridos. Quanto aos prisioneiros, diz Leverger, em of. de 24-I-851, ao Ministro de Estrangeiros, que os prisioneiros, levados pelos paraguaios de Fêcho-dos-Morros, bem como os que eles fizeram em Vacarias, regressaram às guarnições brasileiras.

(16) Palavras finais da parte de combate do tenente Bueno. Magnífico elogio aos seus soldados!

mando geral da fronteira. Tudo leva a crer que este oficial, por sua livre iniciativa, não se tendo conformado com o revés do destacamento, que ele mesmo assentara na ilha de Fêcho, procurou tirar partido da amizade e do espírito belicoso dos guaicurús, bem como das indisposições destes contra os paraguaios, para induzi-los a represálias.

Os acontecimentos que, a seguir, passamos a narrar (17), respondem pelo que se teria verificado logo depois.

O capitão Carvalho, ao regressar de Cuiabá, em dezembro de 1850, chamou ao seu PC, em Albuquerque, o cacique guaicura Lapagate e mandou-o a região de Fêcho assuntar o destino da força paraguaia. Este chefe guaicura convocou Lixagote e o mais colegas do Nabillique e, reunidos 80 cavaleiros, partiu com eles pela campanha. Verificando que parte da força paraguaia se recolhera a Olimpo, recambiou para ali, passou o rio a nado, 10 km à montante do forte, e distribuiu a tropa em torno dele, a boa distância, para não ser presenciado.

Entrementes, avisados pelos índios, vieram engrossá-los e dirigir disfarçadamente as operações, elementos do Forte de Coimbra, comandados, ao que parece, pelo tenente Bueno, que o capitão Carvalho com eles mancomunara. Realmente, os índios, por si mesmos, não se dariam ao luxo de atacar ostensivamente um Forte armado de canhões, cujas simples detonações eles temiam.

Ora, aconteceu que os paraguaios, estando entretidos a esfolar alguns bois para alimentação da tropa, a sentinela deu pelo cerco e soltou o alarma — *los bárbaros!* Os ho-

mens abandonaram a carneação e meteram-se no forte. Os índios conservaram-se à distância, em observação, com os cavalos pelas rédeas. Na manhã seguinte, quando os cavalarianos gentios fizeram um lance para a frente, notaram que o forte estava abandonado. Os paraguaios, durante a noite, haviam tomado duas lanchas, que ali estavam, e zarparam rio abaixo.

O cacique Lapagate ocupou o forte e mandou avisar o capitão Carvalho no Forte de Coimbra, a quem enviou a fechadura do Olimpo (18). Carvalho só tinha uma decisão coerente: mandar evacuar Olimpo pelos guaicurús. Todavia, como (tudo faz crer) fôra ele o pai daquela idéia, resolveu ganhar tempo e levou o caso ao conhecimento do Presidente da Província, que, por sua vez, o teria comunicado à Corte. Durante esse vaivem de partes e consultas, os guaicurús permaneceram cinco meses na posse de Olimpo, e só o abandonaram por instâncias de Bellegarde, mercê de ofícios que este dirigiu ao Presidente da Província e ao comandante geral da fronteira, concitando-os a não agravarem as dificuldades existentes com o governo paraguaio.

Simultaneamente, ou logo depois da agressão de Fêcho, outra força paraguaia de cavalaria invadiu a campanha do alto Miranda, comecei tropelias e prendeu ali brasileiros pacíficos, entre os quais Pedro da Silva que se dizia filho do Barão de Antonina. O comandante geral da fronteira não dispondo de força suficiente no Forte de Coimbra para marchar para aquela região, chamou o cacique guaicura, Guidanani e ordenou-lhe que partisse com os seus cavaleiros ao encalce dos invasores. O cacique pôs

(17) Antônio Corrêa do Couto, *Dissertação sobre...*

(18) O General Mello Rego, em *O Forte de Coimbra*, e o Barão do Rio Branco, em *Efemérides*, dizem que os índios incorporados à guarda se retiraram de Fêcho e se apoderaram do Forte Olimpo. O fato, porém, não se deu na retirada e sim em fins de dezembro, quando o capitão Carvalho regressou de Cuiabá. Rio Branco diz que o próprio capitão Carvalho dirigiu essa operação contra o Forte Olimpo. Esta assertiva, porém, não tem cabimento. Se ela não foi comandada pelo ten. Bueno, que, no final de sua parte, mostrou desejo de retornar à refrega, ter-se-ia realizado ao mando de algum sargento ou cabo do Forte de Coimbra, semi-vestidos provavelmente ele e os soldados, à feição guaicura.

em forma 60 índios e saiu no rasto da força paraguaia. Alcançou-a na margem do Apa, tirou-lhe grande parte do gado que arrebanhara e aguentou-a (19).

O capitão Carvalho, em ofício de 27-12-850, comunica ao Presidente da Província que chamou a sua presença no Forte de Coimbra os capitães guaicurús, Tacaduana, Lapagate e Lixagote para aconselhá-los a deixarem as tropelias contra os paraguaios, feitas, na verdade, a mando do próprio Carvalho. O último deixou de comparecer porque ainda não regressara de sua excursão pela campanha e só veio dar obediência mais tarde (março de 51) ao capitão Peixoto (20). Os dois primeiros vieram logo ao Forte de Coimbra acompanhados de 50 cavaleiros. O capitão Carvalho hospedou-os ali por dois dias, mandou consertar-lhes as armas e as ferramentas e, no referido ofício, declara que os persuadiu a deixarem as hostilidades contra os paraguaios e a recolherem-se pacificamente às suas aldeias. Nessa ocasião, o capitão Carvalho brindou os índios com baêta, pano de algodão, ferramenta e mais utilidades de que careciam (era talvez o preço da empreitada).

Insiste o comandante da fronteira em que continue habilitado a prestar auxílio e proteção aos guaicurús, a fim de conservar-lhes a amizade e aproveitar os seus serviços na segurança e defesa da fronteira. E pelo final do ofício, que ora vamos transcrever, verifica-se que o capitão Carvalho, quando lhe convinha, servia-se daqueles índios, como se estava servindo, para policiar a fronteira e hostilizar os paraguaios. Eis o texto a que nos referimos: "Atualmente acha-se uma grande parte da força do capitão Lapagate guarnecendo o forte Olimpo e fazendo cruzar suas rondas até Fêcho-dos-Morros, com o

fim de avisar-nos de qualquer movimento dos paraguaios sobre esta fronteira, e, assim, continua este Forte acoberto de qualquer surpresa, sem que para isso seja necessário distribuir-se a pequena força de sua guarnição".

Moutinho, que se achava nesse tempo em Cuiabá, declara que repercutiu agradavelmente em Cuiabá a notícia da colaboração dos guaicurús na defesa da fronteira. "São estes fatos que deram lugar a que o governo descansasse e os cuiabanos se julgassem garantidos, por acreditarem que só os guaicurús poderiam repelir qualquer ataque do Paraguai (21).

O capitão Carvalho deixou o comando da fronteira e recolheu-se à corte em fevereiro de 1851. Também, a 11 de fevereiro, Pimentel passa o governo da Província ao capitão de fragata Augusto Leverger. *Este novo Presidente, em ofício de 22-1-851 (21^a)*, ao Ministro de Estrangeiros, põe à mostra que o capitão Carvalho era em grande parte responsável pelas desinteligências do governo paraguaio contra o Brasil. Reconhece Leverger que o procedimento do capitão Carvalho, comandante geral da fronteira, se bem que de nenhum modo justifique as hostilidades paraguaias, explica até certo ponto a desconfiança de que se mostram possuídos os paraguaios:

1^o) por ter estabelecido o destacamento na ilha de Fêcho, cuja neutralidade era tanto mais respeitada quanto é ela, nos termos do citado ofício n. 17, *a melhor e mais defensável posição*. "Cabe aqui participar a V. Exa., continua Leverger, que no auto de fundação não só se declara, com falta de verdade, que o destacamento se estabeleceu sobre a margem esquerda do rio, mas nem sequer se faz menção da ilha, pôsto que o canal que a separa da referida margem se-

(19) Corrêa do Couto — *Dissertação...* No fim do seu trabalho, o autor presta homenagem aos guaicurús pelos serviços prestados ao Brasil e faz ligeiro histórico da aliança, amizade e fidelidade desses índios, a partir de 1791.

(20) *Arq. Hist. do Itamaraty*.

(21) J.F. Moutinho, *Notícia sobre a Província...*, pág. 67.

(21^a) *Arq. Hist. do Itamaraty*.

ja navegável, e largo de 25 a 40 braças" (à vista do que, consulta lealmente Leverger se deve guardar no arquivo tal documento que depõe a todo tempo contra nossa boa fé). 2º) "porque, em vez de francamente declarar ao comandante do forte paraguaio Olimpo que, com conhecimento do seu governo, ia-se fundar um destacamento no predito lugar, procurou iludir o mesmo comandante, como se vê da cópia inclusa sob n. 2 de um officio do próprio capitão Carvalho, dirigido ao meu antecessor; artifício, ao meu ver, desnecessário, e que não podia deixar de fazer suspeitar as nossas intenções". E, ainda mais, não se tendo feito comunicações disso ao nosso Encarregado de Negócio, em Assunção, ficou este na impossibilidade de prestar qualquer explicação. Outrossim, conforme declara o nosso representante no Paraguai, López não ficaria satisfeito com simples explicações, mas com a retirada do nosso destacamento.

As tropelias dos guaicurús contra os paraguaios continuaram pelos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Em officio de 16-1-951 (22), o capitão Antônio Peixoto de Azevedo, comandante geral interino, comunica de seu PC em Albuquerque que os cadiués fizeram incursão em território paraguaio, mataram algumas pessoas e arrebanharam cavalos e bovinos que vieram apresentar no Forte de Coimbra, pedindo pólvora para continuar suas correrias (23). Peixoto, porém, declara que envidará todos os meios para evitar novas atrocidades dos índios. Leverger faz idênticos comunicados ao Ministro de Estrangeiros a respeito dos guaicurús (24) e passa a recomendar ao comandante da fronteira que induza aos índios a porem fim às hostilidades contra os paraguaios e não lhes ceda armas e munições. En-

trementes, os índios ainda continuaram ocupando o Forte Olimpo. A 16 de fevereiro, porém, o comandante da fronteira, avisa de Coimbra ao presidente Pimentel, que na véspera à noite, recebeu, vindos de Assunção, três officios, enviados por Bellegarde, um para o presidente da Província e dois para o comandante geral da fronteira, sendo um destes do Ministro da Guerra. Continham esses documentos "além da ordem para a desocupação do Pão de Açúcar, recomendações para que cessem as hostilidades na fronteira..." (24^a).

Nada obstante, ainda em officio de 30-3-851 (25), Bellegarde avisa Leverger que os cadiués passaram-se para a margem direita do rio Paraguai e fizeram incursões pelas salinas entre Baía Negra e Olimpo. "Esta questão de limites, continua o nosso Encarregado de Negócios, é espinhosa, e é indispensável muita paciência, e, sobretudo não despertar suspeitas, aliás infundadas, de que nutrimos idéias invasoras... é necessário adormecer esta questão, sem contudo, nos esquecermos de preparar a sua conveniente solução. Entretanto, O Presidente da República vai fortalecendo as guarnições e postos da esquerda do Apa".

Como não proceder assim o governo paraguaio e como não desconfiar das intenções brasileiras, se um comandante de fronteira açula os guaicurús, como quem ataca matilha de cães, a hostilizar os nossos vizinhos, e um presidente da Província (Pimentel) condescende com o procedimento daquele official.

Era difficil, pois, conter os guaicurús, uma vez soltos pela campanha e incitados a essas correrias, tanto do seu gosto e inclinação. Ainda em officio de 23-9-51, Leverger informa ao Ministro de Estrangeiros (26) que 200 cadiués vol-

(22) Of. de 13 e 22 de fevereiro de 1851 no Arq. Hist. do Itamaraty.

(23) Como não haveriam de prosseguir nas tropelias, se o capitão Carvalho lhes dera munições e os soltara na campanha.

(24) Of. de 16-2-851, do capitão Peixoto. Arq. Hist. de Cuiabá.

(24^a) Of. de 13 e 22 de fevereiro, Arq. Hist. do Itamaraty.

(25) Idem, idem.

(26) Officio no Arq. Hist. do Itamaraty.

taram a varar o Apa para o sul e a arrebanhar cavalos e ovelhas.

Bellegarde nesse ponto dirige-se a Leverger dizendo-lhe que "êstes índios nos incomodam extremamente nas boas relações fronteiriças. Qual será o meio de remediar êste inconveniente? Êste govêrno está pronto a concorrer para qualquer operação militar, que seja necessária para êste fim. Guie-me, conclui Bellegarde, sôbre êste objecto". Ao que, Leverger responde que tudo tem feito a êsse respeito. Todavia, o austero e judicioso Presidente discorda de Bellegarde quanto ao modo de agir em relação aos guaicurús. A ação repressiva é de difícil emprêgo, afirma Leverger, e declara que continuará a usar da vigilância e meios preventivos. E, nesse sentido, termina Leverger o seu comunicado, informando ao Ministro que reiterou suas ordens ao comandante da fronteira.

Não satisfeito com essas novas providências, Leverger declara em ofício de 22-9-51 ao Ministro de Es-

trangeiros (27) que ouviu um cacique cadiuéu e um beaquiéu, ambos guaicúrus, aquele, chefe de 400 índios, e êste, de 50 ou 60, e a ambos aconselhou e ordenou, em nome do Imperador, que se abstivessem de hostilidades contra os paraguaiois; e, mais ainda, que convencionou com o primeiro a ida de uma missão capuchinha para residir na aldeia dêle, fazendo-se acompanhar de um pequeno destacamento de gente escolhida.

Tem-se, por êste ligeiro relato, uma idéia exata, ainda de poucos conhecida, do incidente de Fêcho-de-Morros em 1850. Dêle se podem tirar logo duas conclusões. Primeira, da correção e lisura com que agiram naqueles acontecimentos dois grandes brasileiros, Bellegarde em Assunção e Leverger em Mato Grosso. Segunda, a contribuição, selvática e imoderada embora, dos guaicurús, na defesa de nossas fronteiras, dentro das quais êles se sentiam à vontade, porque defendiam também os próprios pagos.

(27) Idem, idem.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

PEÇAS
para
AUTOMÓVEIS

de tôdas as marcas e
para todos os modelos

*

CIPAN

*

RIO DE JANEIRO :
AV. HENRIQUE VA-
LADARES, 150 E
RUA EVARISTO
DA VEIGA, 130
Caixa Postal, 1069



SÃO PAULO :
RUA DA CONSO-
LAÇÃO, 65, 10º
E AL. EDUARDO
PRADO, 460
Caixa Postal, 4887

CONRADO BITTENCOURT, PATRONO DO 3º B. E.

Coronel A. DE LYRA TAVARES

Transcrito da "Revista Militar Brasileira" de
Janeiro-Junho de 1954

O 3º Batalhão de Engenharia passou a chamar-se Batalhão Conrado Bittencourt, em virtude de Decreto recente em que o Chefe do Governo aprovou e mandou executar a sugestão que lhe apresentou o Ministro da Guerra, como chefe do Exército. Bem sei como é auspiciosa a notícia para os camaradas da Arma de Engenharia, sobretudo para os que, lá em Cachoeira do Sul, à beira do Jacuí, mourejam, cheios de entusiasmo, para que o 3º BE seja cada vez mais eficiente como unidade de Engenharia de combate. E ninguém ignora que isso depende principalmente do espírito militar dos quadros e da tropa, do seu preparo para as missões de combate, da mentalidade de equipe. Pairando acima de tudo isso, há o que ainda mais importante: o orgulho de pertencer a uma unidade de escol, como é, na verdade, o 3º BE, e a disposição sincera de trabalhar para engrandecê-la ainda mais.

O trabalho específico das unidades de Engenharia, pelo caráter eminentemente técnico de que é revestido, não basta, no quadro normal das atividades do quartel, para forjar o espírito militar sem o qual não se teria na guerra a verdadeira Engenharia de Combate, aquela que se tornou legendaria no Paraguai e que, mais recentemente, regressou coberta de glória, dos campos da Itália.

A técnica pura e simples é uma das condições de eficiência da Engenharia de combate, mas deverá associar-se ao espírito combatente,

ao entusiasmo, à capacidade de resistência e, sobretudo, a uma preparação moral coletiva, imprescindível a unidades que, no quadro de uma Divisão de Infantaria, deverão estar em condições de cumprir, muitas vezes, missões árduas e arrojadas, que exigem, simultaneamente, técnica e bravura.

Conrado Bittencourt é bem o nome para patrono de uma unidade de Engenharia de Combate do padrão do 3º BE. Foi sob o seu comando que o Batalhão de Engenheiros fez toda a sua trajetória gloriosa, desde a travessia do rio Paraná até a chamada campanha das Cordilheiras, na Guerra do Paraguai.

O Batalhão recebeu o seu batismo de fogo na Ilha da Redenção, em 10 de abril de 1866. Depois de assegurada a posse da Ilha, desde o dia cinco, tentaram os paraguaios retomá-la mediante um ataque de surpresa. Coubera a Cabrita defender, com uma guarnição que somava cerca de 900 homens, a posição conquistada como parte do Plano de Transposição do rio Paraná. A luta foi encarniçada, mas contamos com o apoio de fogo das canhoneiras Henrique Martins, Greenhalg e Chui. Graças a esse apoio, foi o inimigo detido e contra-atacado até sua completa expulsão da ilha.

Vilagran Cabrita, que era o Comandante do Batalhão de Engenheiros e comandava a defesa da Ilha da Redenção, estava redigindo a parte de combate quando o atingiu, mortalmente, um tiro de um

do canhões paraguaios do forte de Itapiru.

Coube a Conrado Bittencourt, então major, assumir o comando do Batalhão de Engenheiros, vago em virtude da morte gloriosa de Cabrita. A assunção do comando pelo major Conrado Bittencourt teve lugar a 13 de abril de 1866, no Acampamento do Exército Imperial junto ao Passo da Pátria. A partir daí, ele exerceu o comando direto do Batalhão em todos os grandes lances heróicos da guerra, em território inimigo. Coube-lhe, por isso mesmo, o mérito de haver dirigido a transformação que, progressivamente, teve de operar-se, durante a campanha, no emprêgo da tropa de Engenharia. Só muito mais tarde, já no período Republicano, viria o Exército Brasileiro a possuir a Arma de Engenharia, organizada em virtude da Lei n. 1.860, de 4 de janeiro de 1908. Na realidade, porém, foi o Batalhão de Engenheiros, quer empregado em conjunto, quer dividido em alas ou companhias, como que uma miniatura da Arma de Engenharia, que o Exército levou para a Campanha do Paraguai. Essa miniatura se revelou, logo de início, tão preciosa e tão imprescindível à própria marcha para o inimigo, que, antes mesmo do batismo de fogo das Armas Brasileiras, já se criava no Exército a consciência do valor e do papel da 4ª Arma. Ela existiu de fato, na campanha do Paraguai, através das ampliações e dos desdobramentos do Batalhão de Engenheiros e da criação do Corpo de Pontoneiros.

É bem verdade que, pela aprimorada cultura intelectual dos nossos engenheiros e pela falta de preparo profissional e espírito militar, que os caracterizava, em contraste com os oficiais de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, não possuía o Exército, ao entrar em campanha, o verdadeiro tipo de oficial de Engenharia de Combate. E isso se explica pela formação e pelas atividades eminentemente técnicas da nossa Engenharia Militar, à qual devemos, aliás, serviços preciosos, nunca devidamente exalta-

dos, na construção de obras de defesa, de estradas estratégicas, etc. O que é verdade, porém, é que os nossos engenheiros eram mais doutores do que soldados, e, pela falta de experiência de guerra, do emprêgo de grandes unidades constituídas, exigindo grandes deslocamentos, transposição de cursos d'água, ataques diretos a fortificações inimigas, etc., era êsse o conceito que faziam dos oficiais da nossa Engenharia.

O retrato da mentalidade da época nos é dado pelo curioso "desafio" em versos, que sustentaram, muito à moda de então, cada qual fazendo troça do outro, o bravo artilheiro Benjamin Franklin de Albuquerque Lima e Conrado Bittencourt, que, logo depois, em 22 de setembro de 1866, seria promovido a tenente-coronel por ato de bravura. Isto era em plena campanha do Paraguai. O poeta artilheiro, troçando de Conrado Bittencourt, escrevera um soneto que fechava com esta "chave": "Pás, enxadas, machados e picaretas". Não se fez esperar o soneto de resposta do poeta engenheiro, que assim terminava: "Bombas, balas, granadas, lanternetas". O desafio continuou, com a descrição chistosa que faz Albuquerque Lima da ação do lendário Comandante do Batalhão de Engenheiros nas operações de 18 de julho de 1866. Trata-se do ataque às posições paraguaias, conduzido sob o Comando de Flôres. A sátira de Albuquerque Lima é a seguinte:

"Mas... cesse tudo. O Conrado
Da grandeza toca a meta
Grande mártir desvelado,
Da enxada e picareta.
Merece um trono de louros
Pelos trabalhos que enceta.
Suas glórias aos vindouros
Passa a Fama na corneta.

Quando a dezoito de julho,
Mil bombas eram lançadas,
E na força do Barulho,
As pistolas e as espadas
Brigavam com as baionetas;
O Herói, de mãos alçadas,
Procurava as picaretas,
E recontava as enxadas."

Cumpre salientar que, de acôrdo com a Ordem do Dia referente à jornada de 18 de julho, que destaca e elogia a ação dos oficiais e praças do Batalhão de Engenheiros "todos êles se mostraram dignos por sua bravura e entusiasmo nos combates, resignação e perseverança no trabalho, notando-se que êles trabalharam por mais de 24 horas, sem nenhum repouso, ora lutando com o inimigo, ora com a chuva e os serviços de fortificação".

De regresso da campanha, cheio de glórias, com a sua Bandeira condecorada pelo Imperador, o Batalhão de Engenheiros, sob o comando de Conrado Bittencourt trouxe para o Brasil, não sômente a semente da organização como, sobretudo, o espirito da Engenharia de Combate, que levamos para a Itália, com a FEB, e que deve ser objeto de um carinho especial nas unidades de Engenharia de Combate, principalmente nos tempos de hoje, em que essa Engenharia, não sômente é exaltada por todos quantos conhecem as exigências cada vez maiores da guerra moderna, como é olhada com respeito e confiança pelos camaradas das outras três Armas combatentes.

Daí a significação do ato governamental que deu ao 3º BE a denominação de Conrado Bittencourt.

O patrono do 3º BE nasceu no dia 11 de janeiro de 1829, na cidade do Rio de Janeiro. Ingressou nas fileiras do Exército a 16 de abril de 1843, como voluntário, no Batalhão Provisório de Caçadores de 1ª linha da província do Ceará. Foi reconhecido cadete de 1ª classe a 30 do mesmo mês e ano. Dissolvido o referido Batalhão, foi transferido em 1845 para o 1º Batalhão de Artilharia a Pé.

Depois de acompanhar o seu Batalhão à Bahia e Pernambuco, a cuja guarnição se incorporou a unidade, retomou, a 18 de janeiro de 1846, seus estudos na Escola Militar. Em 1847 foi matriculado no 3º ano.

A 7 de dezembro de 1847 foi promovido a 2º Ten. A 27 de agosto de 1849 foi classificado na 7ª Cia.

do 1º Batalhão de Artilharia a Pé, sendo que no mês de dezembro do mesmo ano exerceu as funções de vice-diretor da Fábrica de Pólvora da Estrêla. Em 1851 expedicionou, com o Batalhão, para a Campanha do Estado Oriental do Uruguai, desembarcando a 20 de setembro na Fortaleza do Cerro, procedente de Montevideu. A 5 de abril regressou para o Brasil, com o Exército, já como ajudante de Batalhão, funções que vinha exercendo desde 16 de dezembro.

A 30 de abril foi promovido a 1º tenente, já nas funções de ajudante de campo da Brigada da Artilharia. Em 23 de novembro de 1853, recebeu no Quartel-General da Côrte uma medalha de prata comemorativa da campanha do Estado Oriental, sendo promovido a capitão, a 2 de dezembro de 1854, para a 2ª Cia. do 1º Regimento de Artilharia a Cavalo.

Em 1856 foi aprovado no exame da Arma, para o pôsto de major. A 20 de julho do mesmo ano seguiu, com a sua bateria, para Jaguarão. A 25 de setembro foi transferido para o 1º Batalhão de Artilharia a Pé. A 22 de abril foi nomeado secretário da Inspetoria da Arma de Artilharia; a 25 de junho de 1859 foi nomeado comandante da 1ª Companhia de Alunos da Escola Militar e em 5 de novembro de 1860, instrutor interino da 2ª classe da arma de artilharia. Em 4 de março de 1861 passou a exercer as funções de comandante do Batalhão de Engenheiros e instrutor de primeira classe da Arma de Artilharia da Escola Militar.

Convém esclarecer que o batalhão de Engenheiros fôra criado pelo decreto n. 1.535, de 23 de janeiro de 1855, que prescrevia:

"Os oficiais combatentes do Estado-Maior e os Subalternos das Companhias não fazem parte do Batalhão, e servirão por comissão, de qualquer das Armas científicas do Exército. Dos últimos, porém, poderá ser empregado em cada companhia um que não pertença àquelas armas.

O preenchimento das primeiras quatro vagas de Capitão será feito com os oficiais tirados de qualquer das armas científicas; depois, entrarão os capitães deste Batalhão em promoção com os oficiais do Corpo de Engenheiros.

O quartel do Batalhão de Engenheiros será na Escola de Aplicação do Exército, criado por decreto número 1.535, desta data, ficando subordinado ao Diretor da mesma Escola."

Em 2 de abril de 1862, Conrado Bittencourt deixou as funções de comandante do Batalhão de Engenheiros para exercer as de ajudante do Comando da Escola Militar, sendo nomeado para armar a Fortaleza de São João da Barra do Rio de Janeiro.

Em 3 de junho do mesmo ano, assumiu o comando da 2ª companhia de alunos, por ter concluído o serviço daquela Fortaleza e a missão de instruir a guarda nacional ali destacada.

Em 21 de dezembro foi exonerado do comando daquela companhia e desligado do Batalhão de Engenheiros. Passou a servir no 1º Batalhão de Artilharia a Pé, ao qual pertencia, e com ele seguiu para a Campanha do Estado Oriental do Uruguai a 26 de dezembro de 1862, na função de assistente do deputado do ajudante-general junto ao Comando da brigada expedicionária.

A 2 de janeiro de 1865 chegou a Frei Bento (Departamento de Paisandu). Embarcou a 18 na fragata Amazonas. A 25, reuniu-se, na barra de Santa Luzia, ao Exército em operações ao sul do Império, com ele se deslocando a 31 de janeiro, indo acampar, no dia 6 de fevereiro, na vila União, junto à cidade de Montevidéu. Aí assistiu à assinatura do Convênio de 20 de fevereiro de 1865, negociado pelo Visconde do Rio Branco, em virtude do qual o Brasil suspendeu o bloqueio e o regime de intervenção sobre Montevidéu. A República do Uruguai, até então nossa adversária, sob o governo Aguirre, passou, logo depois, sob o governo de Flôres, a

nossa aliada contra o Paraguai, de acordo com o tratado de triplice-aliança assinado, em 1 de maio de 1865, entre o Brasil, o Uruguai e a Argentina.

Como assistente do deputado do ajudante-general à 7ª Brigada (antiga Brigada Expedicionária), Conrado Bittencourt passou a servir junto ao comando da 1ª Divisão, com a qual marchou no dia 5 de abril de 1865 para a povoação de Santa Luzia, tendo regressado ao Cerro de Montevidéu, onde acampou, no dia 21. No dia 26 de maio embarcou no vapor "Princesa", desembarcando no dia 30 nas proximidades de Daiman. Daí, seguiu, no dia 25, para a margem esquerda do Uruguai, transpôs o rio para a província de Entre-Rios, junto a Concórdia, acampando no dia 25 no Ajuí, tendo no dia 16 de agosto prosseguido no movimento.

Como se vê, Conrado Bittencourt se desloca no quadro do movimento de concentração do Exército que, depois de atravessar as províncias de Entre-Rios e Corrientes, acampa em Lagoa Brava, a 21 de dezembro. Durante esse deslocamento, no dia 18 de novembro, ele foi transferido para o Corpo de Estado-Maior de Artilharia.

A 22 de janeiro de 1866 foi promovido ao posto de major, por merecimento, para o Corpo de Estado-Maior de Artilharia.

A 10 de fevereiro marchou com o Exército para Talacorá. A 18, passou à disposição do comando da 2ª Divisão de Cavalaria, e a 12 de março foi transferido para o Comando Geral de Artilharia.

A 13 de abril, em consequência da morte de Cabrita, assumiu o comando do Batalhão de Engenheiros. A cerimônia se realizou no acampamento do Exército Imperial, junto ao Passo da Pátria.

É, a partir daí, que se inicia — a bem dizer — a longa e cruenta jornada através da qual o emprêgo do Batalhão de Engenheiros, a princípio solicitado para todos os mistérios, enverada nitidamente, para as missões específicas da Engenharia de combate, tal como a com-

preendemos hoje. De um modo geral, os oficiais integrantes do Batalhão eram oriundos da Arma de Artilharia. O próprio Batalhão seguiu para a campanha do Paraguai fazendo parte do comando geral da Artilharia. Cabrita, como Conrado Bittencourt, e muitos outros oficiais do Batalhão, eram oficiais brilhantes da Arma de Artilharia. A campanha do Paraguai ia formar, na experiência direta do campo de batalha, os oficiais que, na realidade, seriam os nossos primeiros oficiais de Engenharia. E era sob a égide desse pugilo de heróis e de brilhantes oficiais que nascia a essência da nossa atual 4ª Arma.

A frente deles, ressalta a figura varonil de Conrado Bittencourt, a quem cabe comandar o Batalhão de Engenheiros desde o episódio da Ilha da Redenção, que nos arrebatara a vida gloriosa de Cabrita, até a fase final da guerra em território inimigo.

A partir de 13 de abril de 1866 passava a ser Conrado o Comandante do Batalhão de Engenheiros, com o qual transpôs o rio Paraná e acampou no Passo da Pátria em 24 de abril. O Batalhão fazia parte da vanguarda do Exército, sob o comando de Flôres, por ocasião do ataque do dia 20 de maio, no Estero-Bellaco, às trincheiras do Passo Cidra. No dia 24 de maio, travava-se a batalha de Tuiuti, aonde o inimigo fôra acolhido e se reorganizara, depois de abandonar o Estero-Bellaco. Em seguida ao primeiro reconhecimento, feito no dia 23, estava previsto um novo reconhecimento, às 14 horas do dia 24. Mas o inimigo atacou, de surpresa, às 11 horas, e os acontecimentos se precipitaram. O Batalhão de Engenheiros, sob o comando do major Conrado Bittencourt, atuou na batalha, inicialmente, à disposição do Comando Geral da Artilharia, como tropa combatente. Desempenhou, na primeira fase, missões de proteção e, na fase final, assegurou a limpeza do campo de batalha.

Desde o dia 20, porém, fôra incumbido dos trabalhos de organização do terreno, sobretudo em pro-

veito do 1º Regimento de Artilharia a Cavalos, que ocupava a extremidade direita do dispositivo, para o qual o Batalhão organizou obras de fortificação de campanha.

É interessante assinalar as ligações de combate que foram estreitas e constantes, durante a campanha do Paraguai, entre a Engenharia de Conrado Bittencourt e a Artilharia de Mallet, pelo simbolismo da coincidência que reúne, hoje, no quadro da 3ª DI, no Rio Grande do Sul, o Regimento Mallet, de Santa Maria, e o Batalhão Conrado Bittencourt, de Cachoeira do Sul.

Quando às 11 horas e 45 minutos da manhã de 24 de maio, o fogo inimigo começou a fustigar, de um laranjal próximo, as posições de bateria de Mallet, o major Conrado Bittencourt se apressou em neutralizá-lo, com os seus próprios meios. E evidente que, armado apenas com mosquetões de alcance muito reduzido, não poderia o Batalhão obter nem a densidade nem a continuidade de fogo, que eram necessárias. Era mais o tiro de caçador, que fazia os seus soldados, mas com isso se ganhou o tempo necessário para a chegada da tropa de infantaria que, ultrapassando os elementos do Batalhão de Engenheiros, conseguiu repelir o inimigo.

Por fim, terminada a batalha, dois contingentes do Batalhão de Engenheiros foram lançados com os destacamentos de aproveitamento de êxito. Vê-se, assim, que a nossa Engenharia era, num só tempo, tropa combatente e tropa técnica, solicitada para todos os misteres, inclusive para transporte de munição e para as próprias mudanças de posição da Artilharia de Mallet.

Em 28 de maio, Conrado Bittencourt foi ferido, por bala de fuzil, no combate que teve lugar ainda nas posições de Tuiuti.

Acompanhou êle os combates da "linha negra" de 16 a 18 de julho, e foi promovido a tenente-coronel, por ato de bravura, a 22 de setembro.

A partir daí, o Exército Aliado como que foi perdendo a iniciativa

dos acontecimentos, principalmente depois do insucesso de Curupaí. Uma vez reorganizado e refeito, passou ele, porém, a retomar sua atividade no meado de 1867, quando Caxias assume a direção das Forças Brasileiras, reunindo, sob o seu Comando único, todos os elementos da Esquadra e do Exército. Vai ele executar a manobra que concebera, com as forças que reorganizara. E, daí, a marcha de flanco que irá pôr em cheque a posição de Humaitá.

No dispositivo de marcha da sua Ordem de Movimento, consta :

Vanguarda :

Cmt. — Tenente-General Barão de Herval.

Tropa — 1ª e 2ª D.I. brasileiras ;

Infantaria e artilharia orientais ;

Três companhias do Batalhão de Engenheiros ;

A 4ª D.I. Brasileira, reforçada.

Grosso :

Todo o Exército argentino ;

5ª D.C. brasileira ;

Três companhias do Batalhão de Engenheiros.

.....

No dia 21 de julho, o Batalhão de Engenheiros marchou, sob o comando do Tenente-Coronel Conrado Bittencourt, com destino a Tuiui-Cuê, onde os seus primeiros elementos chegaram no dia 29. A 31, Conrado Bittencourt estava com todos os seus elementos aí reunidos.

Em 19 de março de 1868, Conrado Bittencourt seguiu, com o Batalhão, acompanhando a vanguarda do Exército, a fim de construir obras avançadas de fortificação face às trincheiras de Passo Pacú. Ele participou do reconhecimento à viva força sobre a posição inimiga, tomando parte ativa no combate e

"fazendo arrazar os entrancheamentos avançados paraguaios, que deles foram rechassados, sendo louvado pela maneira honrosa e distinta por que se houve". Foi graças à sua ação que foram inutilizadas as principais organizações inimigas no flanco direito, no dia 22, o que facilitou o acesso às fortificações, que foram arrasadas.

Regressou Conrado Bittencourt ao acampamento no dia 23 de março de 1868. Recebeu ele, pela sua ação anterior, dois elogios significativos : O comando do 3º Corpo de Exército o louvou "pelo bem que desempenhou a missão de que foi encarregado de abrir caminho através das fortificações inimigas, cujo serviço foi feito com zelo e dedicação". O Comando-Chefe o elogiou "em vista da maneira honrosa e distinta por que se houve no comando do Batalhão de Engenheiros na jornada de 21 e no reconhecimento da trincheira inimiga de Passo-Pacú".

Com a ala direita do Batalhão, marchou Conrado Bittencourt na vanguarda do Exército, acampando em Paracuê a 4 de abril. Foi incumbido de estabelecer a linha do sítio à praça de Humaitá. Tomou parte destacada no reconhecimento à viva força feito sobre as fortificações de Humaitá, no dia 16 de julho, com o Batalhão de Engenheiros sob seu comando e os demais elementos da vanguarda sob o comando do general Visconde do Herval.

As três horas da madrugada do dia 16, o Batalhão de Engenheiros fora alertado sobre o ataque e a missão que lhe caberia desempenhar. Reunido e aprovisionado de toda a ferramenta, recebeu ordem de colocar-se junto ao mangrullo da 2ª Divisão de Cavalaria, pronto para combater e transportar os meios de assalto. Ao alvorecer, o general mandou cessar o fogo da Esquadra e tocar avançar, ordenando que o Batalhão de Engenheiros acompanhasse o 4º Batalhão de Infantaria. Conrado Bittencourt cumpriu a ordem, conduzindo consigo nove carretas que havia arre-

cadado no caminho. Ao atingir o primeiro banhado, além do alcance da Bateria da Esquadra, a artilharia inimiga se concentrou sobre sua tropa. Mesmo assim, pôde alcançar a trincheira avançada do inimigo, transpondo três fossos que a defendiam. Carregou, então, procurando abrir caminho. Galgou, para isso, uma espessa linha de abatizes que guarnecia exteriormente o parapeito da linha paraguaia. Chegou a oito passos de três peças de calibre 68, cujo fogo conseguiu calar. Ficou, porém, o Batalhão em situação muito precária, sendo tomado de flanco pelo fogo da artilharia e da infantaria inimiga. Não era possível progredir mais. Além de tudo, a fadiga e a perda de muitos elementos já não aconselhavam tal atitude, que poderia agravar a situação. Osório o percebeu. Ordenou, em tempo, o retraimento. Ele acampanhara de perto a atuação dos heróicos soldados do Batalhão de Conrado Bittencourt, cuja bravura e sangue frio ressaltou, em palavras muito honrosas, no elogio que publicou em Ordem do Dia. Coube ao Batalhão de Engenheiros a maior porcentagem de perdas na ação sobre Humaitá. E é preciso considerar que se tratava de uma tropa de técnicos e combatentes.

A praça de Humaitá esteve sitiada até 5 de agosto, quando Caxias, mantendo vigilância no Chaco e no Taí, determinou a Osório e Argolo um reconhecimento mais profundo. Logo depois, foi o Batalhão de Engenheiros incumbido de coroar a sua ação gloriosa, abrindo o caminho para a passagem das nossas forças através da fortaleza, já abandonada pela guarnição. O Batalhão de Conrado Bittencourt participou, assim, não somente do sítio imposto à praça de Humaitá sob a ação inicial dos bombardeios com que a fortaleza reagira, como, também, da abordagem e da travessia do reduto paraguaio. No dia 16 de agosto, partiram, sob o comando de Conrado Bittencourt elementos do Batalhão em perseguição ao inimigo. Em 24 de se-

tembro, Conrado Bittencourt acampou, com o Batalhão, em Palma.

Na Ordem do Dia n. 237, o comando-chefe fez um elogio especial ao Tenente-Coronel Conrado Bittencourt pela sua atuação em Humaitá, "onde à frente do Batalhão sob o seu comando, afrontando a mortífera chuva de metralha, granadas, balas rasas e fuzilaria, acampanhando, com o seu Batalhão, o Visconde de Herval e a 7ª Brigada, transpôs as primeiras linhas de fosso, antepostas à Praça, superando todas as dificuldades do terreno e acessórios de defesa, até o fosso principal, junto ao ângulo do mangrullo. Finalmente, sua Excia. aproveita esta oportunidade para render ao Batalhão de Engenheiros e seu digno chefe, os elogios de que se fazem credores, não só pelos serviços prestados no reconhecimento do dia 16, como em todas as vezes que o seu trabalho tem sido necessário ao Exército, já nas ocasiões dos imensos combates em que se tem achado, e já nas lides de marcha, passagens de rios e segurança de acampamento".

O Batalhão de Engenheiros, cumprida a missão de Humaitá, fôra reunir-se ao 3º Corpo de Exército, que fazia a vanguarda dos Aliados. Encontrava-se, assim, em Palmas, na marcha para Assunção.

No dia 1 de outubro tomava a vanguarda contacto com a posição inimiga de Angustura. Estabelecido esse contacto, ordenou o Barão de Triunfo o ataque à viva força, que foi coroado de pleno êxito. Coube ao Batalhão de Engenheiros a missão de arrazar as obras avançadas do inimigo. Graças à sua atuação decisiva, foi êle citado "pelo distinto comportamento no combate, salientando-se a atividade, zelo e inteligência do seu Chefe". Mereceu, ainda, outra citação "pela coragem, galhardia, calma e boa ordem que demonstrou".

A 22 de novembro, Conrado Bittencourt passou com o Batalhão para o Chaco, na margem direita do rio Paraguai, a fim de preparar a estrada e as pontes por onde de-

veria passar o Exército, que tinha de contornar as posições inimigas. Repassou o mencionado rio para Santo Antônio, na margem esquerda, no dia 5 de dezembro. Marchou no dia 6, com o Exército, em perseguição do inimigo. Participou do combate desse dia sobre a ponte de Itororó e na batalha do dia 11 junto ao arroio Avaí. Foi promovido nesta data ao posto de coronel, por ato de bravura. No dia 19, assumiu o comando da praça de Vileta, que foi guarnecida pelo Batalho de Engenheiros.

A jornada do dia onze de dezembro, em Avaí, foi, realmente, gloriosa para Conrado Bittencourt. O inimigo estava reforçado por tropas vindas de Vileta e a natureza como que se aliara à resistência que ele se dispunha a oferecer. Chovia torrencialmente e a água alagava o campo de batalha, do começo ao fim da luta. A tropa de engenharia, ainda não refeita do grande esforço empreendido, no dia, em Itororó, empenha-se, a fundo, na luta de Avaí. O próprio Imperador o reconheceu no louvor especial que fez ao Batalhão "pelo valor e intrepidez que demonstrou, nos dois combates, conseguindo romper e desbaratar as forças inimigas, confirmando, assim, a bem merecida reputação de bravura e de disciplina de que goza para com o Governo".

No dia 20 de dezembro foi confirmada pelo Governo a promoção que, por ato de bravura, havia Conrado Bittencourt recebido, em plena luta no Avaí, por ato do Comando-Chefe.

A 18 de janeiro de 1869, apresentou-se Conrado Bittencourt ao Exército, em Assunção.

Ulteriormente, acampou em Pirajú. Daí marchou, em 1 de agosto, com o 1º Corpo do Exército, chegando no dia 5 à picada de Sapucaí. Na noite desse dia mandou construir baterias contra as fortificações inimigas, sendo feito esse trabalho sob o contínuo fogo de metralha e fuzilaria.

No dia 12 de agosto tomou parte no assalto e conquista da praça de Peribebui, sendo ferido a arma

branca no dia 16. Participou da batalha de Campo Grande, no primeiro passo do rio, até a completa derrota do inimigo.

O coronel Conrado Bittencourt mereceu destaque especial na parte dirigida por sua Alteza o Príncipe Conde d'Eu ao governo Imperial, "pelos serviços prestados na picada de Sapucaí, como benemérito na tomada de Peribebui, comandando o Batalhão de Engenheiros, à cuja ligeireza foi devido o bom resultado da ação de Campo Grande na passagem da artilharia no primeiro passo do rio, onde o inimigo se mantinha com tenaz resistência". Foi, também contemplado o nome de Conrado Bittencourt no elogio feito por Sua Majestade o Imperador, em Aviso do Ministério da Guerra, de 6 de setembro, no qual "Sua Alteza o cita, com efusão, por ter valiosamente concorrido para os triunfos que, nesses feitos darmas, alcançou o Exército por seus esforços em prol da honra e integridade do Brasil". No dia 20 de setembro, Conrado Bittencourt embarcou, em Arentaguá, com a ala direita do Batalhão, fazendo parte da vanguarda, com a qual chegou, no dia 21, à vila de Rosário.

Aí, assumiu ele o comando da praça e das forças estacionadas. A 8 de outubro, marchou com o Batalhão para Santo Estanislau.

O nome de Conrado Bittencourt foi incluído na manifestação de regosio promovida pelo Senado, para exprimir o sentimento de júbilo e reconhecimento de toda a Nação, assim como no louvor e reconhecimento da Câmara de Deputados aos que concorreram, com o Exército, para o grande feito de armas do dia 12 de agosto (Peribebui).

Durante a parada do Batalhão em Itacurubi (dia 11 de outubro de 1869), obteve Conrado Bittencourt três meses de licença para ir à capital do Império. Foi aí que, já no fim da campanha, ele se afastou pela primeira vez do Batalhão de Engenheiros. Esse afastamento, porém, não é definitivo.

Em 30 de março de 1870 foi classificado como coronel efetivo e comandante do 3º Batalhão de Artilharia a Pé. No dia 24 de outubro foi novamente nomeado comandante do Batalhão de Engenheiros. No dia 31 de outubro voltava Conrado Bittencourt ao Batalhão que tanto já havia honrado e dignificado nos campos do Paraguai. Daí a grande emoção que transparece das palavras da sua Ordem do Dia n. 1, de 31 de outubro de 1870:

"Nomeado comandante interino do distinto Batalhão de Engenheiros, eu sinto hoje a mais viva satisfação em me reunir a tão bravos quanto leais e bons companheiros na campanha do Paraguai, onde tive a honra de o comandar, sem interrupção, desde a margem esquerda do Paraná, em 13 de abril de 1866, até 11 de outubro de 1869, em Itacurubi, nas Cordilheiras, em cujo lugar motivo muito imperioso para mim, me obrigou a separar-me d'êste Batalhão que o fazia o orgulho de minha posição de seu comandante, pois preferi sempre comandá-lo a aceitar mais subidos comandos a que me dava direito a minha graduação; porque a êsse benemérito Batalhão, tanto nas ocasiões de continuo e árduo trabalho de sua especialidade, onde iminente perigo nos acompanhava, passo a passo, como na hora das privações e dos perigos, nos imensos combates em que com êle me achei, nunca me foi preciso lembrar-lhe o cumprimento do seu dever, pois se conservava resignado, encorajado e sempre fiel ao Imperador e à Pátria".

No dia 6 de novembro de 1870 o Batalhão se transferiu para o seu quartel na Praia Vermelha, ainda sob o comando de Conrado Bittencourt.

Em 5 de julho de 1871, Conrado Bittencourt reverteu ao corpo de Estado-Maior de Artilharia, continuando no Comando do Batalhão de Engenheiros.

Em 14 de fevereiro de 1878 foi designado para servir, provisoriamente, no lugar de 2º Comandante da Escola Militar. Foi promovido ao posto de Brigadeiro em 5 de abril de 1879 e nomeado para inspecionar as forças estacionadas na província de S. Paulo e, logo depois, as fortalezas do porto do Rio de Janeiro e o 2º Regimento de Artilharia a Cavalo (19 e 22 de novembro).

Em 16 de maio de 1880 foi nomeado quartel-mestre general. Em 27 de setembro foi designado para, em comissão, sob a presidência do Marechal Conde d'Eu, elaborar um novo plano de organização do Exército, de acôrdo com os melhoramentos introduzidos nos Exércitos modernos.

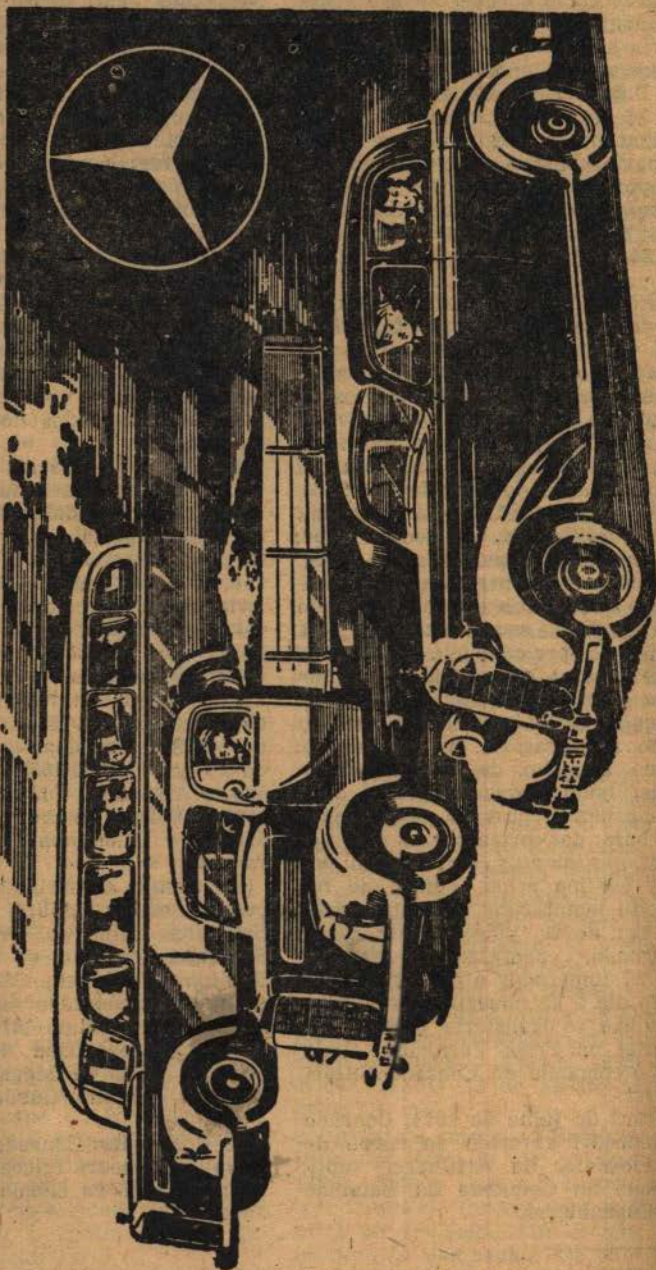
D. Pedro II agraciou os serviços de Conrado Bittencourt com a mercê de moço fidalgo em exercício na Casa Imperial, em 19 de junho de 1860. Recebeu êle o grau de cavaleiro da Ordem de S. Bento de Aviz em 13 de maio de 1862; o de cavaleiro da Ordem de Cristo em 21 de abril de 1864; o de cavaleiro e oficial da Ordem do Cruzeiro em 17 de agosto de 1866; o de oficial da Ordem da Rosa (13 de abril de 1867) e medalhas da campanha do Uruguai (1851-1852), das forças sob o comando do general João Propício Mena Barreto, do Mérito Militar e Campanha Geral do Paraguai.

Foi casado em primeiras núpcias com a senhora Paulina Zulmira de Saldanha, filha do Dr. Joaquim Saldanha Marinho e da Senhora Paulina de Saldanha Carvalho. Em segundas núpcias se casou com a senhora Leopoldina Alvares Huet de Magalhães, filha de José da Agonia Alves de Magalhães e de D. Ana Joaquim Guedes Huet de Magalhães.

O Brigadeiro Conrado Maria da Silva Bittencourt faleceu em 8 de maio de 1885 na cidade do Rio de Janeiro.

NOTA — Os dados foram coligidos, principalmente, da História da Arma de Engenharia e alguns documentos de arquivo do autor, além do excelente trabalho de nosso saudoso amigo e historiador Laurêncio Lago: "Os Generais do Exército Brasileiro".

MERCEDES-BENZ





O CÓDIGO DE JUSTIÇA MILITAR ARGENTINO

Tradução do General NISO DE VIANA
MONTEZUMA

III

CAPÍTULO VI

Comissário de Polícia das Forças

Art. 92. Em tempo de guerra, os comandante em chefe de exército em campanha, os chefes superiores de divisões, corpos ou unidades independentes das forças armadas, nomearão para os serviços de polícia das forças sob suas ordens, o número de comissários que julgarem convenientes.

Art. 93. Os comissários exercerão suas funções de acordo com os regulamentos militares e sem prejuízo das atribuições disciplinares dos chefes.

Art. 94. A ação policial dos comissários se estende à retaguarda, flancos e frente, em toda a extensão do terreno atribuído aos serviços de segurança das respectivas forças.

Art. 95. No desempenho de suas funções cada comissário será auxiliado pelo número de oficiais subalternos de que precisar, devendo estes atuar como secretários e ajudantes.

CAPÍTULO VII

Defensores

Art. 96. Todo acusado perante os tribunais militares deve indicar defensor.

Ao que não quiser ou não puder fazê-lo, será designado defensor de ofício pelo presidente do respectivo tribunal.

Art. 97. Perante os tribunais militares o defensor deverá ser sempre oficial, em serviço ativo ou inativo.

No caso dos oficiais inativos, a defesa será voluntária; porém os

que aceitarem o encargo ficarão sujeitos à disciplina militar em tudo que se relacionar com o desempenho de suas funções.

Art. 98. A defesa é ato de serviço que não poderá ser recusado por nenhum oficial em serviço ativo de graduação inferior à coronel ou seus equivalentes.

Art. 99. Nenhum defensor poderá ser patrono de mais de um acusado em cada processo. Não poderão ser defensores os oficiais que desempenharem cargos permanentes nos conselhos de guerra e juizados de instrução.

Art. 100. Ao defensor que não prestar a devida assistência à defesa de seu constituinte ou não cumprir com os deveres de seu cargo, poderá ser imposto, pelos respectivos conselhos, punição de repreensão ou de prisão até trinta dias, sem prejuízo de sua transferência.

TÍTULO V

ESCUSAS

Art. 101. A escusa do cargo de presidente ou de vogal de um conselho de guerra deve fundar-se em uma das seguintes razões:

1º) parentesco por consangüinidade dentro do quarto grau civil, ou do segundo por afinidade:

a) com qualquer dos processados;

b) com a pessoa ofendida ou diretamente prejudicada pelo delito;

c) com algum dos outros membros do mesmo tribunal ou com os que nele desempenharem funções de fiscal, auditor e secretário.

2º) houver feito a denúncia ou tido interferência no processo como perito, testemunha ou como juiz de instrução.

Não será considerado abrangido por este inciso o militar que se tiver limitado a dar a parte correspondente ao fato que houver dado origem ao processo;

3º) haver sido acusador particular ou defensor, em causa criminal de algum dos processados,

nos dois anos anteriores ao início da ação;

4º) haver sido denunciado ou acusado como autor, co-autor ou encobridor de um delito por algum dos processados praticados bem como pelo ofendido, anteriormente ao processo atual;

5º) ser amigo íntimo ou inimigo capital do acusado ou do ofendido;

6º) servir sob as ordens do acusado, quando este fôr submetido a processo em consequência de atos praticados no exercício de suas funções;

7º) fôr devedor, credor ou fiador do acusado ou do ofendido.

Art. 102. Os fiscais, auditores e secretários podem apoiar sua escusa nos motivos indicados no artigo precedentes.

Os juizes instrutores e os peritos nos mesmos motivos, com exceção do consignado na alínea c) do inciso 1º.

Art. 103. Razões exclusivas de escusa dos defensores:

1º) ser parte no processo como prejudicado ou testemunha;

2º) enfermidade devidamente justificada;

3º) inimizade capital com o processado;

4º) comissão especial e permanente de serviço, a menos que seja reduzido o número de oficiais disponíveis;

5º) haver tomado parte na formação do sumário no exercício de função policial, juiz de instrução ou secretário de um ou de outro.

Art. 104. A autoridade militar só poderá mandar dispensar um defensor quando urgente necessidade do serviço o reclamar.

Art. 105. Não poderão ser obrigados a desempenhar nenhum cargo judicial:

1º) os inativos;

2º) os que pertencem ao clero castrense;

3º) os inválidos;

Art. 106. Qualquer membro de um tribunal militar que se encontrar compreendido em alguma das respectivas razões de escusa deve-

rá dar conhecimento de sua situação, imediatamente, a quem de direito; e se o não fizer, o acusado, o fiscal ou o defensor poderão fazê-lo requerendo a respeito uma manifestação do elemento indicado a fim de se resolver se ele deverá ou não ser substituído.

CONTRA ESTA DECISÃO NAO HA RECURSOS

Art. 107. Os motivos de escusa dos vogais, fiscais, auditores, secretários e defensores, serão apreciados pelo presidente do tribunal; e do presidente, pelo respectivo conselho, nos permanentes e pela autoridade militar que o houver nomeado, nos conselhos de guerra especiais.

Os do juiz instrutor, pela autoridade militar que o houver designado; e as dos peritos pelo juiz instrutor ou pelo presidente do conselho conforme o caso.

TÍTULO VI

JURISDIÇÃO E COMPETENCIA DOS TRIBUNAIS MILITARES

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 108. A jurisdição militar compreende:

1º) os delitos e faltas essencialmente militares, considerando-se como tais todas as infrações que, por afetarem a existência da instituição militar, somente as leis militares prevêm e sancionam;

2º) os delitos e faltas que afetam diretamente o direito e os interesses do Estado ou dos indivíduos, quando forem cometidos por militares ou empregados militares em atos do serviço militar ou em lugares sujeitos exclusivamente à autoridade militar, tais como praças de guerra, teatros de operações, acampamentos, fortes, quartéis, arsenais, hospitais e demais estabelecimentos militares, ou durante os desembarques e permanência em território estrangeiro, quando não

haja sido julgados pelas autoridades do respectivo território;

3º) os delitos cometidos por indivíduos das forças armadas no desempenho de serviço determinado por superiores militares, por solicitação de autoridades civis ou em auxílio daquelas;

4º) os delitos cometidos por militares inativos ou por civis, nos casos especialmente determinados por este código ou por leis especiais;

5º) todos os demais casos de infração penal expressamente determinados por este código.

Art. 109. Estão sempre sujeitos à jurisdição militar:

1º) os alistados nas instituições armadas da Nação, qualquer que seja sua situação jurídica, com a limitação estabelecida no inciso 5º, sobre os elementos inativos;

2º) as pessoas obrigadas a prestar o serviço de defesa nacional, a partir do momento que forem convocadas;

3º) os alunos dos institutos e escolas militares da Nação, pelas infrações não previstas nos seus respectivos regulamentos;

4º) os sentenciados que terminarem o cumprimento da pena em estabelecimentos sujeitos à autoridade militar;

5º) os militares inativos:

a) quando vestirem uniforme, em todos os casos;

b) quando estiverem no desempenho de cargos normalmente atribuídos aos elementos em serviço ativo, em todos os casos;

c) quando incidirem nas infrações definidas pelos arts. 621 a 625; 626 a 628; 629, 632 a 637; 640, 642 a 649; 653 a 655; 656, 658, 659, 662, 665, 666; 670 a 672; 680, 682 a 685; 701, 703, 704, 726, 735, 757, 758, 761, 770, 771, incisos 1º e 2º, 820, 826, 827, 831, 837, 858 e 863;

d) nos casos das infrações definidas pelos arts. 667 e 674, os inativos só ficarão sujeitos à justiça militar quando nêles incidirem no cumprimento de obrigações impostas pelas leis ou pelos regu-

lamentos que lhes sejam especialmente aplicáveis;

e) nos casos especialmente previstos pelas leis orgânicas respectivas;

6º) os que fizerem parte das forças armadas da Nação como assemelhados ou nelas tenham equiparação militar;

7º) os civis, pelas infrações previstas nos arts. 786, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818 e 819.

As infrações previstas pelos artigos 647, 669, 671, 693, 727, 728, 820, 826 e 859, serão julgadas pelos tribunais comuns.

Art. 110. Em tempo de guerra a jurisdição militar é extensiva:

1º) aos empregados e operários sem distinção de sexo, que não sejam assemelhados nem tenham equiparação militar, quando prestarem serviços nos estabelecimentos militares ou dependências militarizadas, por qualquer delito ou falta cometida dentro deles ou relacionado com suas atividades;

2º) aos prisioneiros de guerra;

3º) aos vivandeiros, guias, cantineiros, serventes, comerciantes e demais pessoas que acompanharem as forças, pelos delitos ou faltas cometidos na zona compreendida dentro dos serviços de segurança.

Esta disposição também é aplicável às mulheres que exercerem alguma das referidas atividades;

4º) aos particulares ou pessoas estranhas às instituições armadas que nas zonas de operações ou zonas de guerra cometerem qualquer dos delitos previstos no tratado III deste código, ou qualquer ato que os bandos dos respectivos comandantes sancionarem.

Art. 111. Quando as tropas em operações se acharem em território inimigo, ficarão sujeitas à jurisdição dos tribunais todos os habitantes da zona ocupada que forem acusados pela prática de qualquer dos delitos ou faltas comuns, salvo se a autoridade militar dispuser que estes sejam julgados pelos tribunais comuns da zona ocupada.

Art. 112. Se estiverem em território estrangeiro, amigo ou neu-

tro, no que diz respeito à jurisdição e competência dos tribunais militares, serão observadas as regras que forem estipuladas nos tratados ou convenções com a potência a que pertencer o território considerado.

A falta de convenção, a jurisdição e competência dos tribunais para as próprias forças será a que estabelece o presente código.

CAPITULO II

Ordem das Competências

Art. 113. Quando uma pessoa sujeita à jurisdição militar cometer duas ou mais infrações penais que, por sua natureza e circunstâncias, devam ser, simultaneamente, conhecidas pelos tribunais militares e pelos ordinários, a prioridade do julgamento caberá aquele que tiver competência para apreciar o delito a que corresponder maior pena, encaminhando, logo depois, o acusado à outra jurisdição para o julgamento do ato que lhe corresponda.

Se às infrações puder corresponder a mesma pena, julgará primeiro o tribunal militar.

Art. 114. Se a prioridade couber aos tribunais ordinários, a preparação do processo militar prosseguirá até o fim, suspendendo-se, porém, o pronunciamiento da sentença para quando o processado fôr pôsto à disposição das autoridades militares para seu julgamento.

Quando o processo militar não puder ter andamento pelos motivos referidos ou quando o processado não puder cumprir a pena imposta pelos tribunais desta jurisdição por achar-se à disposição da justiça ordinária, ficarão interrompidos os termos da prescrição a que se referem os arts. 600 e 615 deste código.

Art. 115. Quando pelo lugar, pela natureza ou pelas condições da infração ou infrações, fôr exclusiva a jurisdição militar, a competência caberá ao conselho de guerra permanente que se tornar mais indicado para melhor eluci-

dar o fato ou atender aos interesses da disciplina.

TÍTULO VII

COMPETENCIA EM CASO DE CO-PARTICIPAÇÃO

Art. 116. Se um delito comum fôr cometido, ao mesmo tempo, por militares e por civis, serão todos julgados perante os tribunais ordinários, a menos que o fato haja sido praticado em atos de serviço ou em lugar sujeito exclusivamente à autoridade militar, caso em que, com as exceções desta lei, os militares serão julgados pelos tribunais militares e os civis pelos ordinários.

Art. 117. Quando um mesmo delito fôr cometido por militares de diversas graduações serão todos julgados pelo conselho que corresponder aos de maior graduação.

Art. 118. Quando o mesmo delito fôr cometido por pessoas sujeitas aos tribunais militares de diferentes instituições armadas serão, todos, processados e julgados pelos tribunais a que couber a jurisdição do lugar em que os fatos houverem sido praticados; pelos tribunais da marinha se o delito fôr cometido em embarcações do Estado ou dentro do recinto de portos militares, arsenais ou outros estabelecimentos marítimos; pelos tribunais da aeronáutica, se o forem em unidades aéreas, bases ou estabelecimentos e lugares pertencentes à referida jurisdição e pelos do exército se forem cometidos em qualquer outro lugar de jurisdição militar.

Art. 119. Todos aqueles que estiverem envolvidos em infrações penais da jurisdição dos tribunais militares, ficarão sujeitos à competência dos mesmos nos seguintes casos:

1º) quando pertencerem às instituições armadas, ainda que em razão do local do fato ou por não achar-se em atos de serviço, não estivessem sujeitos à jurisdição militar no momento do delito;

2º) quando o delito fôr perpetrado nas forças armadas, estando em país estrangeiro;

3º) quando fôr cometido em território argentino, frente ao inimigo.

TÍTULO VIII

COMPETENCIA EXECUTIVA

Art. 120. Cabe, em qualquer tempo, ao presidente da Nação e aos militares a que ele delegar tais atribuições, a aplicação das sanções disciplinares previstas no tratado III deste código, de acordo com as suas disposições, e as constantes dos regulamentos.

TÍTULO IX

COMPETENCIA EM TEMPO DE PAZ

CAPÍTULO I

Conselhos de Guerra Permanentes

Art. 121. Cabe aos conselhos de guerra o julgamento de todos os delitos que o tratado III deste código qualifica e sanciona bem como a repreensão das faltas, quando couber, pela qualificação dos fatos provados ou quando o indivíduo fôr acusado, simultaneamente, por delitos e faltas.

CAPÍTULO II

Conselho Supremo das Forças Armadas

Art. 122. Cabe ao Conselho Supremo:

1º) julgar, sem única instância, os oficiais superiores ou seus equivalentes das instituições armadas;

2º) julgar, em única instância, pelas infrações que forem cometidas no desempenho de seus cargos;

a) os vogais togados do Conselho Supremo;

b) os membros dos conselhos de guerra;

c) os funcionários diplomados da justiça militar;

3º) conhecer os processos julgados pelos conselhos de guerra,

nos casos e da forma estabelecidos no tratado II dêste código ;

4º) decidir as questões de competência entre os tribunais militares ;

5º) resolver os conflitos de atribuições entre os funcionários da justiça militar ;

6º) servir de assessor dos ministérios militares nas questões relativas à execução das leis da justiça militar ;

7º) conhecer os recursos de revisão, nos casos e na forma estabelecidos no tratado II dêste código ;

8º) informar nos casos de indulto ou comutação, quando se tratar de condenados por sentença de conselhos de guerra ;

9º) baixar os regulamentos internos de suas repartições e os dos conselhos de guerra permanentes ;

10º) prestar aos ministérios militares as informações que forem solicitadas ou as que ao tribunal parecerem convenientes sobre o funcionamento dos conselhos de guerra ;

11º) conhecer e intervir em todos os demais assuntos expressamente referidos neste código.

TÍTULO X

COMPETÊNCIA EM TEMPO DE GUERRA

CAPÍTULO I

Conselhos de Guerra Especiais

Art. 123. Cabe aos conselhos de guerra das forças armadas em operações o julgamento das mesmas infrações que julgam os conselhos de guerra permanentes e o daquêles que os bandos previrem e reprimirem.

CAPÍTULO II

Comandante em Chefe

Art. 124. Aos comandantes em chefe de forças militares em operações e aos comandantes superiores de forças independentes cabem, no que diz respeito às forças sob suas ordens, as atribuições disci-

plinares conferidas ao presidente da Nação.

Cabe-lhes, igualmente, o exercício das faculdades relativas à execução das sentenças.

Art. 125. Os comandantes em chefe das forças militares em campanha têm autoridade para fazer promulgar os bandos que lhes parecerem convenientes para a segurança e disciplina das tropas, e a êstes bandos ficarão sujeitos todos aquêles que acompanharem as forças militares, sem exceção de classe, estado, condição ou sexo.

Art. 126. Cabe aos comandantes em chefe das forças militares exercer tôda a competência que pela presente lei se confere ao conselho supremo no que se refere aos processados julgados em conselhos de guerra.

CAPÍTULO III

Governadores Militares

Art. 127. Aos governadores das praças fortes, portos militares, lugares fortificados, assim como aos comandantes de embarcações, aeronaves ou destacamentos isolados ou incomunicáveis, correspondem as mesmas atribuições disciplinares e competência dos comandantes em chefe.

Art. 128. As pessoas referidas no artigo anterior terão pleno exercício da jurisdição nos casos do art. 41, § 2º, dêste código.

CAPÍTULO IV

Comissários de Polícia das Forças Armadas

Art. 129. Os comissários de polícia das forças armadas têm jurisdição :

1º) sobre os guias, vivandeiros, cantineiros, comerciantes, serventes, de qualquer sexo, e qualquer outra pessoa que acompanhar as forças ou faça parte de sua comitiva ;

2º) sobre os vagabundos e desconhecidos que se encontrarem dentro da zona sujeita à sua jurisdição.

Art. 130. Com relação às pessoas mencionadas no artigo precedente, os comissários de polícia tomarão conhecimento :

1º) das infrações das leis e regulamentos de polícia, sem prejuízo da competência executiva dos chefes ;

2º) das reclamações por danos e prejuízos resultantes das infrações sujeitas à sua jurisdição e competência, quando não excederem do valor de quinhentos pesos da moeda nacional.

CAPITULO V

Bandos

Art. 131. Durante o estado de guerra, nas zonas de operações e zonas de guerra, poderão ser baixados bandos destinados a prover a segurança das tropas e do material, o melhor êxito das operações e a estabelecer a polícia nas referidas zonas.

Art. 132. Os bandos poderão ser promulgados :

1º) pelos governadores militares e pelos comandantes superiores destacados nas zonas de operações e de guerra ;

2º) pelos comandantes de destacamentos, corpos ou unidades do exército, da marinha e da aeronáutica, quando atuarem independentemente ou se acharem incomunicáveis.

Art. 133. A mesma atribuição terá a autoridade militar em caso de perturbação da ordem, quando, por haverem sido subjugadas as autoridades constituídas, fôr obrigada a assumir a chefia ou o governo do lugar a fim de manter a ordem pública e impedir o saque, o esturpo, o incêndio ou outros estragos. Esta faculdade só poderá ser usada depois de se haver certificado que as autoridades foram, realmente, dominados e até que sejam restabelecidas.

Art. 134. Os bandos obrigam com força de lei a todas as pessoas que se encontrarem nas zonas por eles fixadas, sem exceção de nacionalidade, classe, estado, condição ou sexo.

Art. 135. Os bandos serão publicados em ordem do dia, para conhecimento das tropas, nos jornais e em editais que serão fixados nos lugares públicos, quando previrem delitos ou faltas cometidas por civis.

Os bandos não poderão impor outras penas que não sejam as estabelecidas neste código ou no código penal.

Art. 136. Os bandos entrarão em vigor a partir da data que neles se estabelecer ; se, porém, não fôr estabelecida, vigorarão desde sua publicação.

Baixado um bando, a autoridade que o promulgar dêle dará conhecimento à superior na primeira oportunidade.

A responsabilidade das autoridades militares pelos bandos que promulgarem ou dos encarregados de sua execução pelos excessos que praticarem só se tornará efetiva pelos tribunais militares.

Art. 137. Quando os bandos impuserem a pena de morte com o fim de reprimir o saque, o esturpo, o incêndio ou outros estragos, será permitido o uso das armas quando o culpado, surpreendido em flagrante, não se entregar à primeira intimação ou sacar arma contra a autoridade.

Art. 138. O processo para aplicação dos bandos será verbal e registrado em ata, salvo no caso previsto no artigo precedente. O referido processo será sumário sem, entretanto, restringir o direito de defesa além do razoável, por parte do acusado.

Art. 139. As decisões que impuserem pena por delito, admitirão recurso por infração do bando ou de nulidade para a autoridade militar superior que estiver no exercício de comando direto na zona. Essa autoridade, depois de ouvir o auditor que junto a ela funcionar ou do que tiver sido designado na forma do art. 70, decidirá em definitivo, determinando, em caso de confirmação da sentença, que ela seja executada.

(Continua)

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
Meu Diário de Guerra na Itália — Newton Braga	30,00
Noções de Eletricidade — Cap. José Maria de Oliveira.....	30,00
Noções Elementares do Tráfego — Cel. Olímpio Mourão Filho.....	10,00
Noções de Topografia de Campanha — Gen. Lauro Paes de Andrade.....	12,00
Narrativas Auto Biográficas. Como Fui Tenente — Vol. I — Gen. Klinger.....	30,00
Narrativas Auto Biográficas. 360 Léguas de Campanha — Vol. IV — Gen. Klinger...	30,00
Narrativas Auto Biográficas. O Cel. — Vol. V — Gen. Bertoldo Klinger.....	30,00
Narrativas Auto Biográficas. Tempo de Major — Vol. III — Gen. Bertoldo Klinger.....	30,00
Narrativas Auto Biográficas. Um ano de Comando em M. Grosso — Gen. B. Klinger	30,00
Ortografia Simplificada. Opúsculo n. I — Gen. Bertoldo Klinger.....	25,00
Ortografia Simplificada. Opúsculo n. II — Gen. B. Klinger.....	25,00
Ortografia Simplificada. Opúsculo n. III — Gen. B. Klinger.....	25,00
Ortografia Simplificada. Opúsculo n. IV — Gen. B. Klinger.....	25,00
Ortografia Simplificada. Opúsculo n. V — Gen. B. Klinger.....	25,00



Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

SÃO CÂNDIDO

Intendente da Legião Tebana, martir (+ 286)
Padroeiro do Serviço de Intendência

Pelo Gen. SILVEIRA DE MELLO

Não conhecemos da vida de São Cândido senão esta notável particularidade: pertencia à Legião Tebana — viveiro de soldados cristãos — e, com estes, suportou o martírio coletivo.

São Maurício, comandante da Legião, tinha dois auxiliares imediatos, Santo Exupério, subcomandante, e São Cândido, intendente da Legião. Ambos desempenharam papel proeminente ao lado do grande chefe. Fôra mister seleccionar a tropa, legionário por legionário, para dar-lhe estrutura integralmente cristã e valor combativo acima do comum.

Tropa de escol, como a Legião Tebana, não havia outra em todo o Império. Foi por isso que Maximiano mandou trazê-la do Egito, para o fim de reprimir uma insurreiçao que estalara nas Gálias. A fé e a confiança que os legionários depositavam nos chefes era ilimitada. Repousavam no ascendente moral e paternal que os subordinados reconheciam nos superiores. E os chefes contavam em absoluto com a fidelidade e aprêço dos legionários, porque estes afinavam com eles nos sentimentos do dever e da fé, como um só coração e uma só alma.

Há que exaltar a capacidade e o valor moral dos cooperadores. Exupério, subcomandante da Legião, exercia funções que correspondem hoje às de chefe de Estado-Maior das grandes Unidades. Todas as cogitações e providências de ordem militar lhe deviam estar presentes para pô-las a cada instante à consideração do comandante, quando

estes houvesse de decidir. Cândido, intendente, era o provedor geral das tropas. Quanto labor e engenho de espírito para prever e prover todo o necessário à manutenção do pessoal, quanta solicitude para tê-lo bem nutrido, fardado, equipado. Num tempo em que os exércitos viviam, em grande parte, de requisições locais e até do saque, quanta vigilância e agilidade para não deixar preteridos os seus ou em falta, lado a lado às mais unidades. Quanta lisura e prudência no uso das requisições para afastar abusos e sonegações.

São Cândido foi certamente o modelo dos intendentes, porque fazia conscienciosamente o seu officio, como obra de santificação. Além disso, conhecia elle muito bem a psicologia dos exércitos: soldado alimentado, pago em dia, suprido de fardamento e agasalho, é o mais pronto para obedecer, mais apto para arrostar as fadigas e inclemências do tempo, mais duro e tenaz no combate. Quanta vigilância e zelo pelos dinheiros da corporação, quanta parcimônia e probidade no seu emprêgo. Feliz o chefe que tem auxiliares d'este quilate. Fala-se muito da improbidade de gestores de fundos públicos, mas cala-se da desídia e incorrecção que aviltam as mais funções da carreira das armas e da administração pública. Esquecem, de ordinário, que os negligentes e falhosos nos deveres da função ou do posto, quaisquer que sejam, são também desonestos a seu modo, porque malbaratam o tempo e o esforço que devem ao serviço público.

Por pouco que se conheça de São Cândido, sabe-se o bastante de sua correção e lisura para fazer dêle o Padroeiro dos Intendentes. Os serviços de subsistência e de fundos de sua unidade eram cuidados com acêrto, pontualidade, exatidão e austeridade, como negócio de consciência. Em louvor dêle e dos que o imitam é que Jesus disse acêrca do servo vigilante que nunca se achou em falta: "Eis o dispensado fiel e prudente em quem o

Senhor confiará a administração de todos os seus bens".

Na magnífica basílica de S. Maurício, em Agâunia, existe um artístico busto de prata dourada que guarda as relíquias de S. Cândido.

A festa dêste insigne soldado-mártir é realizada em comum com a de S. Maurício e de seus companheiros da Legião Tebana, a 22 de setembro.

(De "Os Santos Militares", que acaba de ser pôsto a venda pela editora MAGISTER.)

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA

Laminados — Trefilados — Tubos galvanizados

USINAS: SABARÁ E JOÃO MONLEVADE



Escritório central de vendas:

AV. NILO PEÇANHA, 26 — 4º AND. — TEL. 22-1970

RIO DE JANEIRO

SALVE, EXÉRCITO DE CAXIAS!

P. J. BUSATO (Capelão Militar)

Notícias militares publicadas em jornais de todos os quadrantes do Brasil, noticiários das nossas estações de rádio, inclusive a "Voz do Brasil", nos deram conta de que o Exército vai restaurar a antiga igreja de N^a. S^a., de Copacabana. Maria Eugênia Celso, num seu "Coquetel", do "Jornal do Brasil", nos descreve com brilho o que foi aquela igreja. "A igreja era simples — escreve ela — e um pouco rude, com um vago cheiro de maresia misturado ao incenso ritual.

Aos domingos, tôda uma multidão, a população do bairro ainda meio agreste de Copacabana, subia a encosta abruta para a missa paroquial... No seu singelo altar, a pequena imagem tri-secular de Nossa Senhora de Copacabana sorria compassivamente aos seus fiéis: um mundo humilde e crente de pescadores, cujos barcos se balouçavam na enseada mais abrigada dos rochedos da ermida... Era a gratidão dos filhos do mar, pescadores ou marinheiros, pelos milagres da Mãe do Céu, velando por eles na hora tormentosa dos temporais..."

Coube agora aos oficiais católicos da 1^a Divisão de Artilharia de Costa, com o alto apoio do General Osvino Ferreira Alves, ex-comandante da 3^a DI, de Santa Maria, restituir a pequena estátua de Nossa Senhora ao culto daquela zona militar.

A transladação da imagem foi realizada no dia 7 de setembro, véspera da festa de Nossa Senhora Imaculada Conceição e início do pequeno Ano Santo, ou Ano Ma-

riano, decretado pelo Sumo Pontífice. Numa magnífica procissão noturna, grande massa popular formou nessa magnífica parada de fé. A comissão de honra dos festejos esteve constituída pelas seguintes altas patentes militares: Generais Zenóbio da Costa, Souza Dantas, Alcides Etchegoyen, Osvino Ferreira Alves e Adalberto Rodrigues de Albuquerque. Entre cânticos e hinos sacros a imagem foi levada até o local da futura igreja, onde foi recebida com salvas de artilharia. Precisamente a meia noite foi celebrada missa campal, com a presença de grande multidão de devotos. Aseguir, o Sr. Silvério Seglia, diretor da "Osa", entregou a imagem ao General Osvino Ferreira Alves, a fim de que a mesma ficasse sob a custódia do Exército. O General, em brilhante improviso, agradeceu a entrega, frisando a importância da religião na formação do militar, exortando todos os presentes a orar contritivamente pelo bem-estar do povo e grandeza da Pátria.

O lançamento da pedra fundamental da igreja foi procedido com a presença do General Juarez Távora e Brigadeiro Eduardo Gomes.

Assim, graças à boa vontade do Exército, Nossa Senhora de Copacabana volta triunfante ao seu antigo santuário junto ao Forte que tem o seu nome.

Conforme relato de pessoas que assistiram a solenidade, muita gente se comoveu até às lágrimas. Ver aquela multidão a orar com fé, devoção e contrição, sem distinção de classes sociais, onde figuravam mi-

litares de alta patente, praças, comerciantes, deputados, senadores, humildes pescadores e operários era um quadro enternecedor!

Velhinhas que desfiavam as contas dos seus rosários, jovens, adultos e velhos que entoavam lindos cânticos, crianças, donzelas que mormuravam preces contínuas, tudo fazia realçar aquêlo momento solene.

E Nossa Senhora de Copacabana não deixará de abençoar o Exér-

cito Brasileiro, o seu povo, a sua gente.

Se Caxias estivesse presente também procederia assim, pois sua vida está pontilhada de exemplos magníficos em torno do seu desvelo pelos templos necessitados. Aí estão as igrejas de S. Francisco Xavier e Santa Cruz dos Militares, nas quais o grande soldado brasileiro empregou o melhor dos seus esforços, para comprovar o nosso aserto.

PROBLEMAS DO BRASIL

DO

Coronel ADALARDO FIALHO

(Prêmio "Carlos de Laet" da Academia Brasileira de Letras)

2ª Edição

- Encontra-se à venda, na Redação desta Revista e na Secção de Venda de Livros e Manuais Militares do Ministério da Guerra, os últimos exemplares desta limitada edição.

- Trata-se de uma coletânea de assuntos de cultura geral, focalizando problemas palpitantes e de interesse permanente do Brasil.

- Incluído na bibliografia do Concurso para a Escola de Estado-Maior.

PREÇO: CR\$ 30,00

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência do Correio do Ministério da Guerra

Rio de Janeiro

NOTÍCIAS DIVERSAS

● Aumentar a produção de aço

Com os novos recursos de financiamento que está em vias de receber, a Cia. Siderúrgica Nacional poderá agora afirmar que vai cumprir o "Plano do Milhão", ou seja, de elevar a sua capacidade produtora até entregar, anualmente, ao mercado um milhão de toneladas de aço em lingotes. A produção atual é de ordem de 680 mil toneladas. Depois de 1952 houve já um aumento de nada menos de 230.000 t.

Procedeu-se no ano passado a numerosas obras de construção e montagem de equipamento, enquadradas no plano de expansão, que exigiram um incremento nas inversões de capital, na sua primeira fase, terminada agora, de 1 bilhão de cruzeiros e para atingir a meta máxima, outro tanto. O investimento global elevar-se-á, assim a 6.176 milhões de cruzeiros. Tendo em consideração o aumento de produtividade, que dêse modo será possível obter, os grandes altos fornos de Volta Redonda estarão produzindo, dentro em breve, com uma baixa de custo que se poderá avaliar em quase 25 %.

Não é tarefa fácil determinar em que níveis estará a procura de laminados e ferro gusa, em nosso país, nos próximos anos. Mas pelas estimativas a que se lançou a Siderúrgica Nacional, feitas com base no atual consumo "per capita" e no crescimento da população, durante o último período intercensitário, é provável se atinja às 1.715 mil toneladas de laminados, em 1955, e 1931 mil em 1960, correspondendo isso a cerca de 2.300 e 2.580 mil toneladas anuais de aço em lingotes.

Aceita esta previsão e analisando-se os projetos de ampliação da indústria nacional, teremos de concluir que êstes ainda são insuficientes para atender a tal consumo. O "deficit" parecerá ainda maior se atentarmos em possíveis substituições da importação do estrangeiro, que é de crer se hão-de processar nos próximos anos. O cálculo da Siderúrgica, ademais, é um mínimo, pôsto que não leva em consideração o fato de ser muito baixo o consumo "per capita" de aço no Brasil, em relação a outros países sub-desenvolvidos.

Os projetos conhecidos e de realização mais aceitável, acêrca do aumento e instalação de unidades produtoras, prevêm que em 1960 nosso país estará produzindo 2,1 milhões de toneladas de aço em lingotes, incluída na previsão, os efeitos do chamado "plano do milhão", bem como os planos de expansão da Manesmann, Acesita, Mineração Geral do Brasil, Ferro e Aço de Vitória, Metalúrgica Sabará e Usina de Cubatão. Excluíram-se prováveis efeitos dos planos da Belgo-Mineira e de outras usinas menores, das quais se desconhecem detalhes quanto a futuros investimentos.

É necessário encarar, pois, a contingência de se ter de ampliar ainda mais a capacidade produtora em setor de tanta importância, como é o de aço, ponto de partida para uma infinidade de indústrias. Mas para alcançar êsse objetivo de interesse verdadeiramente nacional, urge proporcionar um suprimento abundante de energia elétrica, carvão e óleos combustíveis. O carvão exigirá, talvez, um aumento das importações; a maior procura de

energia elétrica e óleo combustível poderá ser inteiramente resolvida com as potencialidades naturais do país, desde que haja meios de investimentos para as explorar e uma administração à altura de poder realizar tais inversões.

Para elevar a produção de aço, entre 1950 e 1952, foi preciso consumir mais 106.800 toneladas de cavão vegetal e mais cerca de 30.000 toneladas de carvão mineral, 15.000 toneladas de óleo combustível, 7.500 toneladas de coque e 102,9 milhões de kw/h de energia elétrica.

(Da Imprensa)

● Contratos para o fornecimento de petróleo bruto à Refinaria de Cubatão

O Coronel Juraci Magalhães levou ao conhecimento do Presidente Getúlio Vargas haver a Petrobrás firmado contratos de fornecimento de 30 mil a 15 mil barris diários de petróleo bruto, destinados à Refinaria de Cubatão, com as firmas "Esso Export Corporation" e "California Transport Corporation", respectivamente. O valor global dos dois contratos sobe a duzentos milhões de dólares — a transação de maior vulto que já se realizou em nosso país — proporcionando uma economia direta, em divisas, de setenta e cinco milhões de dólares, durante os cinco anos do seu período de duração.

Esperam os dirigentes da Petrobrás concluir as obras de Cubatão até o fim do corrente ano; de modo a que tenha início o fornecimento dos 45 mil barris diários de petróleo bruto — capacidade total da Refinaria — ainda no primeiro trimestre de 1955.

As firmas Esso e California classificaram-se em primeiro e segundo lugares, respectivamente, na concorrência pública organizada pelo Conselho Nacional de Petróleo, à qual compareceram nove conrrentes, classificação que foi homologada pela Diretoria Executiva da

Petrobrás, em uma de suas últimas reuniões.

(Da Imprensa)

● A barragem de Paulo Afonso

O Gen. Carlos Berenhauer Jr., Diretor da Cia. Hidrelétrica de São Francisco, comunicou à Comissão de Desenvolvimento Industrial, haver sido concluído o enrocamento para o desvio das águas do Rio S. Francisco, de tal forma que já pode ser completada a barragem no braço principal daquela vertente, obra de engenharia considerada extremamente difícil, mas que foi vencida pela valorosa equipe de engenheiros brasileiros, orientada pelo engenheiro Otávio Marcondes Ferraz. No mês corrente, o reservatório que armazenará a água destinada a impulsionar a usina hidrelétrica de Paulo Afonso já estará cheia.

(Da Imprensa)

● Pagamento da última prestação do contrato de empréstimo e arrendamento

"Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que em cerimônia realizada no Departamento de Estado entreguei, de conformidade com as instruções do Ministro Oswaldo Aranha, ao Embaixador João Carlos Muniz, que por sua vez passou às mãos do Secretário de Estado Foster Dulles, o cheque de cinco milhões de dólares emitido pela Delegacia do Tesouro Nacional no Exterior para pagamento da última prestação dos contratos de empréstimo e arrendamento. As obrigações assumidas pelo Governo nos Acordos assinados em 15 de abril de 1948 e 1 de abril de 1950, com o Governo americano, foram satisfeitas em sete anos, nos termos dos aludidos Acordos. Congratulando-me com V. Excia. pelo acontecimento, apresento respeitosa saudações — Mário Câmara".

(Da Imprensa)

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firms :

NEVES & CIA. LTDA. — Armadores — Enderêço telegráfico: "NEVESCO" — Rua Braz Cubas, 17 — Telefone 2-6235 — Santos — Cuters: Flamengo e Itamaraty — Agentes em: Paranaguá, Antonina, São Francisco, Joinville, Angra dos Reis e Rio de Janeiro.

CASA BANCÁRIA FAPO & CIA. — Tôdas as operações bancárias e de câmbio — Sede: Rua 15 de Novembro, 80 — Telegramas "FARO" — Caixa Postal, 558 — Telefones 3218, 7696 e 7531 — Filial: Rua 15 de Novembro, 206 (Esq. Augusto Severo) — Telefones 2832 e 2021 — Santos.

CASA HESPERIA LIMITADA — Bar, Secção de Frios e Confeitaria — Telefone 2-3433 — Restaurante e Salão de Chá — Telefone 2-7610 — Praça Ruy Barbosa, 22-24 — Telegramas: "CONDOR" — Telefone 2-3433 — Santos

COMPANHIA FARMACÊUTICA BRASILEIRA — Vicente Amato Sobrinho — Matriz: São Paulo — Filial: Rua Senador Dantas n. 48 — Rio de Janeiro — Telefones 42-0335, 42-1316.

GIACOMO LOLATA & CIA. — Cx. Postal n. 397 — Londrina — Paraná.

JOSÉ PENTERICHE & FILHO — Cx. Postal n. 596 — Londrina — Paraná.

COMERCIAL CURADO LTDA. — Rua Marechal Deodoro n. 771 — Londrina — Paraná.

MANUEL BATISTA CAVALCANTI — Astorga — Norte do Paraná.

CARLOS SECO & CIA. LTDA. — Av. S. Paulo n. 1240 — Londrina — Paraná.

GORO OHYA — Rua Benjamin Constant, 673 — Londrina — Paraná.

IRMAOS FUGANTE S.A. — Cx. Postal n. 119 — Londrina — Paraná.

AMERICO SATO — Rua Sergipe n. 410 — Londrina — Paraná.

LIVRARIA LONDRINA — Rua Sergipe n. 406 — Londrina — Paraná.

LUIZ ZAMBRIM — Cx. Postal n. 299 — Granja do Silêncio — Londrina — Paraná.

ANGELO FILÓCO — Rua Rio Branco n. 725 — Londrina — Paraná.

VIRGILIO JORGE — Rua Minas Gerais n. 1326 — Londrina — Paraná.

JOAO CORTEZ CAPEL — Rua Ceará n. 55 — Caixa Postal, 261 — Londrina — Paraná.

EMPRESA MARITIMA E COMERCIAL LTDA. — Joinville — Estado de Sta. Catarina.

HOTEL CENTRAL — Julio Radwanski — Joinville — Sta. Catarina.

IRMAOS AMIN — Rua Duarte Schutel n. 7 — Florianópolis — Estado de Santa Catarina.

INDÚSTRIAS J. BETTEGA & CIA. S.A. — Curitiba — Paraná.

SILVESTRE SOUZA & CIA. LTDA. — Avenida Vicente Machado, 18 — Curitiba — Paraná.

- CONSTRUTORA O. H. C. LTDA.** — Avenida Vicente Machado, 8 — Curitiba — Paraná.
- JOSÉ LEPROVEST** — Curitiba — Paraná.
- TRANSPARANÁ S. A.** — Londrina — Paraná.
- VIEIRA S. A.** — Rua Tupi, 68 — Cx. Postal, 764 — Londrina — Paraná.
- SERRARIA CUROTTO LTDA.** — Rua Paraná n. 180 — Cx. Postal, 180 — Londrina — Paraná.
- GARCIA & GARCIA LTDA.** — Cx. Postal, 246 — Londrina — Paraná.
- IMOBILIÁRIA NURECTAMA** — Ed. Minerva, s/207/207-A — Londrina — Paraná.
- GIHEI OTANI** — Rua Quintino Bocaiuva — Londrina — Paraná.
- MORAIS & CANEZIN** — Rua dos Expedicionários — Cx. Postal, 173 — Londrina — Paraná.
- JOSÉ BONIFACIO & CIA. LTDA.** — Caixa Postal, 173 — Rua Benjamin Constant n. 613/15 — Londrina — Paraná.
- IRMAOS LOPES & CIA.** — Rua Mato Grosso, 745 — Londrina — Paraná.
- JOSÉ LUIZ MOURA** — Londrina — Paraná.
- CARLOS DE ALMEIDA** — Rua Ceará n. 397 — Caixa Postal, 302 — Londrina — Paraná.
- IMOBILIÁRIA IPIRANGA** — Av. Ipiranga n. 795 — Cx. Postal n. 5174 — Londrina — Paraná.
- G. LUNARDELLI S. A.** — Caixa Postal n. 61 — Londrina — Paraná.
- AUGUSTO CANESSIN** — Londrina — Paraná.
- SYLVESTRE SAMPIERI** — Rua Mato Grosso n. 765 — Londrina — Paraná.
- T. MATOSIMA** — Rua Sergipe n. 407 — Londrina — Paraná.
- ESTABELECIMENTO GRÁFICO, BOEHMA & CIA. LTDA.** — Rua Visconde de Taunay n. 93/109 — Teleg. Boehm — Caixa Postal, 41 — Joinville — Estado de Santa Catarina.
- EXPRESSO JOINVILLE LTDA.** — Rua Abdon Batista n. 342 — Joinville — Rua Sacadura Cabral n. 197 — Rio de Janeiro.
- GERMANO STEIN S. A., COMÉRCIO E INDÚSTRIA** — Rua Cruzeiro n. 35 — Caixa Postal n. 52 — Joinville — Rua da Quitanda n. 163 — Rio de Janeiro — Tel. 43-67-40.
- IRMAOS AMIN** — Rua Duarte Schutel, 11 — Caixa Postal, 117 — Florianópolis — Santa Catarina.
- ALFAIATARIA COLUMBIA** — Aceita-se cortes à feitiço — Rua Miguel de Frias, 48 — Tel. 28-2741 — Ponte dos Marinheiros — Rio de Janeiro.
- ALBERTO GUEDES DA SILVA** — Fábrica de pratarias — Artefatos de jacarandá com aplicações em prata — Rua Professora Ester de Melo, 78 — Benfica — Tel. 48-3156 — End. Teleg. "Praguedes" — Rio — Patente de Registro 108.446 — Importação — Exportação.
- CASA SANTO ANTONIO** — Cardoso, Matos & Cia. Ltda. — Rua Dr. Oliveira Botelho, 1700 — Tel. 5961 (Em frente à Estação da Maricá) — Neves — São Gonçalo — E. do Rio — Filial: Rua Conceição 183 — Niterói — Estado do Rio.



Noticiário de Interêsse Militar

Viaturas sem rodas

Está sendo experimentado um novo tipo de viatura, destinada a aumentar a mobilidade em terrenos difíceis. O novo veículo, que é conhecido como *Rolligon*, move-se sobre balões pneumáticos, ao invés de rodas, e foi projetado para o transporte de carga com o mínimo atrito possível, sobre terrenos em que as viaturas sobre rodas ou lagartas não tiveram sucesso.

Seu princípio básico de locomoção é um balão pneumático de baixa pressão, impulsionado por uma série de cilindros propulsores, colocados na sua parte superior. Sendo muito leve, o balão pneumático evita a necessidade de aplicar-se a força a um eixo central, como nas rotas comuns. Foi construído um artifício especial de transmissão de força, empregando-se uma série de cilindros cobertos de borracha, que repousam sobre os balões, conformando-se a sua superfície em arco.

Durante as provas, blocos de concreto, toros de madeira, vidro quebrado e fragmentos de ferro não provocaram qualquer dano apreciável nos balões. Terreno pantanoso, lamacento, água pouco profunda e solo agreste não conseguem deter a viatura. A neve fôfa também não causa sérias dificuldades ao *Rolligon*. Está sendo submetido a provas pelos serviços de Material Bélico e Trnp.

(Do *Military Review*)

O novo fuzil internacional

Depois de três anos de discussões, estudos, investigações e experiências, decidiu-se, afinal, que o fuzil belga "FN-280", do qual damos aqui um desenho, passe a ser o regulamentar nos países da N.A.T.O. (Organização dos países do Atlântico Norte) que compreende os Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Islândia, Dinamarca, Noruega, Itália, Portugal, Grécia, Turquia e Luxemburgo.

O "FN-280" será, portanto, o fuzil do Exército europeu ocidental. Trata-se de uma arma totalmente automática e cujas características são :

- Calibre : 7,62 mm ;
- Pêso : 4,176 kg ;
- Carregador para 20 cartuchos, embora possa utilizar pentes de 5 cartuchos, também ;



- Pode disparar 60 cartuchos sem variar a pontaria ;
- Alça óptica ;
- Perfura blindagens até 1.000 metros de distância ;
- Cadência de tiro teórica : 650 a 700 disparos por minuto.

Poderosos projetores

Poderosos projetores, capazes de vencer quaisquer condições atmosféricas, permitindo a aterrissagem segura dos aviões, sob as condições mais desfavoráveis, ampliarão a segurança de voo.

O sistema de iluminação recentemente inventado, que é visto pelos pilotos a uma distância de 160 km, emprega lâmpadas de 500 watts, que emitem uma luz milhares de vezes mais intensa que os faróis de um automóvel.

(Do Military Review)

Pequeno motor a jato

Encontra-se em produção um pequeno motor a jato para helicópteros, do tamanho de um motor de automóvel, porém 8 vezes mais potente do que este. Recebeu a denominação de XT-58, consome combustível mais barato, gasta menos óleo e é mais fácil de ser instalado e refrigerado. Proporciona, também, um voo sem vibrações e ruídos.

(Do Military Review)

Fôrças Armadas

Segundo informações do Ministério da Defesa Britânico, desde 1951 o efetivo conjunto das Fôrças Armadas da URSS foi aumentado de 150 000 homens — perfazendo num efetivo total de 4 750 000. Esse aumento é devido, principalmente, à ampliação da Marinha. No mesmo período, os países satélites aumentaram, também, seus efetivos de 120 000 homens, possuindo atualmente um total de 1 190 000. Informa-se que a China mantém mais de 4 milhões de homens em suas Fôrças Armadas e mais de 6 a 10 milhões em suas milícias.

(Do Military Review)

Os russos e a bomba atômica

Faz algum tempo que as grandes potências ocidentais estão seguras de que os russos possuem a bomba atômica.

Contudo, não se divulgou, sem que se saiba porque, as razões desta segurança que se deve ao seguinte fato: quando se faz explodir uma bomba atômica, esta lança uma verdadeira tempestade de pó radioativo, que os ventos levam ao redor do mundo e que chega a dar, algumas vezes, até 2 ou 3 voltas.

A radiação que cai sobre o nosso globo é, desde logo, mais intensa na zona de explosão da bomba; porém, em circunstâncias especiais, pode apreciar-se devidamente inclusive até a uma distância de cerca de 4.000 km. Esta radiação pode ser descoberta por vários modos e, devido a isso, tem-se podido saber que os russos realizaram já a explosão de várias bombas atômicas, pelo que se diz que ela é "ouvida" em todo o mundo.

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
Estudo dos Morteiros — Ten. Gustavo Lisboa Braga	5,00
Fichário dos Instrutores de Ed. Física — Cel. Jair J. Ramos	30,00
Formulário do Contador — Cap. José Sales....	5,00
História Militar do Brasil no Reg. Colonial....	20,00
Instrução dos Morteiros — Maj. Euro Martins	8,00
Instrução Militar Moderna — Cel. M. Poppe Figueiredo	45,00
Instrução na Cavalaria — Cel. José Horácio Garcia	5,00
Instrução e Obs. nos Corpos de Tropa — Cel. Armando Batista Gonçalves	9,00
Individual de Combate — Maj. Kival Saldanha	35,00
Informações Militares — Cel. Idalio Sardenberg	45,00
Justiça Militar — Cel. Niso de Viana Monte- suma	20,00
Lança Rojão — Cap. Gustavo L. Braga	5,00
Legislação Militar — Dante Toscano de Brito	12,00
Morteiro de Gutemberg — Ayres de Miranda...	10,00
Manual de Legislação Militar — Gen. Simões Pires	90,00
Manual de Socorrista de Guerra — Raul Bri- quet	20,00
Metralhadora Browing — Cap. Gustavo Lisboa Braga	5,00

—o—

Pedidos pelo Reembolso Postal, ou remessa de Vale Postal
para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência
do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra,
publicados no mês de julho de 1954

PORTARIA N. 439 — DE 29 DE JUNHO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve, em aditamento à Portaria n. 253, de 26 de abril de 1954, determinar que as Repartições, Estabelecimentos e Corpos que tenham em seus efetivos Oficiais, Subtenentes e Sargentos dos Serviços, além das comunicações constantes da supra-citada Portaria n. 253, devem também comunicar às Diretorias respectivas, via rádio, sempre que se verificarem os casos de inclusão, exclusão, adição, férias, licenças, permissão, dispensas, apresentação, trânsito ou embarque.

("Diário Oficial" n. 149, de 2-VII-954.)

* * *

AVISO N. 423 — DE 30 DE JUNHO DE 1954

Recuperação de Especialistas de Manutenção

Aprovando a proposta do Estado-Maior do Exército, recomendo que não sejam distraídos das suas atividades normais os especialistas em manutenção, devendo os que se acharem nessa situação, retornar ao desempenho funcional da sua especialidade.

("Diário Oficial" n. 151, de 5-VII-954.)

* * *

AVISO N. 429 — DE 4 DE JULHO DE 1954

Considerando que, aos Estabelecimentos de Ensino que têm grande número de monitores atingidos pela Portaria n. 125, de 23 de fevereiro de 1954, torna-se difícil o selecionamento em curto prazo de novos monitores, o que perturbará a marcha dos trabalhos escolares e atendendo às razões expostas pelo Estado-Maior do Exército, determino o seguinte:

Aos estabelecimentos de Ensino que têm atualmente 50 % ou mais de monitores alcançados pela Portaria n. 125, de 23 de fevereiro do corrente ano, é dado excepcionalmente o prazo até o fim do próximo ano letivo, para sua integral substituição, juntamente com os que terminarem o tempo nessa época.

("Diário Oficial" n. 154, de 8-VIII-954.)

DECRETO N. 35.823 — DE 14 DE JULHO DE 1954

Cria o estandarte distintivo para o 5º Regimento de Infantaria
— "Regimento Itororó"

("Diário Oficial" n. 162, de 17-VII-954.)

* * *

DECRETO N. 35.839 — DE 14 DE JULHO DE 1954

Autoriza o cunho da Medalha do Poder Judiciário e o seu uso aos
cíveis e militares

("Diário Oficial" n. 162, de 17-VII-954.)

* * *

DECRETO N. 35.771 — DE 1 DE JUNHO DE 1954

Aprova o plano de uniformes para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal

("Diário Oficial" n. 155, de 9-VII-954.)

* * *

PORTARIA N. 466 — DE 19 DE JULHO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve dar nova redação ao art. 31 da Portaria n. 445, de 16 de dezembro de 1952, que aprova as "Normas especiais para a inspeção de saúde dos candidatos à matrícula nos Estabelecimentos de Ensino do Exército".

* * *

PORTARIA N. 480 — DE 20 DE JULHO DE 1954

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve aprovar as instruções provisórias, que com esta baixa, destinadas a definir as responsabilidades e atribuições dos Comandos de Zonas Militares.

("Diário Oficial" n. 167, de 23-VII-954.)

* * *

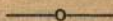
DECRETO N. 35.911 — DE 27 DE JULHO DE 1954

Especifica as funções, nos Ministérios Militares, consideradas de caráter permanente no exterior, para os efeitos do disposto no art. 4º do Decreto número 33.642, de 24 de agosto de 1953

("Diário Oficial" n. 171, de 28-VII-954.)

Livros à venda nesta Redação

	Cr\$
O Exército Alemão — Tradução do Cel. Leony O. Machado.....	25,00
O Fenômeno Militar Russo — Cel. J. B. Magalhães.....	30,00
O Tiro de Grupo nas Int. Rápidas — Breno Fortes.....	6,00
O Serviço de Informação e Transmissões — Maj. Geraldo M. Côrtes.....	11,00
Os Rezingões — Gen. Bertoldo Klinger.....	20,00
Patrulhas Mecanizadas — Cap. Calderari....	5,00
Probabilidade e Dispersão do Tiro — Cel. Morgado da Hora.....	60,00
Psicologia de Aprendizagem — Professor Lourenço Filho.....	2,50
Palavras à Juventude — Prof. Daltro Santos	30,00
R-4. R. D. E.....	6,00
Síntese de Estudo de Geografia e História para Cons. — E. E. Maior.....	25,00
Tática de Infantaria nos Peq. Escalões — Cel. José H. Garcia.....	15,00
Travessia de Cursos D'água — Cel. José H. Garcia	7,00
Transferidor Militar.....	25,00
Tabela Sintética de Vencimentos — Cap. Alcides F. Macêdo.....	30,00
R.P.I.Q.T.....	12,00



Pedidos pelo Reembolso Postal. ou remessa de Vale Postal
para a Gerência de "A Defesa Nacional", Caixa n. 17, Agência
do Correio do Ministério da Guerra, Rio de Janeiro

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

A "Defesa Nacional" acusa e agradece o recebimento das seguintes publicações nacionais e estrangeiras no decorrer do mês de julho findo :

a) Exterior :

- França — "Revue du Génie Militaire", de abril de 1954.
— "Revue Militaire d'Information", de 10/25 de abril e 10 e 25 de junho de 1954.
— "Revue de Defense Nationale", junho de 1954.
— "Forces Aériennes Françaises", maio e junho de 1954.
- EE. UU. — "Military Review" (Ed. Bras.), de maio de 1954.
— Suplemento da "Military Review", índice de 53/54.
— "Revista Aérea Latino-americana", de junho de 1954.
- Itália — "Rivista Militare", de maio de 1954.
- Espanha — "Ejército", de maio de 1954.
— "Guión", de maio de 1954.
— "Revista de la Oficialidade de Complemento", maio de 1954.
- Argentina — "Revista del Sub-Oficial", de abril e maio de 1954.
- Portugal — "Revista de Cavalaria", de janeiro e fevereiro de 1954.
— "Revista Militar", de junho de 1954.
- Equador — "Revista de las Fuerzas Armadas", abril de 1954.
- Paraguai — "Revista de las FF AA de la Nación", de maio de 1954.

b) Nacionais :

- "Revista de Intendência", de jan./fev. 1954.
- "Comércio Internacional" (Boletim mensal do Banco do Brasil), de abril de 1954.
- "C.N.I." (Notícias), órgão da Confederação Nacional da Indústria, de julho de 1954.
- "Conjuntura Econômica", de julho de 1954.
- "Militia" (órgão da Força Pública de S. Paulo), de maio de 1954.
- "Itamaraty" (Boletim do Serviço de Informações do Ministério Exterior), de junho de 1954.
- "Esso Agrícola", do I semestre de 1954.
- "Revista Militar de Remonta e Veterinária", de dezembro de 1953.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Redação e Administração :

Edifício do Ministério da Guerra — 3º andar — Rua Visconde da Gávea

PRAÇA DA REPÚBLICA — Telef. 43-0563

Correspondência :

Para a Gerência : Caixa Postal 17, Agência do Ministério da Guerra

Colaborações : Diretor-Secretário, mesmo endereço

*

De acôrdo com a Lei, a Revista não se responsabiliza por idéias, juízos, opiniões, etc., contidos em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Revista com referência a problemas debatidos nas suas páginas, sua orientação doutrinária, etc., terão sempre em vista os altos interesses da defesa nacional e serão expressas no respectivo "Editorial" ou em artigos da Redação.

Não serão restituídos, em caso algum, originais de trabalhos recebidos para publicação.

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, impresso em dezembro de 1943, na Imprensa Nacional.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

PREÇOS DE ASSINATURAS

Ano.....	Cr\$ 100,00
Semestre.....	Cr\$ 50,00
Número avulso.....	Cr\$ 15,00
Assinatura comercial, com direito a inclusão no in- dicador de firmas reco- mendadas.....	Cr\$ 500,00

OBS. — O pagamento das assinaturas anuais pode ser feito em 4 prestações mensais de Cr\$ 25,00 ou em 10 de Cr\$ 10,00. Da mesma forma o pagamento das assinaturas semestrais pode ser efetuado em 2 prestações de Cr\$ 25,00 ou em 5 de Cr\$ 10,00.

Aos Srs. Representantes

A Gerência da Revista solicita ao prezado representante :

- 1) Encaminhar oficialmente a revista para o assinante que fôr transferido e cujo conste da guia.
- 2) Comunicar via rádio a transferência de qualquer assinante, esclarecendo a Unidade, Repartição ou Estabelecimento para onde foi transferido.
- 3) Devolver-nos sem demora o recibo.
- 4) Fiscalizar os descontos dos assinantes e se possível a remessa ; agradeceríamos uma comunicação via rádio para providenciarmos o recebimento ou reclamação se fôr o caso ; facilitaria o nosso controle se se fizesse referência ao número da guia de remessa bem como o número da ordem de pagamento.
- 5) De seis em seis meses envia-nos uma relação completa dos assinantes da unidade, para uma verificação no fichário e evitar assim falhas ou enganos que redundam no prejuízo do assinante.
- 6) Colabore conosco para a independência de sua revista.
- 7) Mande, se possível com a maior urgência, nome da rua, número, bairro, cidade e caixa postal de sua unidade, estabelecimento ou repartição ; estes dados facilitam a repartição do correio a entrega com maior rapidez.

COLABORAM NESTE NÚMERO:

Prof. Arthur E. Burns.
Gen. José de Lima Figueiredo.
Gen. Juarez do Nascimento Fernandes Távora.
Gen. Nizo de Vianna Montezuma.
Gen. Raul Silveira de Mello.
Cel. Aurelio de Lyra Tavares.
Cel. José Horácio da Cunha Garcia.
Cel. Manoel Joaquim Guedes.
Ten.-Cel. Cesar Gomes das Neves.
Ten.-Cel. Floriano Möller.
Ten.-Cel. J.F. Moreira Couto.
Maj. Heraclides de Araujo Nelson.
Maj. J.P. Anéas.
Maj. Marino F. Dantas.
Maj. Maurício Felix da Silva.
Maj. Paulo Miranda Leal.
Maj. Rui de Alencar Nogueira.
Cap. P.J. Busato.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 15,00

S. G. M. G.
IMPRESA MILITAR
RIO DE JANEIRO — 1954